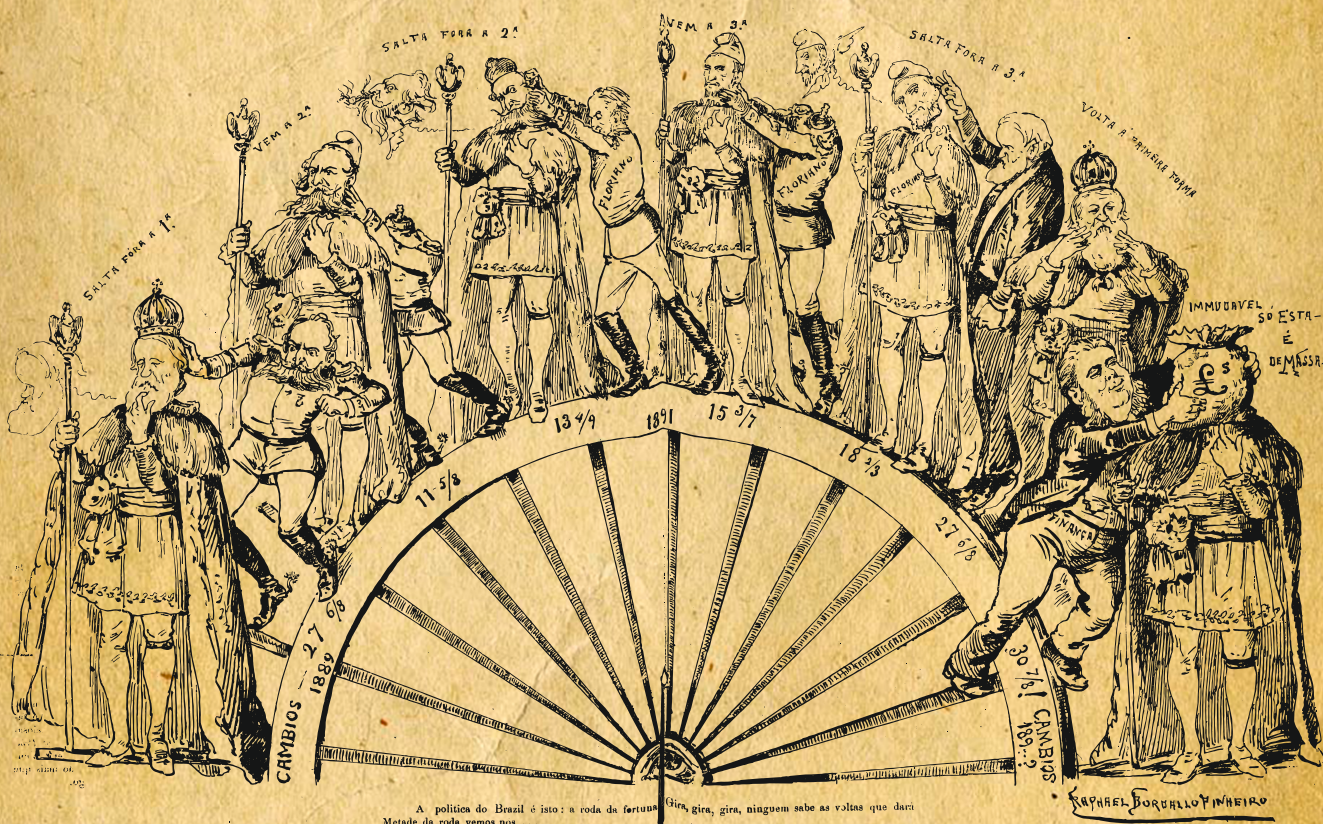


# O GOLPE DE DEODORO DA FONSECA NA IMPRENSA IBÉRICA

POLÍTICA FIM DE SÉCULO: SUBSTITUIÇÃO DE CABEÇAS.





**O golpe de Estado  
de Deodoro da Fonseca  
na imprensa ibérica**





**BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE**

**DIRETORIA**

**PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES**

**VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL**

**DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS**

**1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES**

**2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO**

**TESOUREIRO – VALDIR BARROCO**



Francisco das Neves Alves  
Reto Monico

# O golpe de Estado de Deodoro da Fonseca na imprensa ibérica



Rio Grande  
2022

### **Ficha Técnica**

- Título: O golpe de Estado de Deodoro da Fonseca na imprensa ibérica
- Autores: Francisco das Neves Alves e Reto Monico
- Composição & Paginação: José Gomes
- Capa: O ANTONIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 4-5.
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Rio Grande, Fevereiro de 2022

**ISBN:** 978-65-89557-17-3

### **Os autores:**

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.

Reto Monico nasceu em 1953 na Suíça italiana. Licenciou-se em História em 1977 na Faculdade de Letras da Universidade de Genebra. Doutorou-se em 2003 com a tese *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*, publicada em 2005. Nos seus trabalhos analisa a imagem dada pela imprensa mundial sobre aspectos e acontecimentos da História contemporânea de Portugal e do Brasil. Lecionou no ensino secundário de 1976 a 2013.

# Apresentação

O Golpe de Estado de Deodoro da Fonseca de 3 de novembro de 1891 suscita várias reações na imprensa internacional, como o provam três estudos apresentados em 2020<sup>1</sup>. Neste livro, vamos analisar como os jornais portugueses e espanhóis se debruçaram sobre os acontecimentos ocorridos depois do Golpe de Deodoro até à saída do Marechal da cena política brasileira, a 23 do mesmo mês.

No primeiro capítulo, Francisco das Neves Alves analisa os periódicos portugueses. Apresenta a imprensa noticiosa e moderada, relativamente prudente e que se limita a reproduzir as informações sobre esta tentativa autoritária do Marechal; as folhas monárquicas, que censuram duramente o novo regime; os jornais republicanos, que procuram dar um ar de normalidade à instabilidade brasileira; a imprensa humorística, com a sua abordagem crítica, irónica e cômica.

Reto Monico estuda os jornais espanhóis de Madrid e também alguns de Barcelona. Quase todos denunciam, com mais ou menos intensidade, o Golpe do primeiro Presidente da jovem república. Só *El Pais*, quotidiano republicano, defende sem hesitar Deodoro da Fonseca, do qual faz um retrato verdadeiramente hagiográfico.

O terceiro capítulo, escrito em francês, é uma síntese dos comentários publicados pela imprensa francesa, belga, suíça, norte-americana, inglesa, portuguesa e espanhola sobre os acontecimentos em terras brasileiras neste mês de novembro de 1891<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> MONICO, Reto. *Golpe e Queda de Deodoro na imprensa francófona*. Lisboa/ Rio Grande : Biblioteca Rio-Grandense, 2020. (Coleção Documentos, nº 27) ; *Golpe e Queda de Deodoro na imprensa norte-americana*. Lisboa/ Rio Grande : Biblioteca Rio-Grandense, 2020. (Coleção Documentos, nº 28) ; *Golpe e Queda de Deodoro na imprensa britânica*. Lisboa/Rio Grande : Biblioteca Rio-Grandense, 2020. (Coleção Documentos, nº 36)

<sup>2</sup> Cada autor mantém a sua grafia: para a apresentação e os dois capítulos escritos por Reto Monico, o português europeu ; para o texto de Francisco das Neves Alves, o português do Brasil.



# Índice

<b>Capítulo 1 – Francisco das Neves Alves.....</b>	<b>Pág. 7</b>
--	---------------

## **Uma jovem república em crise: a tentativa de golpe de Estado do primeiro presidente brasileiro e o olhar espelhado da imprensa portuguesa**

I.	A imprensa noticiosa e moderada.....	Pág. 12
II.	Os jornais monárquicos.....	Pág. 25
III.	O periodismo republicano.....	Pág. 57
IV.	A imprensa caricata e satírico-humorística.....	Pág. 71

<b>Capítulo 2 – Reto Monico.....</b>	<b>Pág. 93</b>
--------------------------------------	----------------

## **O Golpe de Deodoro na imprensa espanhola**

I.	O Golpe do Presidente.....	Pág. 93
II.	A Queda de Deodoro.....	Pág. 114

<b>Capítulo 3 – Reto Monico.....</b>	<b>Pág. 123</b>
--------------------------------------	-----------------

## **Coup d'État et chute de Deodoro da Fonseca dans la presse internationale**

<b>Periódicos consultados.....</b>	<b>Pág. 134</b>
------------------------------------	-----------------

# **Cap. 1.**

## **Uma jovem república em crise: a tentativa de golpe de Estado do primeiro presidente brasileiro e o olhar espelhado da imprensa portuguesa**

– Francisco das Neves Alves –

Desde a mudança na forma de governo no Brasil, em novembro de 1889, o país passaria a recorrentemente motivo de notícia no seio da imprensa internacional. As mudanças drásticas e abruptas que marcaram os primeiros anos republicanos acabariam por chamar a atenção do jornalismo, preocupado com os destinos do ex-império tropical. Os acontecimentos brasileiros já eram naturalmente cobertos em larga escala pelo periodismo português, tendo em vista as raízes socioculturais em comum e os fortes interesses econômico-financeiros entrelaçados. Com a chegada dos tempos republicanos, as repercussões da implantação da novel república tornou-se ainda mais presente nas páginas dos jornais lusos.

Ao final do século XIX, Portugal passava por profunda crise econômica e a sua ordenação política monarquista, embasada na alternância dos dois principais partidos, encontrava-se profundamente abalada, com o crescimento dos movimentos reivindicatórios e contestatórios, como foi o caso do republicanismo que ganhara terreno nos últimos anos, embora o regime lusitano perdurasse ainda por mais duas décadas para além do brasileiro. Apesar das dificuldades, a imprensa portuguesa encontrava-se em plena expansão quantitativa e qualitativa, com a circulação de

perenes jornais diários e representantes de diversos gêneros jornalísticos<sup>3</sup>.

A instauração republicana no Brasil traria forte impacto junto ao jornalismo luso, estabelecendo-se alguns padrões em meio ao conjunto de periódicos. De um lado, as folhas de predominância noticiosa ou moderadas, optaram por um padrão editorial mais informativo, evitando essencialmente realizar juízos de valor acerca dos fatos brasileiros. Para a imprensa monárquica, o Brasil seguira por “caminhos perigosos” ao enveredar pela “aventura republicana”, prevendo tempos difíceis de crises e dismantelamento para o antigo império. Já no que tange aos jornais republicanos, a transformação política brasileira serviria como um catalisador do movimento, que aplaudiu insistentemente e sistematicamente o regime instaurado em 1889. Por outro lado, a pequena imprensa não perdeu a oportunidade da transição brasileira para manter seu norte editorial calcado na crítica, na ironia e/ou em versões bem humoradas dos acontecimentos.

A perspectiva do jornalismo portuguesa carregava em si um olhar espelhado, ou seja, observavam o Brasil, mas viam, através do país tropical, suas próprias condições conjunturais e circunstanciais. Nesse sentido, a dependência lusitana para com os fundos enviados a

---

<sup>3</sup> Conforme: ARANHA, Pedro W. de Brito. Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers). Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; CUNHA, Alfredo da. Relances sobre os três séculos do jornalismo português. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX. In: Revista de Ciencias Letras e Artes. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3), ago. 1901, p. 68-82.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). História da imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 351-396; TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3. p. p. 246-273.; e TENGARRINHA, José M. História da imprensa periódica portuguesa. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 248.



partir da colônia portuguesa radicada no Brasil, fazia com que a visão sobre o Brasil fosse prenhe em preocupação, tendo em vista que as dificuldades econômicas brasileiras, inevitavelmente recairiam sobre a nação lusa. Além disso, havia uma clara disputa político, partidária ideológica, não só entre os partidos monárquicos dominantes – progressistas e restauradores -, mas também em relação aos republicanos. Dessa maneira, para os monarquistas, com suas nuances programáticas, a reestruturação política brasileira era carregada de riscos e deveria ser observada pelos portugueses como a motivação da continuidade monárquica, como única forma a garantir a segurança nacional. Para os republicanos, ao contrário, a instauração republicana na “América portuguesa” constituía um sinal de que a transformação chegaria também no contexto luso, afinal, pensavam que, se os Bragança caíram no Brasil, porque motivo também não ocorreria o mesmo em Portugal.

A partir dessa perspectiva espelhada, os jornais portugueses, de acordo com suas especificidades particulares, estabeleceriam uma construção discursiva ao descrever/analisar/interpretar o processo histórico brasileiro. A abordagem de tal edificação discursiva pode levar em conta alguns elementos constitutivos fundamentais dos estudos acerca dos discursos. Um deles é a inerente inter-relação entre a construção discursiva e o contexto em que ela é entabulada, estabelecendo-se uma interface fundamental para a sua compreensão<sup>4</sup>. Outro é a questão da formação discursiva, plasmada a partir das continuidades, identidades, regras, estratégias e padrões que marcam o discurso<sup>5</sup>. E, finalmente, as relações discursivas de

---

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 354.; MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2001. p. 25 e 29.; MAINGUENEAU, Dominique. Termos chave da análise do discurso. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 33.; e KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Contexto. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004. p. 128.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 43 e 65-66.; MAINGUENEAU, Dominique. Formação discursiva. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241.; MAINGUENEAU, 2000. p. 68.; FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança

oposição, de associação e de identidade, marcadamente presentes no discurso, ainda mais o promovido por meio das atividades jornalísticas<sup>6</sup>.

Em novembro de 1891, a nova forma de governo brasileira passaria por sua primeira grave crise. Deodoro da Fonseca, militar que ficara à frente do movimento que derrubara a monarquia, assumiu a presidência sob um regime ditatorial denominado Governo Provisório. Com a reconstitucionalização do país, em fevereiro de 1891, foi instituída a tradicional divisão dos poderes, de modo que Deodoro da Fonseca, eleito indiretamente para permanecer à frente da presidência, teria de acostumar-se com a necessidade de governar a partir de negociações com o Congresso Nacional. Acostumado a governar em moldes ditatoriais e não satisfeito com a nova situação, Deodoro perpetrou um golpe de Estado, com o objetivo de fechar o Congresso e concentrar mais uma vez o poder unicamente em suas mãos. O intento do primeiro presidente brasileiro acabou por ser inteiramente frustrado, a partir da reação contrária no âmbito parlamentar, da imprensa e até mesmo no seio popular, além da falta de apoio no próprio meio militar, fator mais significativo para o fracasso de seu projeto. Sem condições de manter-se no governo, Deodoro da Fonseca teria de afastar-se do poder, após abrir uma ferida que em muito marcaria a evolução política brasileira e que viria a ter consequências indelévels nos anos seguintes. Tal crise brasileira foi amplamente debatida pelo conjunto de jornais portugueses que à época circulavam<sup>7</sup>.

---

social. Brasília: Ed. da UnB, 2008. p. 64-65.; e ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 11.ed. Campinas: Pontes, 2013. p. 44.

<sup>6</sup> FOUCAULT, 2012. p. 61 e 66.; ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 154-155.; e CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *História e análise de textos*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 381.

<sup>7</sup> Os periódicos abordados neste capítulo são aqueles disponíveis à época da pesquisa nos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal, da Hemeroteca Municipal de Lisboa e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O texto que se segue foi elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Visões espelhadas d'além-mar: a primeira década da república brasileira sob o prisma da imprensa portuguesa*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. Em tal referência há um relato introdutório

Os acontecimentos de novembro de 1891 no Brasil, bem quando a nova forma de governo completava seu segundo aniversário, constituiriam a primeira grande crise política da república e teriam uma intensa repercussão no conjunto do jornalismo português. Dessa maneira, o golpe de Estado de Deodoro acabaria por servir de mote para muitos dos jornais lusos e, mesmo que o impacto não tivesse sido o mesmo daquele à época da instauração da república, ele foi amplamente noticiado, independente de qual fosse o gênero ou norte editorial do periódico. Nesse quadro, as folhas engajadas político-ideologicamente não perderiam a oportunidade para se manifestar com as republicanas colocando panos quentes sobre a crise, enquanto as monarquistas consideravam que naquele momento se materializavam suas previsões pessimistas para com o Brasil sob a forma de governo republicana, ao passo que as noticiosas ainda intentavam manter a pauta essencialmente informativa e a pequena imprensa, representada pelas folhas caricatas e satírico-humorísticas permaneciam com suas tiradas carregadas de jocosidade e ironia, através de um olhar crítico.

---

acerca da conjuntura histórica luso-brasileira e das atividades jornalísticas portuguesas, além de um breve histórico de cada um dos jornais citados.



## I. A imprensa noticiosa e moderada

As atitudes do primeiro presidente, fechando o Congresso Nacional e todo o processo histórico decorrido a partir de então, despertaram um amplo debate no seio do jornalismo engajado luso, mas muitas publicações procuraram manter a sua essência informativa. Assim, mesmo que tais fatos tenham galvanizado uma opção mais intensa pelo engajamento partidarista em relação à forma de governo, a busca pela neutralidade informativa e a moderação continuou sendo praticada no conjunto da imprensa portuguesa. Mais uma vez as ocorrências no Brasil despertavam curiosidade e ansiedade por saber mais. Perante tal contexto, as folhas informativas e moderadas chamavam atenção em relação aos necessários cuidados para que fossem evitados os boatos e as notícias contraditórias, algumas sem nenhum caráter de autenticidade, preferindo, inclusive, redobrar a prática das transcrições, que passavam a ser uma presença constante. Além disso, tais jornais abordaram temas recorrentes como o desejo do fim da crise brasileira e sua pacificação interna, os possíveis prejuízos trazidos a Portugal a partir de tais dificuldades, o destaque à ação dos especuladores e a necessidade de uma correção de rumos para que se encerrassem as animosidades no Brasil.

Um dos intentos fundamentais da imprensa noticiosa portuguesa ao abordar o Brasil ao final de 1891 estava relacionado à incessante demonstração da imparcialidade em seus enfoques. Nesse sentido, *O Comércio do Porto* defendia que deveria ser adotada uma “posição de observador imparcial, e sem os prejuízos do político militante, empenhado na luta” que se travava no Brasil<sup>8</sup>. Já *O Primeiro de Janeiro* propunha que não se deveria avaliar a forma de governo de outro país e imaginava que a situação conflituosa logo viria a ser revertida. Tal publicação considerava que seria o “parecer de homens sensatos”, que estavam “nas condições de conhecer perfeitamente as coisas e os homens do Brasil”, que aquele “golpe de Estado, constituindo uma situação anormal”, seria senão de “efeitos benéficos”, ao menos “anódinos e inofensivos para a prosperidade do

---

<sup>8</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 20 nov. 1891. A. 38. N. 279. p. 1.

país e para a sua regular administração”. Na mesma linha, afirmava que tal episódio poderia parecer “à primeira vista de uma gravidade inquestionável”, mas não era nada “mais que um ato regularíssimo e legalmente previsto na marcha constitucional do poder representativo”, fosse “sob o domínio da monarquia”, fosse “sob o domínio de um governo republicano”<sup>9</sup>.

Nessa busca por demonstrar neutralidade, ao defender que sua abordagem independia do Brasil ser monárquico ou republicano, *O Primeiro de Janeiro* enfatizava que não lhe obcecava “paixão de espécie alguma”, assim como não teria “interesse de qualquer ordem política” que se filiasse às questões e grupos que se digladiavam no Brasil. O jornal propunha que, em terras brasileiras, os lusitanos deveriam ser “estrangeiros na acepção mais lata desta palavra”, só se deixando “impulsionar nas opiniões pelo respeito devido ao princípio da autoridade”, qualquer que fosse “o sistema de governo de onde essa autoridade” dimanasse, e ainda “pelo amor à verdade, por mais rude” que pudesse ser “em relação aos desejos e às ambições” lusas. Assim, o periódico concluía que era “indiferente que o Brasil” se regesse “por instituições monárquicas ou republicanas”, devendo todos os portugueses partirem “do sensato princípio de que absolutamente nada” tinham a ver com aquilo<sup>10</sup>.

Na mesma direção ia *O Tempo* que considerava normal a ampla preocupação em Portugal acerca dos acontecimentos no Brasil, mas alertava que não se associaria “contudo à ociosa tarefa de alterar imaginativamente, de acordo com os seus desejos, a constituição política ou a organização econômica da vasta nação americana”. Ainda quanto à conjuntura brasileira, a folha lamentava “os seus desastres, a despeito do regime dentro do qual eles sobrevieram”, assim como se alegraria “com as suas prosperidades, embora elas promanassem de um sistema político” que não desejava “ver implantado em Portugal”, de maneira que se abstinha “de intervir na crítica dos acontecimentos brasileiros”, julgando “em todo o caso oportuno chamar atenção dos homens públicos lusos para os

---

<sup>9</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 6 nov. 1891. A. 23. N. 265. p. 1.; e 7 nov. 1891. A. 23. N. 266. p. 1.

<sup>10</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 11 nov. 1891. A. 23. N. 269. p. 1.

perigos” que andavam “sempre ligados às grandes aventuras políticas”<sup>11</sup>.

Abordando a crise brasileira, *O Tempo* manifestava sua esperança de que as calamidades passassem, pois “as cordiais simpatias” inspiradas a partir do Brasil não seriam “perturbadas por qualquer predileção”, quanto a “estas ou aquelas instituições políticas”, ou seja, “república ou monarquia, as relações” luso-brasileiras deveriam ser “as mais íntimas e as mais amigáveis”. Fazendo referência a “informações de várias procedências, e entre essas alguns telegramas de origem autorizada” que davam “conta de novos episódios na crise mercantil e política” pela qual passava o Brasil, o jornal reiterava que não se supunha “autorizado para intervir” com a sua “crítica nos negócios internos da grande nação americana”. Segundo o periódico, “sob qualquer regime político”, consideraria os brasileiros “sempre como um povo amigo e irmão” e não poderia manter-se “indiferente perante os seus revezes ou infortúnios”, sem neles intervir ou sobre eles necessariamente opinar<sup>12</sup>.

O interesse pela crise brasileira e a carência de informações eram uma outra preocupação dos jornais noticiosos, como destacou *O Conimbricense* ao explicar que continuava “a deficiência e a confusão de notícias do Brasil”, mas considerava “tão graves” tais notícias que julgava “prudente não reproduzi-las” sem que fossem confirmadas<sup>13</sup>. No mesmo sentido, manifestava-se o *Diário de Notícias* ao informar que havia muitos comentários a respeito de “notícias de graves ocorrências políticas no Rio de Janeiro, sendo as principais a dissolução das cortes e a declaração da ditadura” de parte do presidente. A respeito da avidez por informações, o *Diário* explicava que tudo o que se passava no Brasil “de extraordinário ou anormal” despertava entre os lusitanos “a mais viva curiosidade”, e

---

<sup>11</sup> O TEMPO. Lisboa, 10 nov. 1891. A. 3. N. 934. p. 1.

<sup>12</sup> O TEMPO. Lisboa, 12 nov. 1891. A. 3. N. 936. p. 1.; e 24 nov. 1891. A. 3. N. 946. p. 1.

<sup>13</sup> O CONIMBRICENSE. Coimbra, 15 dez. 1891. A. 45. N. 4.621. p. 1.



causava “sensação”, o que seria “natural”, tendo em vista “os laços e as íntimas relações” entre portugueses e brasileiros<sup>14</sup>.

Uma das grandes preocupações expressas pelo jornalismo luso de predominância informativa era a de manifestar o anseio de que no Brasil os problemas fossem resolvidos o mais rapidamente possível e de forma pacífica. Nessa linha, o *Diário de Notícias* afirmava que “o maior desejo de todos” era “que os incidentes políticos” brasileiros não se transformassem “em comoções violentas” que perturbassem “a tranquilidade pública” e atrasassem “o desenvolvimento dos estados”. Segundo o periódico, a situação era “grave e vencê-la em plena paz, em todas as partes”, seria “bastante difícil”, mas os seus “votos ardentíssimos” eram exatamente “pela tranquilidade do Brasil”. Para o diário lisboeta, era “fora de dúvida que a luta entre o governo e o parlamento” assumiria “um caráter de gravidade que não era desconhecido de ninguém”, mas manifestava a esperança na superação, pois seria “impossível continuar a viver em luta”<sup>15</sup>. Tal diário também expressava essa expectativa de uma solução pacífica para a crise brasileira através da perspectiva da propalada neutralidade informativa:

Lastimamos sinceramente todas as ocorrências que estão agravando a situação do Brasil; e, sem entrarmos em apreciações que não seriam agora oportunas, desejamos com ansiedade que as notícias que se forem sucedendo nos tragam a grata esperança de que aquela poderosa nação pode enfim entrar num caminho regular e normal, de paz e progresso. (...)

Estimaremos saber que, na escolha do novo governo, e nas providências adotadas, nas graves circunstâncias em que entra no efetivo exercício das mais altas funções da sua querida pátria, consiga dentro de pouco vencer todas as dificuldades e conciliar as opiniões divergentes quanto à gerência pública e à integridade da nação.

O maior desejo e o mais sério interesse de Portugal é que o Brasil tenha sossego e felicidade para poder com os seus

---

<sup>14</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 27. N. 9.284. p. 1.; e 6 nov. 1891. A. 27. N. 9.285. p. 1.

<sup>15</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 6 nov. 1891. A. 27. N. 9.285. p. 1.; e 7 nov. 1891. A. 27. N. 9.286. p. 1.

grandes recursos, fortalecer de novo o seu crédito e a sua fama dentro e fora da América.<sup>16</sup>

A mudança presidencial no Brasil foi encarada pela imprensa noticiosa como uma possibilidade em direção ao encaminhamento pacífico dos problemas políticos. De acordo com tal perspectiva manifestou-se a *Estrela Povoense*, segundo a qual, tendo “em vista a substituição do presidente, a pacificação” deveria ocorrer, não se prolongando a instabilidade “por muito tempo, o que sinceramente” desejava<sup>17</sup>. Já *A Estrela de Caminha* referia-se a “notícias mais tranquilizadoras”, uma vez que “a administração pública” iria “entrar em uma nova fase”, a qual almejava que fosse “a restauradora da ordem pública, fator indispensável da prosperidade de qualquer país”. Esta folha dizia que os seus votos deveriam “ser o de todos os portugueses, porque todos, mais ou menos, direta ou indiretamente”, tinham “a lucrar com a prosperidade do Brasil”, além disso, se referia ao caráter pacífico do próprio povo brasileiro como garantia para a conquista da paz, pois, ainda que tivesse sido derrubado um imperador e, posteriormente, apeado do poder um presidente, a nação permanecia “sempre muito contente”<sup>18</sup>.

Tal modificação, com a queda de Deodoro e a posse de seu vice, observada como um fator positivo em relação à vitória sobre a crise institucional brasileira chegou a ser recorrente no seio do jornalismo noticioso lusitano e foi reproduzida também nas páginas da *Autonomia* que, ao trazer “notícias do Brasil” descrevia as reações contrárias ao golpe de Deodoro, levando à sua renúncia e manifestava esperança no porvir do Brasil. A folha enfatizava seu crédito na “honestidade e caráter” de Floriano, supondo que “todos os negócios da grande república” tomariam “em breve outro caminho”. Na opinião do periódico, o modo como se dera a transição, seria “quase segura garantia” de que estaria “próxima nova era de possibilidades para o Brasil” arredando-se da ideia todos no que tange aos receios quanto a uma guerra civil. Diante de tal narrativa, a

<sup>16</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 25 nov. 1891. A. 27. N. 9.304. p. 1.

<sup>17</sup> ESTRELA POVOENSE. Póvoa do Varzim, 6 dez. 1891. A. 15. N. 771. p. 2.

<sup>18</sup> A ESTRELA DE CAMINHA. Caminha, 1º dez. 1891. A. 10. N. 479. p. 1.; e 15 dez. 1891. A. 10. N. 481. p. 1.

publicação ansiava que tal processo levasse efetivamente a um caminho positivo, “e que o novo presidente” conseguisse “restabelecer por completo a ordem pública e a confiança no estado de coisas que ameaçavam desequilibrar-se”<sup>19</sup>.

*O Ocidente* também se mostrava otimista, ao descrever que “os acontecimentos do Rio de Janeiro determinaram a deposição do presidente e levaram à presidência” o seu vice, tendo sido “os seus primeiros atos, levantar o estado de sítio, decretado em ditadura pelo seu antecessor e revogar a dissolução do parlamento, mandando reunir imediatamente as cortes”. De acordo com o jornal, tais “medidas satisfizeram o público e tranquilizaram os ânimos exaltados pela ditadura militar do general Deodoro”. Além disso, manifestava o desejo de que “o novo presidente da moderna república” pudesse “consolidar o seu governo e dar ao Brasil todas as felicidades” de que era digno. As tradicionais coberturas dos eventos com abundante quantidade de imagens, características dessa publicação ilustrada, dessa vez, pela carência de maiores registros, pela falta de material pictórico, ou ainda para evitar qualquer tipo de mal-estar em relação à crise no Brasil, se resumiram à edição de um retrato do novo presidente brasileiro<sup>20</sup> [Figura 1].

Tal expectativa calcada no otimismo era reproduzida por outras folhas lusitanas de caráter informativo, como foi o caso das publicações especializadas, voltadas a setores específicos do ponto de vista socioeconômico que, apesar das dificuldades políticas e financeiras do Brasil, observavam as potencialidades de ordem econômica do país. Nessa linha, *A Sapataria Portuguesa* comparava as situações mercantil e industrial lusitana e brasileira, destacando que, na primeira, tudo era “raqúitico e miserável”, enquanto, na segunda, “o comércio, e modernamente a indústria” era “tudo colossal”, referindo-se a algumas fábricas “montadas com o todo maquinismo moderno, trabalhando os operários como em França pela divisão do trabalho”, de modo que, apesar das dificuldades cambiais, “os negócios” estariam “numa prosperidade colossal”<sup>21</sup>. Já

---

<sup>19</sup> AUTONOMIA. Marinha Grande, 29 nov. 1891. A. 3. N. 112. p. 1.

<sup>20</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 21 dez. 1891. A. 14. N. 468. p. 1-2.

<sup>21</sup> A SAPATARIA PORTUGUESA. Lisboa, 12 set. 1891. A. 2. N. 21. p. 3.

A *Aliança* destacava a produção abundante do “astro-rei” da economia brasileira, informando que a “a colheita do café” em 1891 tivera um significativo crescimento, não havendo “exemplo de uma colheita tão considerável”, pois era “superior a de 1888-1889, que passara” até então “por ter sido a melhor”<sup>22</sup>.

**OCCIDENTE**

REVISTA ILUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preço da assinatura	Anno	Semest.	Trim.	N.º	14.º ANNO — VOLUME XIV — N.º 468	REDAÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO
	36 n.ºs	18 n.ºs	9 n.ºs	1 entrega		
Portugal (franco de porte, m. forte)	32000	16000	9500	4120		Lisboa L. do Poço Novo, ENTRADA PARA T. do CONVENTO DE JESUS, 4
Possessões ultramarinas (idem)	48000	24000	—	—		Todos os pedidos de assinatura deverão ser acompanhados de seu importe, e dirigidos à administração da Revue de Occident, sem o que não serão atendidos. — Editor responsável: CARLOS ALBERTO DA SILVA.
Estrangeiro (incl. geral dos correios)	56000	28000	—	—	21 DE DEZEMBRO DE 1891	

**CHRONICA OCCIDENTAL**

Hontem, dobras de finados nos sinos das igrejas; hoje, o repique festivo em solenne *Te-Deum* laudamus. E a Igreja assim vai annuciando aos fies o chamamento de Deus e a sua misericórdia: a uns, findou-lhes o tempo, chama-os ao seu regaço a perdoar-lhes e a ensinar-lhes a perdoar; a outros, necessaria ainda a sua existencia na terra, continua-lha em prova da sua justiça e clemencia.

E assim a creença; e como é bom acreditar, como é bom pensar, seja ou não verdadeiro, que a vida se não extingue quando o corpo fica inanimado e a carne se presta á decomposicao. Como é bom acreditar para se viver e para se sofrer!

Ainda resoaem no sacrotemplo de Nossa Senhora dos Martyres os sons plangentes do organo, os canticos graves, as melodias arrancadas aos violinos soluçando e gemendo, toda a suave harmonia que vem do mystico perfume da egreja, do seu revestimento em duplex, da oração a Deus, da fé, da confiança, da prece, do agradecimento.

Santo e bom Deus que tantas vezes, quando a alma se doe, nos derramas no espirito tolo esse filtro caustissimo da religião, do amor e da fé, que nos arranca a oração da alma, e nos eleva então por instantes até ao teu altar!

Como a egreja estava bella! Toda adornada de plantas e flores, com os seus massissos troncos em que no verde mate da folhagem se destacavam irias e baças as camelias

brancas, com as suas paredes revestidas de damascos e dourados, em toda a grandeza da passamarina, com o altar mór illuminado, tudo de gala, tudo em pompa! E no côro as vozes dos cantores em canticos religiosos saudando a Deus, e no púlpito a voz do orador sagrado a elevar-se em agradecimentos ao Todo Poderoso e a descrever momento a momento, seguindo-o em nobilissimo.

O louvor a Deus e a justificação do agradecimento reuniam-se na palavra eloquente do sacerdote, no animo dos homens e na pompa da solemnidade!

Todos alli agradeciam ao Senhor ter conservado a preciosa vida de Lopo Vaz de Sampaio e Mello, do illustre estadista que tem sabido solidificar e conservar, que tem empregado toda a sua intelligencia, todo o seu poder, toda a sua força moral e meios de acção em bem servir a sua patria, sofrendo, nos momentos de lucta accessa, os mais crueis ataques dos adversarios, mas cuminhando sempre para o fim desejado, com sacrificio proprio de saúde e de gosos, e pondo acima de tudo a consciencia da rectidão e justiza das suas ideias; todos alli agradeciam ao Ceo a conservação d'aquella existencia, e ao mesmo tempo prestavam homenagem ao caracter, á estima, á lealdade do grande estadista, hoje o primeiro de Portugal nas suas questões internas, na sua conservação, na sua marcha regular.

E a Egreja, que n'aquelle dia teve saudações e agradecimentos, pois cos dias antes tivera dobras de finados, resas funebres, officios, sufragando a alma d'um bom, d'um justo, d'um honesto.

O corpo do velho ex-imperador do Brazil veio aqui procurar asylo aos seus ossos, n'esta terra que era quasi sua, a primeira que pisou depois do seu exilio, a ultima onde arribou.

Os monarchas, as tropas, os altos homens de politica, da sciencia, das artes, da litteratura, do commercio, de todas as classes sociais, foram ao vasto templo de S. Vicente prestar as ultimas honras a D. Pedro de Bragança, que lá estava inanimado no seu caixão coberto com a bandeira brasileira.

Feitas as ceremonias do estylo, foi o cadaver conduzido para o pantheon dos reis, e d'ahi a pouco o templo immergiase no frio silencio normal, e os restos do infeliz monarcha ficavam em profun-

- Figura 1 -

<sup>22</sup> A *ALIANÇA*. Lisboa, 11 jul. 1892. A. 1. N. 4. p. 3.

Outro elemento recorrente nas abordagens das folhas noticiosas portuguesas acerca do Brasil esteve ligado a apontar os malefícios que a crise brasileira, notadamente a de ordem econômico-financeira, poderia trazer à sociedade lusa. A tal respeito, *O Conimbricense* destacava que a queda do câmbio brasileiro atingiria níveis preocupantes, fato que causava “graves prejuízos a Portugal”, uma vez que, no Brasil havia “muitos negociantes portugueses”, cujos capitais não conseguiam transferir para a sua terra natal e, por consequência, “as numerosíssimas famílias, que daquele país costumavam receber socorros dos seus parentes”, estavam “sem nada receber, pela quase absoluta impossibilidade das remessas”, de modo que “Portugal só tinha a perder com os males do Brasil”. Ainda sobre a situação brasileira, o jornal de Coimbra destacava que não poderia “ser indiferente para Portugal a situação comercial e financeira do Brasil”, pois “os males e os bens” de um e de outro haveriam de “repercutir-se rapidamente de um a outro lado do Oceano Atlântico”. O periódico receava “uma derrocada pavorosa” e prosseguia se referindo à crise econômica brasileira, enfatizando os seus efeitos para os portugueses, fundamentalmente no que tange ao envio de capitais oriundos da colônia lusa para Portugal, registrando o que considerava como “as consequências do deplorável estado da situação comercial, financeira, bancária e política em que se achava o Brasil”<sup>23</sup>.

A respeito da crise, *O Faialense* levantava a hipótese de o governo brasileiro tomar “medidas violentas de deportação contra alguns indivíduos acusados justa ou injustamente das especulações” que vinham “dificultado as transações, trazendo o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, e, portanto, uma grande excitação nas classes menos abastadas”. Esta folha apontava que tais indivíduos eram vistos como antirrepublicanos, havendo inclusive associações com a colônia lusa, de modo que concluía que “infelizmente, com este estado de coisas”, seriam “os portugueses, os de lá e os de cá”, que também poderiam sofrer<sup>24</sup>. Em linha próxima, *O*

---

<sup>23</sup> O CONIMBRICENSE. Coimbra, 9 dez. 1891. A. 45. N. 4.619. p. 2.; e 12 dez. 1891. A. 45. N. 4.620. p. 1-2.

<sup>24</sup> O FAIALENSE. Horta, 13 dez. 1891. A. 35. N. 16. p. 1.

*Jornal do Povo* de Oliveira de Azeméis referia-se a “graves apreensões” oriundas da baixa do câmbio no Brasil, que constituía “um grande mal”. Segundo este periódico, “as íntimas ligações e altíssimos interesses”, que prendiam Portugal e Brasil, faziam “com que os boatos alarmantes acerca dos últimos acontecimentos pusessem em sobressalto a consciência pública”, de maneira que a “crise gravíssima”, era divulgada amplamente pela imprensa, “o que tornava ainda mais dolorosa a primeira impressão”, que percorreria “o país de um extremo a outro, como uma corrente elétrica”<sup>25</sup>.

Tal tema também constou nas abordagens da publicação *Portugal, Madeira e Açores* ao informar que as notícias que chegavam do Brasil eram “de ordem a sobressaltar os ânimos de todos os portugueses e especialmente de grande número daqueles” que tinham “estreitas relações com aquela república”. A folha declarava o seu “natural pesar ao ver quão incerto” era “o estado da política brasileira”, que estava “infelizmente lançando profundas perturbações no estado econômico daquele fértil país”, ligado a Portugal por “estreitas relações”. Segundo o periódico, “a questão política no Brasil” parecia “distanciar-se do seu termo”, pois em vários “pontos do país a febre das revoltas alastrava-se”, além do que, “a crise bancária continuava afetando as operações por falta de confiança”. Diante disso, o jornal argumentava que “este estado de comoção no Brasil” traria “para os portugueses as consequências que a ninguém” era “dado desconhecer”, ainda mais quando se levava em consideração o quanto estreitas eram as relações lusitanas “com aquele Estado”, já que lusos e brasileiros eram “ligados por interesses tão importantes” e que se achavam “tão profundamente afetados”<sup>26</sup>.

*O Progresso* de Lamego foi outra folha que tratou dos prejuízos lusitanos advindos da crise brasileira, afirmando que Portugal estava “geral e profundamente alarmada pelas notícias vindas do Brasil”, pois, “em poucos países da Europa” haveria “tão justificadas razões para se desejar vivamente que os negócios brasileiros” corressem bem e prosperassem. De acordo com este periódico, “na tremenda

<sup>25</sup> O JORNAL DO POVO. Oliveira de Azeméis, 7 nov. 1891. A. 11. N. 1.123. p. 1.

<sup>26</sup> PORTUGAL, MADEIRA E AÇORES. Lisboa, 20 nov. 1891. A. 8. N. 340. p. 2.; 5 dez. 1891. A. 8. N. 342. p. 2.; e 28 dez. 1891. A. 8. N. 345. p. 2.



luta financeira” enfrentada pelos portugueses, “num torvelinho enorme de contrariedades e desastres, a baixa do câmbio brasileiro” representava “um papel importantíssimo”<sup>27</sup>. Seguindo rumo aproximado, a *Folha de Vila Verde* dizia que não se julgava “com o direito de intervir nos negócios internos de uma potência amiga, dirigindo censuras à sua administração”, mas lamentava “apenas vê-la em embaraços” que se desenhavam “tão graves, e de cujas consequências” também participaria Portugal, “já assoberbada por dificuldades de toda a ordem”<sup>28</sup>.

Também o *Gil Fernandes* referia-se às dificuldades de Portugal em quadro pelo qual a situação brasileira só aparecia como agravante, argumentando que “os últimos acontecimentos” serviram para “aumentar o desânimo”, de modo que aqueles “que ainda confiavam na regeneração financeira do país tinham os olhos postos na situação econômica do Brasil, e esperavam que a elevação cambial permitisse a remessa de importantes capitais da América para Portugal”, os quais serviriam para “aliviar consideravelmente as circunstâncias lusas”, mas as notícias iriam de encontro a tal expectativa, intensificando “uma gravidade” que ninguém poderia desconhecer<sup>29</sup>. O *Diário do Alentejo*, por sua vez, definia que “a ordem do dia” era “a questão brasileira”, que em muito influía “na vida econômica e financeira de Portugal”, de maneira que se comprometia a trazer “notícias circunstanciadas de tudo” que estava se passando na jovem república, esclarecendo acerca dos riscos que vislumbra para o futuro do país<sup>30</sup>. Mais pessimista ainda quanto ao agravamento da crise brasileira, *O Esposendense* caracterizava aquele final de século como “doloroso e prenhe de augustas interrogações”, já que, “em toda a parte, assim na velha e cansada Europa, como na juvenil e rica América”, havia “um mal-estar” e pairava “uma triste e acabrunhadora incerteza por sobre o dia de amanhã”. Tal folha considerava ainda que havia uma “desconfiança” que se apossava “das nações combalidas, levadas a um estado de

---

<sup>27</sup> O PROGRESSO. Lamego, 13 nov. 1891. A. 7. N. 336. p. 1.

<sup>28</sup> FOLHA DE VILA VERDE. Vila Verde, 8 nov. 1891. A. 7. N. 314. p. 1.

<sup>29</sup> GIL FERNANDES. Elvas, 24 nov. 1891. A. 6. N. 239. p. 1.

<sup>30</sup> DIÁRIO DO ALENTEJO. Évora, 26 nov. 1891. A. 6. N. 1.537. p. 1.



nervosismo” o qual “impelia cegamente a uma ruína inevitável” presente “na sombra misteriosa” dos relatórios voltados aos orçamentos<sup>31</sup>.

Mantendo a pauta em torno das sequelas da crise brasileira para Portugal, o *Jornal de Notícias* informava que, à medida que se agudizavam as questões políticas no Brasil, notava-se “a baixa considerável do câmbio”, tanto que, “para se obter uma libra em Portugal” eram pagas “cinco no Brasil”, o que para os portugueses constituía “uma situação violentíssima”. Na visão do periódico, Portugal tinha “tudo a perder com as agitações” pelas quais passava aquele país, que era “seu irmão pela raça e pela língua, e seu aliado na maioria das suas operações econômicas e comerciais”, de forma que “as desgraças” que feriam o Brasil, feririam “duplamente aos lusos, nas afeições e nos interesses gerais”. Nessa linha, explicava que “entre os infortúnios” que vinham oprimindo os lusitanos, que seriam “tantos e tão graves, a última crise brasileira” soara “como agouro de um mau futuro”. A publicação portuense apontava que “os fatos ultimamente sucedidos no Brasil” teriam amplas repercussões entre todos quantos com ele exerciam “operações comerciais”, ou que ali tinham “as suas fortunas”, e que padeciam “gravemente com qualquer perturbação na ordem interna daquele país”; e, “quanto a Portugal, as dificuldades” eram “tantas e tão fundas, que, sem dúvida, ela” era “uma das nações que mais vivamente” se impressionava com “as notícias recebidas” desde a América<sup>32</sup>.

Insistiu também nessa temática a *Autonomia* ao considerar nada lisonjeiras as notícias vindas do Brasil, referindo-se especificamente às crises monetária e comercial. Nesse sentido, tal folha argumentava que “uma verdadeira calamidade” seria para os lusitanos se o Brasil se lançasse “nos azares das revoluções”, de modo que caracterizava como fundada a “grande preocupação” com os reflexos de tal crise em Portugal<sup>33</sup>. Já *O Popular* de Cais do Pico fazia uma apreciação a respeito da posição de outros jornais, uns que

<sup>31</sup> O ESPOSENDENSE. Esposende, 6 dez. 1891. A. 5. N. 245. p. 1.

<sup>32</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 6 nov. 1891. A. 4. N. 265. p. 1.; 7 nov. 1891. A. 4. N. 266. p. 1.; e 12 nov. 1891. A. 4. N. 270. p. 1.

<sup>33</sup> AUTONOMIA. Marinha Grande, 8 nov. 1891. A. 3. N. 109. p. 1.

diziam “ser muito grave o caso da florescente república sul-americana”, ameaçada pela guerra civil e pelo desmembramento, falando em “grande crise”; ao passo que outros resumiam tais eventos a “pequenos conflitos de política local”. Segundo este jornal, independente da interpretação, o mais importante ponto a ressaltar era o quanto sentiria “Portugal o horrível choque” que estava a “abalar a nação brasileira”<sup>34</sup>.

Outro aspecto levantado pelas folhas informativas e moderadas lusitanas esteve ligado à imputação de parte da culpa pela crise brasileira à especulação calcada no capital internacional. De acordo com tal linha de pensamento, *O Primeiro de Janeiro*, tendo em vista a decretação da lei marcial no Brasil, dizia que também se deveria fazer uso dela “contra os especuladores do câmbio, os agiotas da bolsa, os banqueiros de contrabando e os empresários de fortunas rápidas”, que perturbavam “a marcha normal das praças brasileiras” e atrofiavam, “sem razão plausível, o crédito da nação sul-americana”. Na opinião do jornal, “havia seguramente um plano ajustado para o descrédito da república, concentrado no depreciar da sua moeda e na baixa dos seus títulos”, explicitando que as sedes de tais “conspiradores” eram em “Londres e Paris”<sup>35</sup>.

Com posição parecida, o *Correio da Beira* afirmava que era dolorosa a “insensatez de uma parte da imprensa portuguesa, predisposta sempre a apreciar injusta e desfavoravelmente as coisas e as pessoas do Brasil”, de modo que, naquele momento, “os acontecimentos da florescente república” vinham sendo “vergonhosamente explorados” e denunciava a ação de “especuladores financeiros internacionais”, interessados em apresentar uma perspectiva de crise para o Brasil<sup>36</sup>. Na mesma linha, *O Correio do Porto* denunciava que “certas agências telegráficas” estariam a divulgar “grande alarme e pânico para quem quer que se interessasse um pouco pelo bem-estar” do Brasil, no que eram acompanhadas por alguns jornais que “faziam eco de todos os boatos

---

<sup>34</sup> O POPULAR. Cais do Pico. 6 dez. 1891. A. 2. N. 17. p. 1.

<sup>35</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 7 nov. 1891. A. 23. N. 266. p. 1.; e 11 nov. 1891. A. 23. N. 269. p. 1.

<sup>36</sup> CORREIO DA BEIRA. Castelo Branco, 15 nov. 1891. A. 8. N. 368. p. 1.

alarmantes, com o fim exclusivo de espalharem o terror”, tal qual fossem “pescadores de águas turvas”<sup>37</sup>.

Assim os jornais noticiosos ou moderados levaram em detalhes ao público os acontecimentos em torno do golpe perpetrado pelo presidente brasileiro em novembro de 1891. Mesmo que cada um tivesse suas convicções manifestadas explícita ou implicitamente, na maior parte favoráveis à forma de governo vigente em Portugal, essas publicações esforçaram-se para não tomar partido favorável ou contrariamente no que tange ao que acontecia do outro lado do Oceano Atlântico, buscando propagar a ideia de que eram indiferentes entre a monarquia e a república. Dessa maneira, fosse com a preeminência da informação, fosse com a da moderação, os periódicos predominantemente noticiosos estabeleceriam uma alternativa em relação à abordagem calcada no engajamento e no enfrentamento entre monarquistas e republicanos.

---

<sup>37</sup> O CORREIO DO PORTO. Porto, 21 dez. 1891. A. 7. N. 34. p. 1.

## II. Os jornais monárquicos

Diante do golpe de Estado de novembro de 1891, a imprensa de matiz monárquico não perderia a oportunidade para tecer ferrenhas críticas à nova forma de governo do Brasil. Nesse quadro, até mesmo algumas das publicações que em 1889 haviam optado por uma moderação na abordagem do tema, ou inclusive outras que buscaram manter uma certa neutralidade informativa, deixariam transparecer uma inspiração monarquista e viriam também a censurar os acontecimentos políticos brasileiros. Em tais publicações, os pontos de ataque à república foram mantidos, renovados ou ainda outros viriam a ser lançados à leitura do público. Entre tais premissas, foram levantadas a de que aquela forma de governo não teria servido para o Brasil; a perspectiva maniqueísta entre monarquia e república; a suposta lição histórica que a conturbação no cenário brasileiro estaria a trazer acerca dos malefícios do regime; a crise financeira; os possíveis riscos da desintegração, do separatismo e da guerra civil; e os reflexos de tal situação em Portugal. Além disso, tais periódicos estabeleceram duro conflito discursivo sustentado contra as folhas republicanas portuguesas.

Uma das questões mais levantadas pelas folhas monárquicas inspiradas pelos acontecimentos no Brasil em novembro de 1891 era que a república trouxera um clima de plena anarquia, o qual estaria mais do que comprovado com o golpe presidencial e as consequências dele advindas. Mesmo antes da ação autoritária do primeiro presidente, tal pensamento já era levantado, como no caso da *Folha da Manhã*, para a qual não foram “precisos séculos, lustros e nem mesmo anos”, pois, “bastaram apenas alguns meses para se reconhecer que o advento da república no Brasil” redundara “somente em males irreparáveis para esse grande povo”. Tecendo uma comparação com a época imperial, o jornal afirmava que “a discórdia tomara lugar à fraternidade” e as “doçuras de uma vida quieta e remansada, sob a égide de um monarca ilustre e benévolo”, foram substituídas pela “bacante demagógica”, na qual “os cargos, as dignidades, os ofícios, as valias” eram “repartidas entre os

apaniguados” e “o descrédito, os desbaratos e turbações” sucediam-se “espantosamente”<sup>38</sup>.

Esta mesma folha de Barcelos, a respeito do ambiente plenamente anárquico que imputava à jovem república, destacava que era sabido que não se passavam “sem desbaratos e turbações estas rápidas mudanças, estas catástrofes dos povos”, entretanto, elas nunca teriam atingido “um ponto tão elevado como no Brasil”. O periódico denunciava com veemência a ação de seus adversários, argumentando que “os utopistas, os arautos da república com altivez olímpica e uma cólera vulcânica avançaram ao acaso e abateram, aniquilaram um trono” e, realizado “o seu intento, os titãs olharam-se orgulhosos, bateram as palmas e entraram na posse da almejada herança da monarquia”, sendo também aplaudidos pelos seus colegas portugueses que os “apontaram como exemplo ao povo”. Acusava ainda os republicanos de trovejar “contra as monarquias”, louvando “o novo governo brasileiro”, apoiando “os seus atos” e mostrando “o grau de prosperidade a que tinha atingido a nova república”, mas como “a verdade” seria divina e “a mentira”, típica dos homens, a realidade comprovara o contrário, tendo em vista os malefícios da forma republicana de governo<sup>39</sup>.

Assim, na concepção das publicações monarquistas, a atitude de Deodoro da Fonseca só servira para corroborar as previsões pessimistas estabelecidas desde 1889, de que a anarquia tomaria conta do Brasil. Nesse sentido, já deflagrado o golpe, *A Terceira* se referia à “crise desanimadora” e ao “momento crítico” do Brasil que, “apesar dos seus extensos recursos”, dava ensejo a “gerais vaticínios” quanto ao seu “estado anárquico”. O periódico lembrava com ironia a implantação da república, destacando que “a pacífica revolução” não fizera “correr o sangue”, mas estava dando “os seus tristes resultados, que só o tempo” poderia apagar. No mesmo sentido, a folha considerava que eram “aterradoras as notícias do Brasil”, tendo o câmbio caído a níveis nunca atingidos “nas crises mais dolorosas do império”, além de estarem espalhando-se “a insurreição e a anarquia

---

<sup>38</sup> FOLHA DA MANHÃ. Barcelos, 16 jul. 1891. A. 12. N. 620. p. 1.

<sup>39</sup> FOLHA DA MANHÃ. Barcelos, 16 jul. 1891. A. 12. N. 620. p. 1.

por quase todas as províncias”<sup>40</sup>. Tal premissa era também traduzida por *O Comércio de Penafiel*:

Os acontecimentos políticos, administrativos e econômicos do que tem sido, e continua a ser teatro o Brasil devem servir de lição aos simples e ingênuos, que imaginam ser a coisa mais inofensiva para qualquer país a mudança súbita das suas instituições.

Quando no Rio de Janeiro, com surpresa do mundo inteiro, se proclamou a república, diziam os partidários da evolução: “Vejam com que tranquilidade, com que facilidade se substituiu um trono por uma cadeira presidencial”!

E esta exclamação encontrava eco. Muita gente observava por sua vez que sendo a transformação tão boa de operar, valia a pena fazer uma experiência.

Vão vendo agora como há fatos que, sendo na aparência de uma simplicidade extrema, são fatalíssimos nas suas consequências e nos seus efeitos.

Ninguém dirá que a sorte do Brasil seja invejável depois da queda do império.

O que se tem passado ali, num período tão curto, é por tal modo grave, que não há talvez um canto do mundo onde não hajam chegado os resultados desse acontecimento nascido de uma grande precipitação. (...) As lições da história não são para serem esquecidas ou calcadas, que não há mestra como ela para o ensinamento dos povos. O governo monárquico é o que oferece mais seguras garantias, e tanto assim que os países que passam da monarquia para a república, a poucos passos só tem de república o nome. (...)

O exemplo é tremendo e que ninguém queira vê-lo reproduzido em casa.<sup>41</sup>

*O Manuelinho de Évora* era outra publicação portuguesa que buscava enfatizar o contexto de anarquia que estaria a caracterizar a vida brasileira naqueles dois anos de república. Segundo o jornal, “toda a esperança de um porvir cheio de aventuras”, como aquela esperada a partir “de uma mudança de sistema político” que fora feita “sem uma gota de sangue e quase sem protesto”, acabara caindo “por

---

<sup>40</sup> A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 14 nov. 1891. A. 33. N. 1.692. p. 1.; e 5 dez. 1891. A. 33. N. 1.695. p. 1.

<sup>41</sup> O COMÉRCIO DE PENAFIEL. Penafiel, 21 nov. 1891. A. 16. N. 1.627. p. 1.

terra, e o Brasil” estava “atravessando a crise mais angustiosa” pela qual poderia “passar qualquer país falto de recursos de toda a ordem e em luta aberta com inimigos de toda a espécie”. A folha destacava ainda que a situação piorava, pois se tratava de uma “luta entre irmãos que não se entendiam, que não sabiam o que queriam, e que cavavam a sua ruína obedecendo a ideias do progresso” para as quais não possuíam a compreensão ou não tinham sido “educados”<sup>42</sup>.

Também no intento de apontar uma conjuntura extremamente negativa, *O Alto Minho* publicou o artigo “A verdade sobre o Brasil”, no qual dizia que “depois da partida do imperador e da proclamação da república”, não fora “sem apreensões que muitos bons espíritos viram o marechal Deodoro na presidência”, tendo em vista “a sua idade, o seu estado de saúde, os seus gostos autoritários, a sua situação no exército”, que faziam prever que ele não conseguiria satisfazer as “novas necessidades do país”, pois “não teria nem tato de compreender e de prever, nem a flexibilidade de fazer em tempo útil as indispensáveis concessões”. Daí em diante, o jornal arrolava aqueles fatores que considerava como ameaçadores aos destinos do Brasil, como “a caça aos empregos bem retribuídos; uma constituição autoritária”, que “armava o presidente, e o poder pessoal contra o qual se tinha organizado o movimento que produzira a queda do império”, encobrendo “com a sua onipotência as faltas e os abusos”; e “uma grande quantidade de papel lançada pelos bancos do país com a conivência do governo que tinha a satisfazer os apetites das suas criaturas”, gerando uma crise que só se agravava, com o câmbio tomando “proporções enormes” e gerando “uma liquidação desastrosa” no país<sup>43</sup>.

O jornal *Novidades* abandonou a posição moderada que adotara em 1889 e orientou seu discurso em frontal oposição à transformação brasileira. Segundo o periódico, “as coisas do Brasil” estavam “tomando um aspecto cuja gravidade” não poderia ser disfarçada, uma vez que havia uma tendência de “desagregação geral” e o país parecia ter “entrado, depois da queda da monarquia liberal num período de convulsões políticas, de discórdias intestinas, de

---

<sup>42</sup> O MANUELINHO DE ÉVORA. Évora, 12 nov. 1891. A. 11. N. 548. p. 1.

<sup>43</sup> O ALTO MINHO. Monção, 18 dez. 1891. A. 9. N. 31. p. 1.



revoluções e de golpes de estado”, os quais poderiam “prolongar-se, e comprometer por muito tempo as suas liberdades e a sua prosperidade agrícola, comercial e financeira”. A folha censurava também o controle do telégrafo por parte do governo, evitando a divulgação de notícias que não lhe fossem convenientes e lamentava “as desgraças que sobre o Brasil” trouxera “a república”, dizendo que sentia, “como desventura própria”, aquelas que afligiam o povo brasileiro, “depois que renunciou às antigas instituições, que durante largos anos lhe asseguraram a paz e o desenvolvimento da sua riqueza”. De forma sintética, a publicação declarava que, havia dois anos, que o Brasil vivia o “drama de 15 de novembro”<sup>44</sup>.

A visão de uma contingência predominantemente caótica para a realidade brasileira era também externada por *O Arcoense* que dava ênfase à instituição da ditadura no Brasil, ironicamente afirmando que “as coisas por lá” corriam “de vento em popa”. A folha destacava ainda que não eram “nada tranquilizadoras as notícias”, estando “a novel república sobre um vulcão”. Descrevendo a sua visão acerca do Brasil, o jornal dizia que continuavam “as dissidências naquela nova, mas infeliz república”, na qual “o elemento militar” que mudara “as instituições com facilidade”, continuava “impondo-se na administração pública, elevando um ídolo” em um dia, para derrubá-lo no seguinte. De acordo com a folha, ninguém sabia em que lugar chegaria “aquilo”, mas não seria de crer que entrasse “brevemente no verdadeiro caminho”, num quadro pelo qual todos os que ali tinham interesses estavam “também sofrendo as consequências dos desatinos praticados”<sup>45</sup>.

Ainda a respeito da “crise no Brasil”, *O Dia* afirmava que, se “as circunstâncias” apontadas, a partir da “dissolução do congresso – ser ao mesmo tempo promulgada a lei marcial, e o presidente se dotar a si mesmo com faculdades discricionárias” – fossem verdadeiras, revelava-se “uma situação geral muito mais grave”. Segundo o jornal, se o presidente tivesse “passado de chefe do Estado

---

<sup>44</sup> NOVIDADES. Lisboa, 17 nov. 1891. A. 7. N. 2.329. p. 1.; 23 nov. 1891. A. 7. N. 2.334. p. 1.; 24 nov. 1891. A. 7. N. 2.335. p. 1.; e 5 dez. 1891. A. 7. N. 2.345. p. 1.

<sup>45</sup> O ARCOENSE. Arcos de Valdevez, 8 nov. 1891. A. 6. N. 293. p. 2.; 22 nov. 1891. A. 6. N. 295. p. 2.; e 20 dez. 1891. A. 6. N. 299. p. 2.

para caudilho de uma facção, mais ou menos numerosa, mais ou menos aventureira”, não seria “difícil prever as deploráveis e desastrosas consequências” a que poderia “dar origem uma tão irrefletida audácia”. Com olhar irônico e enfatizando a perspectiva monárquica, acerca da derrubada de Deodoro, a folha descrevia que “uma revolução” o levaria “ao poder, e uma revolta” o destituíra, considerando que isso constituía um “caso lógico e ao mesmo tempo um alto ensinamento político”<sup>46</sup>.

Para *O Invencível*, por mais que se quisesse “atenuar a gravidade dos últimos acontecimentos”, era “forçoso confessar que o ato praticado pelo marechal Deodoro” representava “a mais inaudita das violências” e “a situação, que a sua política desastrosa” criara, era ainda “mais perturbadora e muito mais violenta, pela propositada desconsideração de todos os princípios constitucionais” e “pelo afrontamento insensato de todos os direitos legítimos da representação nacional”. Na concepção da folha, “nunca em país algum do mundo a política da corrupção” fora “mais audaciosa, nunca o mercantilismo oficial” fora “mais impudente, nem mais criminoso, afrontando e arrostando mais cinicamente a consciência pública”. Mantendo as acusações contra o primeiro presidente brasileiro, o jornal dizia que ele havia “usado e abusado do direito do veto”, do qual Pedro II jamais teria se desviado, como “escrupuloso respeitador dos direitos da soberania nacional”. Afirmava ainda que Deodoro estaria “completamente exautorado pelas câmaras, acusado de menos escrupuloso e de menos correto no cumprimento dos seus deveres”, bem como “de conivente responsável em atos governamentais dos mais escandalosos”, os quais haviam sido “franca e rudemente assinalados à condenação da consciência pública do Brasil”<sup>47</sup>.

Mais sucinto, *O Estremocense* declarava que o Brasil debatia-se “com crises difíceis e com poucas probabilidades de resoluções satisfatórias”<sup>48</sup>. Já *A Tarde* dizia que cada notícia “pintava

---

<sup>46</sup> O DIA. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 4. N. 1.292. p. 1.; e 24 nov. 1891. A. 4. N. 1.309. p. 1.

<sup>47</sup> O INVENCÍVEL. Marco de Canaveses, 14 nov. 1891. A. 4. N. 203. p. 1.

<sup>48</sup> O ESTREMOCENSE. Estremoz, 12 dez. 1891. A. 4. N. 194. p. 2.

a cores verdadeiramente horríveis a situação da república” que constituía um “sudário constrangedor”. Tal folha afirmava ainda que as informações sobre o Brasil revelavam que chegara “ao período agudo a crise política” que assoberbava “aquele grande e opulento país, digno certamente de melhor sorte” e que vinha sofrendo, nos últimos dois anos, com “todas as loucuras de infantilidade política”<sup>49</sup>. Por sua vez *O Nacional* emitia a opinião de que se complicavam “cada vez mais os negócios internos da república”, apontando para “as crises política e financeira, a preponderância que o militarismo” tinha assumido, “a tendência de várias províncias para se constituírem em estados livres, a desconfiança geral, e, além disso, a previsão de uma inevitável derrocada financeira”, como fatores que punham “o Brasil em tal estado de fraqueza e abatimento”, de modo que estaria enfrentando “tamanha crise” aquele que já fora “outrora tão próspero e tão afortunado” país<sup>50</sup>.

Pessimistas eram também as previsões de *O Português* que comparava o Brasil às “ditaduras militares nas repúblicas latino-americanas”, de maneira que, em relação à “ditadura do marechal Deodoro”, seria “lícito deduzir das lições da história sobressaltos e receios”, notadamente no que tange à guerra civil<sup>51</sup>. Com pensamento próximo, *O Comércio de Barcelos* manifestava forte preocupação com a situação brasileira, referindo-se a “todas as notícias tétricas” que de lá chegavam, dizendo-se convencido de que o modo pelo qual “se efetuara a mudança” no Brasil fora “o mais irregular e dissolvente”, diante do que concluía que “maus princípios” não poderiam “produzir bons fins”<sup>52</sup>. Mais incisiva era a *Gazeta do Norte* de Chaves ao excluir que todos sabiam “a forma porque o general Deodoro” procedera “para com o velho imperador”, mas, em contrapartida, acabara “de lhe acontecer o mesmo, sendo intimado a abandonar o poder”. Segundo esta folha, “o sonhar com a ditadura vitalícia” fora “o cadafalso político do infiel militar” e argumentava

---

<sup>49</sup> A TARDE. Lisboa, 7 nov. 1891. A. 3. N. 870. p. 1.; e 24 nov. 1891. A. 3. N. 884. p. 1.

<sup>50</sup> O NACIONAL. Braga, 12 dez. 1891. A. 12. N. 1.122. p. 1.

<sup>51</sup> O PORTUGUÊS. Lisboa, 6 nov. 1891. A. 4. N. 1.283. p. 1.; e 8 nov. 1891. A. 4. N. 1.285. p. 1.

<sup>52</sup> O COMÉRCIO DE BARCELOS. Barcelos, 15 nov. 1891. A. 2. N. 89. p. 1.

que não era “para invejar a sorte da república, porque onde os exércitos” punham e despunham “do supremo mandato dos magistrados, o esfacelamento” seria inevitável, lamentando pelo “pobre Brasil” que chegara aquela situação e vaticinava que ainda havia “gente a desejar uma república para isto”<sup>53</sup>, em recado direto ao movimento antimonárquico luso.

A perspectiva catastrófica quanto aos rumos do Brasil tinha ainda *O Timbre* como arauto, para o qual reinava “ali uma perfeita anarquia”, parecendo “que muito tarde, ou nunca” se tornaria “a restabelecer a ordem tão precisa para o engrandecimento dos povos”. Para o periódico, “a mudança do sistema governamental” viera a “cortar os voos àquela vasta nacionalidade”, ou seja, “o Brasil como império” progredira “sempre”, tendo D. Pedro II se esforçado “para fazer a vontade aos seus súditos, sem exclusão dos próprios republicanos” e, “por isso todos o respeitavam”. Considerava que, entretanto, tudo mudara, pois a república não tinha “um só homem” que pudesse “impor a sua autoridade pelos seus merecimentos”, já que o país “nunca” tivera “um estadista” além do “malgrado imperador”, não havendo “nenhum com aquela vocação para a política” que era seria necessária “aos homens” que se encarregavam “de implantar numa nacionalidade nova uma forma de governo também nova”. De acordo com o jornal, “contra fatos não havia argumento”, de modo que “o Brasil monárquico” prosperara “sempre e o Brasil republicano” estava “em risco de se aniquilar”<sup>54</sup>.

Outro fundamento muito utilizado pela imprensa lusa de cunho monárquico esteve voltado a ressaltar a crise econômico-financeira que afetava o Brasil, imputando a culpa por tal situação à instalação da nova forma de governo. Mesmo antes do golpe presidencial, algumas folhas já levantavam tal questão, como *O Comércio de Chaves* para o qual se anunciava uma “crise monetária lamentável”, provocada pelos “desatinos de um governo”, que desejava “firmar a sua imortalidade em largas sementeiras de fundações de empresas, de sindicatos especulativos e em esbanjamentos torrenciais”, os quais teriam acabado por desacreditar

---

<sup>53</sup> GAZETA DO NORTE. Chaves, 3 dez. 1891. A. 1. N. 63. p. 2.

<sup>54</sup> O TIMBRE. Águeda, 17 abr. 1892. A. 1. N. 29. p. 1.

“a república logo à sua nascença com prejuízos enormes para o capital” e preparado “a total ruína da moralidade governativa”<sup>55</sup>. O *Diário Ilustrado* se referia a “notícias aterradoras”, de modo que “todos” estariam “de acordo que a situação financeira do Brasil era péssima e só deste conhecimento”, se originavam “muitas falências”<sup>56</sup>. Já *O Correio do Ave* apontava para as dificuldades da “situação financeira do Brasil”, na qual o câmbio descia “porque faltou ao Brasil republicano o espedaço da confiança europeia”, que sustentara “o Brasil imperial”, explicando que tudo aquilo que se passava nada mais era “do que as consequências do regime financeiro inaugurado pelo governo provisório”<sup>57</sup>.

A partir do ato presidencial de novembro de 1891 e o agravamento da crise financeira, os jornais monarquistas foram ainda mais enfáticos ao acusarem a república por diversas mazelas. Nesse sentido, *A Nação*, afirmava que o Brasil estava “sendo arrastado pela república a um perigoso esfacelamento que simultaneamente ou a pouco trecho” o sepultaria “na ruína”, citando “a progressiva e assustadora cotação dos câmbios” como fator comprovador de sua tese. Na visão da folha, “o modo porque a confiança dos mercados europeus” vinha esmorecendo e “o desastroso retraimento de remessa de capitais” dava o “testemunho de que a proclamação da república” fora “um gravíssimo erro” pelo qual “aquele país” estava “se penitenciando”. Diante de tal quadro, o periódico avisava que os acontecimentos do Brasil deveriam “abrir os olhos àqueles que em Portugal puderam alguma vez acreditar na salvação do país por meio da república”<sup>58</sup>.

Não deixava por menos *O Tribuna Popular*, ao declarar com desdém que o câmbio no Brasil vinha baixando “de uma forma considerável”, estando aí “bem manifesta a gloriosa obra da república”. Destacava ainda que, “em pouco mais de um ano”, o país vira “seu crédito arrasado, os seus papéis sem valor, a sua indústria e o seu comércio paralisados” e, “por toda a parte a ruína e o espectro

---

<sup>55</sup> COMÉRCIO DE CHAVES. Chaves, 28 jan. 1891. A. 5. N. 5. p. 1.

<sup>56</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 22 mar. 1891. A. 20. N. 6.455. p. 2.

<sup>57</sup> O CORREIO DO AVE. Vila do Conde, 21 ago. 1891. A. 22. N. 157. p. 2.

<sup>58</sup> A NAÇÃO. Lisboa, 7 nov. 1891. A. 46. N. 11.559. p. 1.

da fome”, com “os seus caudilhos republicanos desacreditados” e “um nepotismo escandaloso em todos os negócios públicos”, além da ameaça da guerra civil, formando-se um “triste e doloroso quadro”. Demonstrando suas convicções, o jornal afirmava que o caso brasileiro consistia um “exemplo aos iludidos das outras nações”, que pensavam “em melhorar mudando as instituições”. Dizia ainda que todos deveriam “lembrar com saudade dos florescentes dias do império, em que tudo” fora “riqueza, crédito, abundância e paz”, não havendo “o descrédito e a pobreza ruinosa” que passaram a assolar com a república. Diante disso, a folha exclamava que se tratava de um “pobre e desventurado” país e uma “malfadada república”<sup>59</sup>.

Criticando vivamente a forma de governo instaurada no Brasil, *O Ovarense* afirmava que, “de um momento para o outro, meia dúzia de homens audaciosos, secundados pela indiferença do grande número”, não haviam duvidado em “romper no Brasil com as suas instituições tradicionais, pretendendo vazar em novos moldes todos os processos da administração”, transformando-se “a monarquia unitária numa federação de estados mais ou menos autônomos”. Segundo a folha, a partir de então, franqueara-se “o terreno da política a todas as ambições, e quando parecia ter-se em vista um ideal nivelador, de austera democracia”, caíra-se “a breve trecho numa oligarquia de plutocratas”. Declarava também que o Brasil estava entregue aos interesses dos grandes financistas, “à custa de uma população subitamente empobrecida”, que teve multiplicado “três vezes o custo da existência”, de modo que, “em lugar da nivelção”, com a “equitativa distribuição das riquezas, sem a qual não passavam de cruéis ironias todas as liberdades e direitos cívicos”, cresceram apenas os segmentos ligados ao capital financeiro<sup>60</sup>.

Mantendo o tom veemente, *O Ovarense* considerava que “a aventura financeira” fora “ainda além da aventura política”, tudo “como consequência da revolução” que trouxera “para a superfície social a espuma de todas as ambições” e, desorganizando-se “a política”, comprometera-se “a economia”. Apontando para o caso lusitano, a publicação concluía que se “o tresloucado amor pela

<sup>59</sup> O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 25 nov. 1891. A. 35. N. 3.727. p. 2.

<sup>60</sup> O OVARENSE. Ovar, 15 nov. 1891. A. 9. N. 434. p. 1.

novidade e o domínio transitório das ambições irrequietas” estavam destruindo um país rico, entre os portugueses, “depauperados e anêmicos”, traria “a aniquilação completa”, devendo eles colocar “os olhos na aventura”, que estava “fazendo estremecer o Brasil” e aprenderem, “com o exemplo alheio, a evitar essas crises” que, se eram “perigo para as grandes nações, para as pequenas quase sempre se tornavam fatais”<sup>61</sup>.

Com sua orientação editorial voltada aos temas econômico-financeiros, *O Crédito* diagnosticava com preocupação a situação cambial brasileira, não vislumbrando maiores possibilidades de soluções. Além das justificativas estruturais para a crise econômica, o periódico apontava para desmandos e corrupção que teriam ocorrido sob a república. Nessa linha, destacava que havia no Brasil “enormes empréstimos” tomados “ao Estado”, por parte de “parentes e amigos políticos do marechal-ditador”, pessoas as quais “se emprestava não segundo a sua solvabilidade, mas conforme a sua influência ou autoridade do seu parentesco e de suas relações”. Nesse quadro, o jornal avaliava que “a situação brasileira” afigurava-se, até mesmo “independentemente das condições anárquicas provenientes do recente golpe de Estado, muitíssimo inquietadora”. Tecendo considerações sobre possíveis soluções, a folha chegava a sugerir que “chamar o velho imperador seria talvez um meio rápido de conjurar a crise” da nação e “dos perigos que mais gravemente” pesavam “sobre ela”<sup>62</sup>.

Tal crise econômica no Brasil era também vista a partir dos reflexos que poderia trazer à sociedade lusa, caso do *Jornal do Porto* para o qual as dificuldades brasileiras poderiam constituir “um presságio terrível de outras conflagrações” que seriam “a ruína do país, acabando por arrastar” também os portugueses “para as beiras do precipício”. De acordo com a publicação portuense, com “as comoções políticas do Brasil” eram agravadas as “dificuldades financeiras, públicas e particulares” lusitanas, avolumando-se ainda mais os problemas cambiais e a especulação monetária, pois, “como consequência do retraimento dos capitais e mesmo da escassez, pelo

---

<sup>61</sup> O OVARENSE. Ovar, 15 nov. 1891. A. 9. N. 434. p. 1.

<sup>62</sup> O CRÉDITO. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 1. N. 15. p. 1-2.



represamento de muitos milhares de contos de réis no Brasil” avançariam “a especulação, a agiotagem, a exploração e a carestia”<sup>63</sup>. Do mesmo modo, *A Civilização* referia-se a um “período desagradável”, desencadeado pela “revolução no Brasil, que dando em resultado a baixa do câmbio cada vez mais acentuada, começou a privar Portugal da remessa de ouro daquele país”, a qual equilibrava a “balança comercial, e determinou, junto a outras causas, e, sobretudo, ao desequilíbrio considerável do orçamento, a crise econômica e financeira” que enfrentava Portugal<sup>64</sup>.

Outro ponto fundamental levantado pelas folhas monárquicas esteve ligado aos riscos de desintegração territorial que o Brasil estaria a correr a partir do golpe presidencial e as reações dele desencadeadas que acabariam por promover o desmembramento das unidades que compunham o país através da possível deflagração da guerra civil. Tal prognóstico já havia sido realizado em 1889 e, em 1891, ganhou ainda mais força como argumentação antirrepublicana. Nesse sentido, o *Comércio de Portugal* narrava que havia “dois anos que uma revolta militar” derrubara “um trono e meia dúzia de ambiciosos triunfantes” expulsara “o chefe legítimo da nação”, e, desde então, “quantas desgraças” já registrara “a história daquele grande e ilustre povo”. O jornal considerava que no Brasil caíra “uma por uma todas as liberdades públicas, e rasgarem-se, pela imprudência e incapacidade dos homens, os títulos gloriosos das mais honrosas tradições”, as quais davam aos brasileiros “os respeitos e a consideração dos estrangeiros”<sup>65</sup>.

Utilizando-se do recorrente recurso das publicações monárquicas de compararem o Brasil, sob a república, com a instabilidade dos países sul-americanos, o *Comércio de Portugal* sentenciava que estavam se “realizando as profecias daqueles que, conhecendo o caráter do povo brasileiro e receando a influência dos povos vizinhos”, anunciavam que “a nova república” estava destinada “à triste sorte de todas as repúblicas da América do Sul”, nas quais “a

---

<sup>63</sup> JORNAL DO PORTO. Porto, 11 nov. 1891. A. 33. N. 267. p. 1.; e 13 nov. 1891. A. 33. N. 269. p. 1.

<sup>64</sup> A CIVILIZAÇÃO. Guarda, 2 jan. 1892. A. 11. N. 544. p. 1.

<sup>65</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 13. N. 3.690. p. 1.

lei” parecia “ser incompatível com a liberdade e a liberdade com a ordem”. Dirigindo-se aos republicanos, a folha declarava que não deixaria “de fazer sentir àqueles” que procuravam alterar o *status quo* luso e pensavam “fazer a fortuna” da nação, lançando-a “no caminho das aventuras”, o que estaria ocorrendo no Brasil, que passara “do sossego à revolução e da liberdade à ditadura”. Segundo o periódico, para tanto não valia “realmente a pena abalar uma sociedade desde os seus alicerces, lançar um país nos horrores da guerra civil” e fazer de “um povo honrado e benquisto o escárnio e o desprezo de todas as outras nações cultas”<sup>66</sup>.

No mesmo sentido seguia *O Caldense* para o qual “os acontecimentos do Brasil” continuavam “inspirando a mais profunda e geral inquietação”, vindo a questionar “se os grandes estados da união” aceitariam o golpe de Deodoro, conformando-se “com tal estado de coisas”. Diante disso, apontava que os fatos recentes aconteciam “de forma desastrosa para o Brasil” e àquele questionamento respondia de maneira negativa, apontando que alguns estados deveriam declarar-se independentes, pois “reinava em todo o Brasil um descontentamento geral”. Assim prognosticava que deveria ser esperada “uma desgraça” e o próprio “aniquilamento de um grande país”. Na sua concepção, se um estado se aclamasse “independente”, assim acabaria por ficar, “porque o resto do Brasil” não teria “força para dominá-lo” e uma vez que um optasse pela separação, os “outros estados lhe seguiriam “o exemplo”. Diante de tais perspectivas, a folha exclamava: “Quantos desastres em tão pouco tempo! E que lição, santo Deus!”<sup>67</sup>.

Seguindo uma linha didática na doutrina das ideias monarquistas, o *Correio da Manhã* era outro dos arautos da visão acerca da aniquilação territorial brasileira. Segundo ele, nem valia a pena mostrar “ao público as lições” encerradas “nos acontecimentos do Brasil”, pois “eram bem fáceis de prever e muitas vezes” foram anunciadas, já que “as evoluções políticas” obedeciam “a uma lei” quase tão certa quanto “as leis físicas”, apesar dos “declamadores” e daqueles “que pelas declamações” se deixavam arrastar. Explana

---

<sup>66</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 13. N. 3.690. p. 1.

<sup>67</sup> O CALDENSE. Caldas da Rainha, 15 nov. 1891. A. 8. N. 372. p. 2.

que a república entrara “numa fase facilmente prevista por todos” os que liam “a história com algum critério”, não havendo o “que estranhar” e chegando “a ser de uma banalidade desesperadora esta peripécia seguríssima da política republicana”. Perante tais asserções, a folha previa que a república haveria “de ir seguindo o seu caminho histórico, conduzindo o Brasil à ruína e ao separatismo”<sup>68</sup>.

O mesmo jornal considerava que era “o separatismo o perigo mais grave” que ameaçava a república, pois nela “procedia-se com certa leviandade, animando-se umas separações de representantes de diversos estados, que podiam ter funestas consequências”, havendo bancadas de cada uma das unidades, o que seria “nefasto e digno de censura”. De acordo com o pensamento do periódico, a crise política brasileira constituía “a eterna história das repúblicas”, caracterizada pelas lutas internas, pelo “despotismo de um ditador” e pela “anarquia moral”. Para o *Correio da Manhã*, o Brasil corria riscos por estar sofrendo com “as mais extraordinárias lutas políticas”, vivendo sob “a mais odiosa escravidão”, e suportando um “regime político execrável”, com uma série de “males políticos” que o ameaçavam não só de passar “de império à república”, como já ocorrera, mas sim “de federação à desmembração”<sup>69</sup>.

Outra publicação monarquista lusitana que ia na mesma direção era *A Província* a qual noticiava que o Brasil voltara, “depois de tão curto e pouco produtivo período de legalidade, à ditadura” que se seguira “ao estabelecimento da república e que tão caro” lhe custara e que tanto deprimira “todos os elementos vitais do país”. A folha tecia previsões bastante negativas, antevendo que “a situação da nacionalidade brasileira” iria brevemente ser “de uma extrema agudeza”, pela qual ocorreria “a guerra civil ou o desmembramento fatal do grande império”, que constituía a maior prova “da capacidade colonizadora” lusa. Segundo o jornal esses seriam “os prováveis resultados” daquela “perigosa aventura”, a qual deveria servir, em Portugal, “como uma lição tremenda” aos que julgavam “fácil romper com a tradição que mais eficazmente” garantia “a

---

<sup>68</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 7 nov. 1891. A. 8. N. 2.147. p. 1.

<sup>69</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 13 nov. 1891. A. 8. N. 2.152. p. 1.; 19 nov. 1891. A. 8. N. 2.157. p. 1.; e 27 nov. 1891. A. 8. N. 2.164. p. 1.

autonomia e a independência nacional contra os possíveis azares da evolução política da Europa”. O periódico manifestava uma “invencível tristeza” diante dos possíveis destinos que vislumbrava para aquele país “que, durante tantos anos”, fora “entre as repúblicas anarquizadas da América do Sul, um consolador exemplo” de quanto valia “um regime de liberdade e de ordem”, fundado “na tradição” e harmônico “com os verdadeiros interesses do país” e que, “numa hora de desvario” sacrificara “tudo isso à quimera revolucionária que uns acariciavam e às ambições menos lícitas que outros nutriam”, constituindo uma “lição” que não poderia “ficar desaproveitada”<sup>70</sup>.

Em igual sentido manifestava-se *A Voz do Lima*, ao afirmar que “a situação dos Estados Unidos do Brasil era gravíssima”, pois, ao invés “da grandiosa federação” com que se pretendia “conservar a unidade nacional, sempre sustentada pelo império”, acabariam por surgir “várias republiquetas inimigas figadais umas de outras”, assistindo-se “a uma dispersão geral de atividades em lutas intestinas de extermínio ou preponderância”, já que, com o fim da monarquia, haviam se esgotado “as forças de coesão”. O prognóstico desta folha era que alguns estados iriam se separar entre si, obtendo “o que, pelo correr da história imperial, por vezes tentaram com fortuna incerta, e grande sacrifícios de sangue, mas que nunca conseguiram”<sup>71</sup>. Essa fragmentação político-territorial era também prevista por *O Dia*, o qual acrescentava que havia ainda um mal maior a temer, pois, frente à “desagregação o que mais preocupava” não era “a constituição das independências”, e sim “as lutas tremendas e sanguinolentas” que se sucederiam, “quando os grandes estados”, que tinham “elementos de vida própria”, pretendessem “anexar os vizinhos” que não tinham os mesmos meios e virariam alvo de disputa entre os demais. Diante disso, o jornal concluía que de tais fatos se poderia “tirar uma ensinadora ilação”, ou seja, que era “tão fácil a revolta de caserna expatriar um velho imperante, como difícil” tornava-se “depois estabelecer uma república viável e duradoura”<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> A PROVÍNCIA. Porto, 6 nov. 1891. A. 7. N. 254. p. 1.; e 13 nov. 1891. A. 7. N. 260. p. 1.

<sup>71</sup> A VOZ DO LIMA. Ponte de Lima, 13 nov. 1891. A. 6. N. 273. p. 1.

<sup>72</sup> O DIA. Lisboa, 11 nov. 1891. A. 4. N. 1.297. p. 1.

Tal argumento era ainda defendido com veemência pelo diário *Portugal*, ao explicar que havia dois anos que o império fora derrubado por “uma cabala política, explorada pelo ardor democrático de alguns alunos das escolas militares”, e já naquele momento “de todos os lados surdiram profecias das horas tristes que o futuro reservava à recém-vinda república”. Na concepção do jornal, os fatos estavam “desgraçadamente dando razão aos pessimistas” de modo que aquilo pelo que passava o Brasil era “apenas o prelúdio” do que se sucederia, uma vez “chegado o momento das reivindicações autonomistas das províncias mais distantes”. A publicação argumentava que “a unidade imperialista impunha-se às diversas províncias, pela harmonia dos processos governativos, incapazes de despertar as rivalidades locais” que eram “sempre o mais ativo fermento das revoltas contra o poder central”, mas, com o fim do império “na voragem de uma arruaça que o êxito coroou”, se rompera também “o frouxo elo que ligava” as províncias”. Na previsão da folha, naquela “situação dos espíritos do Brasil, um golpe de estado” significava as “preliminares de uma nova crise política” da qual não deveria sair “inteira a unidade republicana”<sup>73</sup>.

O catastrofismo era mantido por *Portugal* ao expor que “uma luta civil” não deveria ser “senão o prelúdio do completo desmembramento do florescente império de D. Pedro II”, dizendo que prognosticava “isso com sincera tristeza”, não se devendo “desprezar este ensinamento da história”. De acordo com a folha “a índole dos povos sul-americanos” era “de natureza a incutir preocupações”, de maneira que seria “natural” que fossem reproduzidos, “com o mesmo horror, os incidentes” que tinham “tantas vezes manchado a história das repúblicas espanholas da América”. O periódico insistia na tese de que fora um erro a transição brasileira, com “a inábil expulsão de um monarca, ao qual tanto devera o império”, para depois ver-se “o famoso caudilho da revolta de novembro, decaído do efêmero prestígio da vitória”, vendo “levantarem-se contra si as espadas que o puseram nas eminências do poder”. Considerava que assim se realizaram “todos os tristes vaticínios feitos ao advento da república”, num quadro pelo qual os

---

<sup>73</sup> PORTUGAL. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 2. N. 326. p. 1.

“horrores de uma crise econômica” seriam seguidos pelos “horrores de uma desenfreada anarquia”. Mantendo a linha de pensamento, o jornal afirmava que “os episódios sanguinolentos das repúblicas espanholas” se reproduziriam “inteiramente nas vilas e cidades do antigo império brasileiro”, de maneira que não teria valido a pena expulsar “ingratamente um velho, cujo alevantado espírito se consagrara todo à felicidade tranquila do seu povo, para cair” em um “abismo” que ameaçava “tudo subverter”<sup>74</sup>.

As publicações de natureza monárquica tiveram ainda outro ponto extremamente recorrente em suas críticas à transformação institucional brasileira, intentado demonstrar que tal mudança na forma de governo constituiria um erro crasso, promovendo constantes comparações entre os tempos monárquicos e os republicanos e confrontando os seus adversários políticos. Ao tratar do assunto, o *Jornal do Porto* referia-se aquela transição como uma “cruel desilusão” que sofrera o Brasil a partir da “transformação súbita do regime político” ali operada de “uma forma surpreendente, e a contar de então, de surpresa em surpresa”, passara-se da “proclamação da república à santificação da liberdade, e da igualdade à organização do congresso e do militarismo até a ditadura e suas consequências”<sup>75</sup>.

Na opinião deste mesmo periódico, o golpe presidencial tivera “a virtude de demonstrar que a queda do império” fora “um desastre que, semelhante ao ciclone, destruíra na sua passagem toda a ventura de um país” e arrastara “na derrocada todas as esperanças, todas as ilusões e todo o crédito nacional”, vindo a determinar “depressões no câmbio, tão fundas, tão desastrosas que colocaram todas as classes na mais absoluta impossibilidade de fazerem a mais pequena, a mais insignificante das transações pecuniárias”. A folha considerava que “a anarquia não era tolerável”, assim como “a desconfiança no crédito, as oscilações do câmbio e as terríveis consequências de ambos”, os quais “tanta influência” exerciam “no modo de existir de um povo habituado a gozar de verdadeira liberdade, de santa equidade, e de

---

<sup>74</sup> PORTUGAL. Lisboa, 12 nov. 1891. A. 2. N. 332. p. 1.; e 24 nov. 1891. A. 2. N. 342. p. 1.

<sup>75</sup> JORNAL DO PORTO. Porto, 27 nov. 1891. A. 33. N. 281. p. 1.

crédito financeiro sem óbice de qualquer raça”, como seria à época monárquica<sup>76</sup>.

No mesmo tom comparativo, *A Crença Liberal*, comentando a crise brasileira, questionava se era para aquilo que se fizera a república e se destronara “o velho D. Pedro” que fora “forçado a vir para a Europa, vítima dos brutais acontecimentos realizados por uma soldadesca desenfreada, sob a direção de reconhecidos ambiciosos e ingratos”. Tendo em vista o golpe, a folha apontava que o Brasil não estava “no seu estado normal, e que os casos sucedidos” seriam “como o prólogo de graves acontecimentos” que poderiam “fazer perigar a vida e interesses de milhares de famílias”, muitas das quais tinham “residência em Portugal”. Perante tal situação, o periódico argumentava que era toda aquela série de dificuldades o que Brasil conseguira tirar da república, tendo só piorado, de modo que o imperador derrubado estava “bem vingado dos agravos” recebidos. A publicação defendia que “a nação brasileira era muito mais feliz quando D. Pedro a governava sábia e liberalmente”, considerando ser “indubitável que o real proscrito era um dos monarcas mais ilustrados da Europa”. Dizia ainda que em Portugal havia quem quisesse “fazer o mesmo”, mas opinava que “tais ambições” não passavam “de sonhos pueris”, já que os republicanos lusos “nada” valiam e seriam “tão infelizes” que nem tinham “um homem importante a dirigi-los” e combatiam a monarquia, não para “realizar os seus anelos”, mas para explorar “parte do povo que ainda não os conhecia bem”<sup>77</sup>.

O *Diário Popular* que buscara manter uma postura moderada e informativa à época da proclamação da república, a partir da crise desencadeada pelo ato golpista de Deodoro, assumiria definitivamente uma feição monárquica. Referindo-se à dissolução do parlamento e à implantação da ditadura, o jornal apontava para “as funestas e desastrosas consequências que para o povo brasileiro” resultara “da queda do bondoso e ilustre imperador D. Pedro II”. Segundo a folha, “o Brasil vivia tranquilo e rico, estava altíssimo o seu crédito, aumentava todos os dias a sua riqueza, gozava a mais

---

<sup>76</sup> JORNAL DO PORTO. Porto, 27 nov. 1891. A. 33. N. 281. p. 1.

<sup>77</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 15 nov. 1891. A. 30. N. 2.978. p. 1.



ampla liberdade”, e o “império caminhava rápido para ser a nação preponderante no vastíssimo sul-americano”, entretanto, viera “a revolta dos quartéis”, fora “expulso o velho e respeitável imperador” e proclamara-se a república. Em relação aos adversários republicanos, o periódico relatava que, a partir daquele novembro de 1889, “conforme os profetas” lusos, deveria “raiar esplêndido o sol da liberdade” e “a providência despejaria sobre o Brasil uma cornucópia enorme de prosperidade e riquezas”, entretanto, o que se vira teriam sido aqueles “resultados tristíssimos, patentes, desastrosos e terríveis” pelos quais lastimavam “todos os amigos do povo brasileiro”<sup>78</sup>.

Tais resultados eram sintetizados pelo *Diário Popular* a partir de práticas como o autoritarismo, os desmandos das verbas públicas e a especulação desenfreada, referindo-se ao ponto em que chegara “a intensidade do mal” no Brasil, lamentando mais uma vez, pelo “estado de perturbação social e política” com que se via “a braços aquele país” ainda havia “poucos meses tão liberal, tão pacífico, tão rico, tão próspero”. Para o periódico, seria necessário “tirar a lição eloquente que dos fatos” resultava, ou seja, que não haveria “desgraça maior que pretender um país estabelecer instituições” que destoavam “das suas tradições ou que nos costumes” não se achassem “radicadas”. Nesse sentido, definia que “o Brasil era um país monárquico, com a monarquia vivia tranquilo e rico, e as suas tradições eram as da monarquia” e ele “não estava educado nem preparado para uma rápida transformação política”, promovida por “uma revolta de quartel” que pretendia “implantar violentamente o sistema, que não era das tradições, nem da educação, nem aconselhava nenhuma conveniência social ou política”. Perante tais considerações, reiterava o argumento de que os “resultados desastrosos não tardaram a confirmar a lição que a história” dava “em todos os tempos, em todos os países”, decretando que, aplicada a Portugal, tal experiência só poderia levar o país à ruína, devendo-se, portanto, fazer oposição “aos devaneios dos fanáticos ou dos especuladores deste lado do Atlântico”, ao observar-se “as tristes

---

<sup>78</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 26. N. 8.802. p. 1.; e 6 nov. 1891. A. 26. N. 8.803. p. 1.

consequências das vitórias das suas utopias do lado de lá”, pois “a lição dos fatos” era “esmagadora na sua triste realidade”<sup>79</sup>.

Este mesmo diário lisbonense adotava a estratégia de, didaticamente, reforçar seus argumentos através da insistência na afirmação de suas teses, propondo-se a “fazer o balanço das vantagens e das desvantagens políticas e sociais que as novas instituições trouxeram”, privilegiando a abordagem dos aspectos negativos, considerando os últimos dois anos, como um “período agitado e desastroso”. E mais uma vez o periódico lançava-se a estabelecer um paralelo comparativo, defendendo que “o Brasil vivia tranquilo e livre, à sombra das instituições monárquicas, desenvolvendo de maneira assombrosa a sua riqueza e afirmando cada vez mais as liberdades de que desfrutava”, mas que arrancara “no meio de uma sedição militar a coroa veneranda ao velho imperador”, despedaçara “o trono que representava a sua independência”, e proscivera e exilara “o valetudinário soberano”, derivando apenas em consequências negativas. A folha argumentava que, em um “período relativamente curto”, muitas foram as “lições e os ensinamentos”, uma vez que, a “paz” fora sucedida pela “desordem” e esta, pelo “pânico, e no meio deste ocorrer de desastres, uns sangrentos, outros despóticos, todos liberticidas e contraditórios com as promessas e as ilusões dos que confiavam na república”, dera-se “a paralisação de todo o comércio, a depreciação de todos os títulos, a baixa do câmbio”, além da “miséria e da fome fazendo a sua aparição sinistra por entre os fachos da guerra civil, ateadas em diversos pontos do solo brasileiro”. Tal quadro sinistro era completado pela asserção de que aquele era “o resultado lúgubre de dois anos do novo sistema de governo, cortados de tumultos ensanguentados e angustiosos” e “de explorações financeiras aventureiras, das quais não se poderia sequer “tirar o vislumbre de uma felicidade única”<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 6 nov. 1891. A. 26. N. 8.803. p. 1.; e 7 nov. 1891. A. 26. N. 8.804. p. 1.

<sup>80</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 25 nov. 1891. A. 26. N. 8.821. p. 1.; e 14 dez. 1891. A. 26. N. 8.840. p. 1.

Na mesma direção ia a *Correspondência de Coimbra* ao afirmar que continuava “a lição de política prática, em matéria de republicanismo, dada pelo antigo império de Santa Cruz”, no qual “o marechal Deodoro, que por efeito de uma revolta militar fora elevado a presidente e apeado da eminência” dois anos depois, num quadro em que se encadeavam “os pronunciamentos, figurando em tudo isto a opinião pública brasileira como Pilatos no Credo”. A folha destacava a troca de Deodoro por Floriano, considerado apenas como outro representante do militarismo, diante do que disparava contra os republicanos lusitanos, chamando-os de “malcriados, grosseiros, ordinários, caluniadores e patetas” por terem aplaudido tanto a um quanto ao outro dentre os dois governantes brasileiros. O periódico considerava isso como uma grave contradição e denunciava que tal “anarquia de espírito de crítica” seria “a tradução da anarquia do governo no regime republicano”, sendo esta a “natureza e a essência deste sistema político”. Argumentava que, “infelizmente o Brasil, submetido a esta anarquia”, ficava desacreditado, desconjuntado, envilecido e empobrecido e “tudo isso porque ainda no fim do século XIX, tão positivo e definitivo nas suas soluções de política e sociologia”, havia quem se ocupasse “em fazer ensaios de jacobinismo”<sup>81</sup>.

Os supostos erros da república e seu descrédito diante da monarquia eram também enfatizados pelo *Diário Ilustrado*, que noticiava a dissolução das câmaras e a nova instauração da ditadura. Buscando isentar seus partidários em relação à crise, o jornal reafirmava que, dentre os eleitos para o parlamento brasileiro, fora acentuado pela imprensa “*que nenhum deles era monárquico*”. O periódico ressaltava que ninguém poderia “deixar de tirar dos fatos a lição que eles” encerravam, considerando que a “verdade” fora que, “em nome da *liberdade*” que era o “lema da bandeira republicana”, o Brasil estava “nos braços do absolutismo da ditadura, mais discricionário que o absolutismo tradicional”. Explicava ainda que “a vida tranquila e gloriosa do velho império, em cinquenta anos de vida constitucional”, encerrara-se, “dando lugar a uma situação tensa, manifesta nas condições econômicas” e nos conflitos que se

---

<sup>81</sup> CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 27 nov. 1891. A. 20. N. 95. p. 1.

sucediam, de modo que “as profecias que a experiência” autorizara, “quando da revolta de 15 de novembro de 1889, todos os dias” iam se tornado “realidade”<sup>82</sup>.

Também teceu críticas severas à situação brasileira, *O Comércio de Penafiel* que considerava o Brasil como exemplo típico da política republicana, caracterizada como uma “eterna luta das assembleias com os presidentes”, havendo a plena “impossibilidade de resolver pacificamente esses conflitos”, além dos “eternos golpes de Estado”. Segundo a folha, os fatos estariam a confirmar “a evidência histórica da obsessão dos jacobinos”, bem como que “o defeito capital das repúblicas” era “ser o chefe do Estado ao mesmo tempo o chefe de um partido”, de modo que “a vantagem das monarquias constitucionais” era “ter o chefe do Estado interesse pessoal em não se malquistar com os partidos”. Dessa forma, concluía que “o segundo ato da velha comédia da república, que em Portugal” se chamava “de ideia nova”, estava se fazendo “representar no Brasil”, devendo todos esperar “a continuação”<sup>83</sup>.

Já *O Penafidense* dizia ser “de opinião que a mudança das instituições” no Brasil fora “um grande erro”, já que neste país, os fatos tinham “um caráter de gravidade excepcionalíssima”, que ia “contra as aspirações” lusas e que ameaçava “emaranhar complicadamente a sorte da nação irmã”, ou seja, se poderia “adivinhar ao longe os rumores da tormenta” que se acercava<sup>84</sup>. Manifestação no mesmo sentido teve *O Elvense*, para o qual eram “assombrosas e gravíssimas as notícias vindas do Brasil”, apontando a justiça do destino que levava à derrubada do militar que passara um “*mandato de despejo*” a Pedro II e lembrando o axioma de que “*quem a ferro mata a ferro morre*”. Esta folha de Elvas indicava que o Brasil precisava do “restabelecimento da paz e da ordem públicas”, do “apaziguamento da sobre-excitação popular” e da “supressão da anarquia”, a qual lavrava “fundo naquele vasto e desditoso império, bem mais feliz, respeitado e engrandecido com o governo do

---

<sup>82</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 20. N. 6.681. p. 2.; e 6 nov. 1891. A. 20. N. 6.682. p. 2.

<sup>83</sup> O COMÉRCIO DE PENAFIEL. Penafiel, 11 nov. 1891. A. 16. N. 1.624. p. 1-2.

<sup>84</sup> O PENAFIDENSE. Penafiel, 10 nov. 1891. A. 14. N. 1.447. p. 1.

ex-imperador do que sob o poder da espada flamejante do generalíssimo Deodoro da Fonseca”<sup>85</sup>.

Sob o título “Erros que se pagam”, *A Correspondência do Norte* era outra publicação monárquica a sustentar a tese dos malefícios republicanos. Para a folha, deveria haver uma tendência inevitável no Brasil do crescimento das forças monarquistas, tendo em vista uma “experiência tremenda” de efeitos negativos, em um quadro pelo qual “os que eram afetos à antiga forma de governo” deveriam “estar mais do que confirmados nas suas crenças”, pois “os acontecimentos” vinham dando-lhes “toda a razão”. Destacava que aqueles que não se importavam com “as tentações” políticas estariam reconhecendo “por uma comparação muito fácil entre o passado e o presente, que o país” desandara “para a beira de um abismo, depois da evolução realizada”. Diante disso, o periódico afirmava que seria fácil “concluir que o sistema anterior era muito mais propício” do que aquele que o substituiu, de maneira que o Brasil mudara “de forma de governo” e essa fora “uma transformação para a qual o país não estava preparado”, tendo sido “sacrificado em todos os seus interesses” com a transição operada. Levando em conta tais questões, o jornal indicava que não seria de admirar que crescessem “as saudades do passado”, gerando a vontade de “reaver o bem cuja perda” fizera nascer aquele sentimento, e chamava mais uma vez a atenção para a premissa de que “o Brasil estava florescente, era como que a terra da promessa para todos que sonhavam com a fortuna”, e tudo mudara em apenas dois anos<sup>86</sup>.

Outro jornal que mantivera a moderação em 1889, mas deixara transparecer a sua vocação monarquista com a crise de 1891 foi *O Economista*, segundo o qual, no Brasil “estavam se passando fatos de suma gravidade”, constituindo uma “gravíssima situação”. A premissa do ensinamento era também lembrada pelo jornal, ao destacar que “os acontecimentos políticos, administrativos e econômicos” dos quais fora “teatro o Brasil” deveriam “servir de lição aos simples e ingênuos” que imaginavam “ser a coisa mais inofensiva para qualquer país a mudança súbita das suas instituições”. Afirmava

---

<sup>85</sup> O ELVENSE. Elvas, 29 nov. 1891. A. 12. N. 1.128. p. 1.

<sup>86</sup> A CORRESPONDÊNCIA DO NORTE. Braga, 14 nov. 1891. A. 12. N. 1.120. p. 1.

que ninguém poderia dizer “que a sorte do Brasil” fosse “invejável depois da queda do império”, pois a sua situação demonstrava que a mudança institucional constituíra “uma grande precipitação” e, diante disso, sentenciava que “as precipitações, as utopias e os devaneios” tinham um custo muito alto, não se podendo jogar “impunemente com a sorte de uma nação”<sup>87</sup>.

Tal temática seria retomada por *O Economista* ao apontar que as mudanças propagandeadas pelo republicanismo não haviam sido confirmadas, nem “as felicidades que prometera”, nem “a paz” e nem mesmo “as grandes reformas que iria operar”. Dizia que, ao contrário, o Brasil passara a ter “o seu crédito mais abalado, a sua tranquilidade mais comprometida e o seu dia de amanhã mais ameaçado”, justamente aquilo que pouco antes “ainda estava florescente e sossegado, numa situação brilhantíssima a auspicar os seus destinos”. Apontava que se os brasileiros não tivessem “cedido às precipitações de uma ideia ambiciosa”, ainda estariam como antes. Tentando justificar-se, a folha declarava que não exultava “com a situação da república”, pois quem o fizesse diante daquela “enormíssima desgraça teria uma péssima índole”, mas buscava deixar claro que não queria que tal experiência se repetisse na sua “casa”, de maneira que “tirar desses fatos a lição que eles” davam não seria um “mau conselho, principalmente para quem” precisasse “destas advertências e destes exemplos”<sup>88</sup>.

A questão dos ensinamentos advindos dos males republicanos foi abordada ainda pelo *Jornal de Viana*, ao sustentar que “as lições da história contemporânea” eram, “sem contestação, as mais persuasivas” e “as mais eficazes”. A publicação argumentava que entre os lusitanos muitos tinham “falado da república”, fazendo “larga propaganda a favor dela” e trazendo às ruas “as suas aclamações ruidosas”, mas, apesar da pregação de “ressurreições e outros prodígios realizados pelo republicanismo”, tais experiências vinham sendo repudiadas. Dizia que tal “inspiração” vinha perdendo

---

<sup>87</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 11. N. 3.048. p. 1.; 6 nov. 1891. A. 11. N. 3.049. p. 1.; e 7 nov. 1891. A. 11. N. 3.050. p. 1.

<sup>88</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 12 nov. 1891. A. 11. N. 3.054. p. 1.; 19 nov. 1891. A. 11. N. 3.060. p. 1.; e 25 nov. 1891. A. 11. N. 3.065. p. 1.

espaço tendo em vista “os exemplos” que se multiplicavam, pois “se um país rico como o Brasil” se avergara e abatera, “ao aplicarem-lhe o suposto elixir da longa vida”, pior seria para os portugueses “se chegassem a fazer igual aplicação”, pois, se “uma nacionalidade como aquela” estava “a desmembrar-se, um país como Portugal dissolver-se-ia, adotados os mesmos processos e operada a mesma transformação”, havendo apenas “uma diferença” a qual seria que na nação lusa “bastariam dias para o desenlace que no Brasil” levaria “dois anos”. Conclusivamente, sobre a crise brasileira a folha exclamava que “a república despedaçou-se com as suas próprias mãos”, fazendo-se “absolutista a liberal, e ditadora a democrática”<sup>89</sup>.

O *Algarvio* também traçava paralelos ao afirmar que, “comparando a vida social do império com a sob o regime republicano”, era “assaz desconsoladora a sua diferença”, parecendo “que no céu do Brasil” só pairavam “os corvos e abutres”, que desciam “em voos contínuos e rápidos para se saciarem dos cadáveres espalhados sobre o solo daquele fértil país, e ali depositados como relíquias da carnificina republicana”. Na concepção da folha, “com a proclamação da república” haviam se desencadeado “as velhas paixões, até ali reprimidas, e cada um, conforme o seu modo de sentir, sem pensar na moralidade dos processos, queria ser rico em pouco tempo” e, “com estas ambições estabeleceu-se um desequilíbrio financeiro, ficaram ricos os ambiciosos, mas o crédito do país foi arrastado para a lama”. O jornal declarava que o Brasil estava assolado pela guerra civil, “uma das maiores desgraças de um povo”, devendo os portugueses por “os olhos nesse tristíssimo espetáculo”, para aprender “nesses funestíssimos exemplos, vindo de fora a lição para o seu governo na administração do país”, e vissem o que estaria “iminente se o vendaval da revolução aparecesse em Portugal, substituindo as instituições por essas outras que no Brasil” estavam “dando tão terrível espetáculo”<sup>90</sup>.

Na mesma linha, o *Comércio de Portalegre* destacava que o Brasil estava “em vésperas de se fracionar em diversos estados”, ao

---

<sup>89</sup> JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 15 nov. 1891. A. 6. N. 521. p. 1.

<sup>90</sup> O ALGARVIO. Loulé, 20 dez. 1891. A. 3. N. 143. p. 1.



contrário da “conservação das instituições monárquicas, que tinham logrado conservar unido e respeitado” tal país. Este jornal chamava atenção para a crise brasileira e questionava como aquele “novo sistema” poderia corresponder “à expectativa de alguns” que julgavam “ver na república a salvação dos estados”, o que seria inaceitável, já que “a situação do Brasil” constituía “a mais completa e cabal desilusão” para os que consideravam “a monarquia fóssil e contrária à moderna evolução social”<sup>91</sup>. Ao encontro de tal perspectiva, *O Nacional* afirmava que o Brasil, “nação outrora tão florescente sob o império”, achava-se “enfraquecida e danificada pela república ainda na infância”, pois da “mudança de instituições” originara-se “um resultado tão triste e lamentável”. Referindo-se aos republicanos lusos, esta folha de Braga questionava como haviam se iludido os “profetas e sacerdotes da imprensa que prognosticaram àquela vasta nação, dias felizes e venturosos, sob o regime republicano”, quando, ao invés disso, o Brasil, tinha perdido “em poder e dignidade” e “em prestígio e influência, perante as diversas nações do Velho e Novo Mundo”, de maneira que “ao prestígio de um trono” sucedera-se “a espada pouco limpa”<sup>92</sup>.

A questão era ainda abordada por *O Português* ao conjecturar que “o Brasil nascera e vivera nas tradições monárquicas” e “de repente, como num cenário de mágica”, transformara-se, “mudando de ideias e de orientação, e de todos os cantos choveram as adesões ao novo sol que se erguia, cheio de vida, de esperanças e de resplendentes miragens”. Diante de tal mudança, o periódico sentenciava que viera “depois a dura experiência confirmar tudo o que havia de imprudente e de perigoso para aquela nação em se lançar assim, impensadamente, numa aventura de tão graves consequências”. Comentava que os novos governantes não tiveram “como conjurar a *derrocada* que todos os dias aumentava e crescia, devendo em breve reduzir o Brasil a uma extremidade desesperada”, diante do que se fazia presente “um sentimento de saudade pelos bons tempos tranquilos e felizes da monarquia expulsa e do liberal sistema constitucional”. A folha vaticinava também que ao Brasil

<sup>91</sup> COMÉRCIO DE PORTALEGRE. Portalegre, 9 dez. 1891. A. 3. N. 142. p. 1.

<sup>92</sup> O NACIONAL. Braga, 16 dez. 1891. A. 12. N. 1.123. p. 1.

estaria “reservado, por muito tempo, o triste condão de ver esterilizar e murchar todas as suas fontes de produção, consumidas e mirradas” naquela “contínua *experiência* de homens de governo e na infrutífera *busca* de estadistas”<sup>93</sup>.

De acordo com a estratégia de combate às ideias dos adversários, as gazetas monárquicas utilizavam-se da crise brasileira para buscar comprovar as deficiências republicanas, atuando na edificação de um conflito discursivo em relação às forças antagônicas. Tal ação já se fazia sentir mesmo antes do golpe presidencial, como expressava *O Clamor da Pátria*, intentando demonstrar que aquela “decantada república brasileira”, sugerida pelos republicanos lusitanos, não existia e o desejo deles levaria “Portugal para a completa desgraça e ruína”. Nesse sentido, afirmava que “no Brasil se passara de povo civilizado a estado bárbaro”, não havendo “uma república e sim uma desgraçada autocracia”, na qual “os homens públicos eram incapazes” e “a constituição era letra morta e violada quotidianamente”. A folha denunciava que o governo republicano vinha sendo “o saque organizado” do Brasil e, ao invés “de democracia, o país transformara-se numa *canalhocracia*” na qual a guerra civil era iminente. Perante tal situação, o periódico manifestava o desejo de que “os portugueses não quisessem para si aquele estado de coisas”. A publicação tecia fortes críticas aos republicanos, acusando que, para eles, as atitudes dos adversários eram “abusos e escudo de imoralidade”, mas, se chegavam “a dispor de força e autoridade”, eram eles que davam “os maiores exemplos destes vícios”, considerando que “estes sujeitos” seriam “dignos de riso e dó”, se não constituíssem “um perigo para os crédulos que facilmente” se deixavam “seduzir pelas hipócritas palavras dos ambiciosos”<sup>94</sup>.

Os confrontos discursivos entabulados pela imprensa monárquica portuguesa direcionavam-se a vários adversários, o mais fundamental deles eram os republicanos lusos, mas o combate se estendia também a outros inimigos no contexto brasileiro. Desse

---

<sup>93</sup> O PORTUGUÊS. Lisboa, 25 nov. 1891. A. 4. N. 1.299. p. 1.

<sup>94</sup> O CLAMOR DA PÁTRIA. Montijo, 4 ago. 1891. A. 4. N. 67. p. 1-2.; e 31 out. 1891. A. 2. N. 79. p. 1.

modo, muitas das folhas monarquistas, notadamente aquelas mais vinculadas ao catolicismo, estabeleciam o embate também em relação aos republicanos brasileiros e à maçonaria, como o fez *A Nação* quando, referindo-se a Pedro II, dizia que ele fora “expulso da pátria pela revolta dos quartéis e das lojas”<sup>95</sup>. Na mesma linha, *A Verdade* de Funchal declarava que “a anarquia do espírito público na grande união sul-americana”, atingira “elevadas e temíveis proporções”, de modo que ninguém poderia “formular um vaticínio seguro sobre o destino do Brasil”, o qual enfrentava uma situação “digna de lamentação aos olhos dos portugueses”. Na opinião desta folha, o Brasil resolvera “viver sem a influência do passado, sem os ensinamentos tradicionais, sem o respectivo aprumo de vida, e, sobretudo, sem a sublime e fertilizadora ação religiosa”; e marchara “levado na corrente das ideias irrefletidas, ardentes e loucas do radicalismo”, seguindo “com avantajados passos na senda das revoluções europeias”, não se lembrando que iria “imitar as nações do Velho Mundo na inconstância do governo e até no despotismo e no desenvolvimento do regime coercitivo”. De acordo com tal publicação religiosa, os brasileiros estariam influenciados por tendências que negavam e blasfemavam a divindade e, portanto, incorrendo em “engano e loucura, porque longe de Deus” só haveria “trevas e despotismos, corrupções esfaceladoras, pobreza e misérias”<sup>96</sup>.

Assim, o combate era também extensivo ao republicanismo brasileiro, caso do *Comércio de Portugal* que manifestava o desejo de que o Brasil conseguisse “libertar-se da odiosa oligarquia” que o reduzira “em dois anos à última extremidade, e que os patriotas desinteressados e leais” conseguissem “colocar a administração daquela bela e gloriosa nacionalidade em condições de prosseguir” na “busca do seu ideal de engrandecimento e de prosperidade que tão longe, profícua e eficazmente” fora “favorecido sob a ilustrada, esclarecida e honrada direção de D. Pedro II”. A folha via na queda de Deodoro “uma lição do destino”, considerando que ele atraíra “os seus juramentos de fidelidade ao imperador” e, naquele momento,

<sup>95</sup> A NAÇÃO. Lisboa, 8 dez. 1891. A. 46. N. 11.572. p. 2.

<sup>96</sup> A VERDADE. Funchal, 20 nov. 1891. A. 18. N. 832. p. 1-2.

estaria a queixar-se “dos ingratos”, lembrar “os favores acumulados e esquecidos” e sentir “dolorosamente o abandono de todos os que o adularam e de todos os que procuraram engrandecer-se e locupletar-se à sua sombra”, tal qual fizera com Pedro II. Diante de tais conjecturas, o periódico exclamava: “É certo, é certo, que Deus não dorme!”<sup>97</sup>. A *Folha* de Régua também atacava os republicanos brasileiros por eles terem “arremessado vilmente para fora de seu ninho, sem uma consideração por aquelas cãs, sem um receio por aquela velhice desprotegida”, em referência ao imperador decaído, diante do que questionava o que lucrara o Brasil com aquilo, concluindo que era “inevitável e sempre eloquente o castigo de Deus”<sup>98</sup>.

O mais visado adversário no conflito discursivo estabelecido pelo jornalismo monárquico luso era o próprio republicanismo português. Nesse sentido, *A Revolução de Setembro* chegava a ressaltar que não era “a ditadura da infantil república” no Brasil que queria discutir e sim pretendia “apreciar a atitude embaçada e incoerente dos ilustres republicanos de cá”. Na sua concepção, “os demônios das repúblicas” pareciam “apóstatas a desmentir e a estragar as cantatas dos republicanos teóricos”, de modo nada seria “mais natural, mais justificável, mais legítimo, e não poucas vezes mais sublime do que o arbítrio, a violência e a ditadura” que espezinhava “a lei” ou amordaçava “os povos”, se fossem da conveniência “da república ou dos republicanos”, mas se transformavam em “escândalo enorme, torpe iniquidade, depravação ignóbil, despotismo revoltante”, se o fizessem os monárquicos<sup>99</sup>.

Tal folha mostrava preocupação com as “notícias aterradoras do Brasil”, vislumbrando que havia ali um premente “estado de convulsão”. Afirmava ainda que “o exemplo do Brasil” era “a prova cabal e direta, sobre muitas outras” que a história registrava e que abundavam “na América do Sul, de que os maiores inimigos da república” eram os próprios “republicanos, sendo ao mesmo tempo os maiores inimigos da sua pátria”, para a qual preparavam “cenar de

---

<sup>97</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 24 nov. 1891. A. 13. N. 3.706. p. 1.

<sup>98</sup> A FOLHA. Régua, 13 dez. 1891. A. 1. N. 43. p. 2.

<sup>99</sup> A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO. Lisboa, 7 nov. 1891. A. 51. N. 14.751. p. 1.

desordem, de sangue, de perseguição e de desgraças”. O jornal dizia que, como publicação monárquica, poderia apreciar e julgar o que acontecia no Brasil, “como fatos da história contemporânea, que de muita maneira” serviam “de lição” para os portugueses. Nesse contexto, argumentava que “a instabilidade das instituições republicanas, as perturbações econômicas que elas produziram num país florescentíssimo” e “a facilidade com que elas foram levar as conquistas liberais ao absolutismo de uma ditadura instável” viriam a servir como para ensinar “prudência e precaução a muitos obcecados irrefletidos que julgavam que bastava proclamar a república para ter assegurada a liberdade, mantida a ordem e acrescentada a fortuna pública”<sup>100</sup>.

Diante dos ataques das folhas republicanas, *O Dia* partia em defesa das publicações monarquistas, destacando que, havia dois anos que o Brasil lançara-se “num caminho de audaciosas aventuras políticas e de aventuras financeiras ainda mais temerárias”, de modo que chamara “sobre si a atenção e a crítica de toda a Europa”. Perante tal quadro, argumentava que não poderia “ser a imprensa portuguesa estranha a esse espetáculo mirabolante que lhe oferecia um povo amigo e irmão”, tendo noticiado e opinado “por dever de ofício”, e “impulsionada pelos sentimentos da mais afetuosa estima”. O periódico alertava que “as aventuras volveram-se em desastres, as temeridades em catástrofes”, vendo-se “em perigo a integridade de uma grande nação que era o mais brilhante e o mais glorioso atestado da capacidade colonizadora dos portugueses”<sup>101</sup>.

Tendo em vista tais procedimentos, o mesmo jornal monarquista dizia que houvera “frases de indignação, artigos de merecida censura para os *condottieres* da política e para os flibusteiros da finança” os quais, “sem escrúpulos desbaratavam a fortuna do Brasil, considerada como um apanágio histórico”. Com base nisso, a folha questionava o que havia de “incorreto e desleal” em tais práticas, pois, “deplorando as desgraças do Brasil, a imprensa monárquica portuguesa apontou-as ainda como um exemplo a evitar

<sup>100</sup> A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO. Lisboa, 12 nov. 1891. A. 51. N. 14.755. p. 1.; 15 nov. 1891. A. 51. N. 14.758. p. 1.; e 26 nov. 1891. A. 51. N. 14.767. p. 1.

<sup>101</sup> O DIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 4. N. 1.311. p. 1.

na política interna” lusa. Diante de tal argumentação, a folha lançava a premissa recorrentemente utilizada pelo periodismo monárquico, afirmando que, “se a grande nação da América austral, rica, opulentíssima de todos os recursos naturais”, não poderia “resistir intacta e íntegra aos desvarios dos seus epilépticos inovadores”, pior ainda seria o que “aconteceria a Portugal, quando a fatalidade de um regime semelhante passasse por cima das suas instituições tradicionais”<sup>102</sup>.

A *Tarde* foi outra representante do jornalismo monarquista que levou em frente o confronto discursivo com os adversários políticos. Segundo a folha, “que os jornais republicanos” andavam “deveras embrulhados com os acontecimentos do Brasil” era “um fato” que não admitia “contestação” e nem mesmo merecia, uma vez que era para eles “efetivamente dificultoso encontrar papalvos” que acreditassem “na estabilidade das instituições republicanas”. Nessa linha de pensamento, o jornal argumentava que “se as repúblicas num dia” se levantavam, “para caírem no outro”, ficaria “claro que ou a vontade popular” se conservava “estranha a algum, pelo menos, desses movimentos, ou o governo republicano” era “de tal ordem que pouco tempo” seria exigido “para demonstrar a sua absoluta ineficácia contra os erros e contra as ambições dos homens”. Considerava que “os desastres republicanos” levavam à suposição de “que a vontade popular” fosse “uma espécie de prostituta”, que num dia se vendia a um, para, no seguinte, se vender “a qualquer outro”. Perante tais perspectivas, a folha dizia que “em qualquer das hipóteses” estabelecidas, “a ideia republicana fazia uma triste figura” e criticava ainda com mais força a imprensa antimonárquica, considerando-a contraditória por ter aplaudido as atitudes de Deodoro e, após sua queda, acatado a mudança de presidente como um fato normal<sup>103</sup>.

Nessa conjuntura, as publicações portuguesas de cunho monárquico buscaram mostrar os acontecimentos no Brasil dos últimos meses de 1891 sob um prisma amplamente negativo, qualificando-os como um momento catastrófico, tenebroso e caótico,

---

<sup>102</sup> O DIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 4. N. 1.311. p. 1.

<sup>103</sup> A TARDE. Lisboa, 25 nov. 1891. A. 3. N. 885. p. 1.

ou seja, traziam o sentido escatológico do final dos tempos para uma nação que seria próspera à época do império, e colocara-se à beira do precipício a partir da mudança na forma de governo. Desse modo, as prevenções monárquicas em Portugal ganharam terreno a partir do golpe de Estado perpetrado pelo presidente, ampliando-se as perspectivas impressas a respeito dos malefícios que poderiam ser trazidos pela transformação ocorrida dois anos antes. O discurso das folhas monarquistas, em novembro de 1889, orientava-se por prognósticos, previsões e vaticínios acerca das prováveis desgraças que viriam com a república e, em novembro de 1891, elas acabariam por encontrar a oportunidade para transmutar, na sua concepção, tais prenúncios em concreta realidade.



### III. O periodismo republicano

A crise brasileira desencadeada a partir do golpe de Estado do primeiro presidente constituiu um momento de aperto para o periodismo republicano luso, pois diante dela as folhas republicanas tiveram de fazer um esforço redobrado na busca de convencer os leitores de que, apesar dos sobressaltos, a república no Brasil não estaria em perigo e continuaria próspera. Tal imprensa intentou demonstrar a existência de uma campanha de descrédito contra a república além de um projeto restaurador, ao qual imputava parte da culpa pelos problemas da nação americana. Para esse conjunto de periódicos, a atitude presidencial fora um ato normal que fazia parte das perturbações momentâneas, as quais seriam típicas da formação histórica das repúblicas, de maneira que a transição de Deodoro a Floriano foi apontada como a solução dos problemas e a garantia do acerto de rumos. Tais jornais manifestariam ainda a plena certeza de que o Brasil superaria aquele momento de adversidades, bem como sustentariam ardoroso conflito discursivo com os periódicos monárquicos.

Um dos pontos essenciais defendidos pela imprensa republicana esteve ligado à tentativa de demonstrar que os episódios no Brasil eram caracterizados essencialmente pela normalidade, constituindo percalços de menor monta, os quais seriam típicos de etapas históricas de transição. *O Século* sustentava tal versão, ao considerar que aquelas “vicissitudes” não poderiam ser consideradas como motivos plausíveis para se condenar as “instituições democráticas”. Segundo o jornal, a república ainda não entrara completamente “no período normal da sua existência”, achando-se “na crise de formação, fase em que as sociedades” estariam “sujeitas aos embates mais ou menos violentos”. Dessa forma, opinava que a atitude de Deodoro não representaria “um perigo iminente e invencível para a integridade da nação brasileira, para os progressos futuros desse país feracíssimo, e, enfim, para a solidez das instituições democráticas”, resumindo a ideia com a asserção de que

o Brasil atravessava “simplesmente uma passageira crise de formação”<sup>104</sup>.

Essa perspectiva era defendida também pelo periódico *O Povo de Aveiro*, ao lembrar que fazia dois anos que fora proclamada a república no Brasil, a qual constituiu “um dia de satisfação para toda a democracia portuguesa”, quando aquele país “entrava gloriosamente no caminho do futuro”, vindo tal “fato a influir notavelmente na vida nacional”, pois, dali em diante, “o Partido Republicano entrou num caminho de afirmações políticas”, com resultados “positivos e profícuos”. A folha concordava que o Brasil entrara “precisamente no período mais difícil da sua vida política”, mas que não era “caso para desânimos”, devendo todos continuar “a festejar a data notável de 15 de Novembro, convencidos de que a fórmula republicana” era “a mais compatível com a felicidade e dignidade do Brasil”, expressando-se um contexto no qual “as dificuldades estavam previstas”<sup>105</sup>.

Diante de tal argumentação, este jornal de Aveiro previa que se a república fosse “proclamada em Portugal”, não se entraria “num período imediato de prosperidades, e seria uma loucura acreditá-lo”, visto que “as dificuldades” deveriam “ser tremendas”, pois não haveria como emendar “num dia erros e erros acumulados”, constituindo “tudo isso obra de largos anos”. A publicação republicana buscava contradizer seus adversários políticos, alegando que não poderiam pretender “os monárquicos iludir alguém” propondo um “sofisma grosseiro”, segundo o qual seria devido “à democracia que o Brasil” passava por aquelas dificuldades momentâneas. Combatendo essa visão, *O Povo de Aveiro* continuava a congratular-se com o Brasil, “convencido de que a república ainda” traria a este país, “dias de prosperidade e de glória”<sup>106</sup>.

No mesmo sentido, manifestava-se a *Democracia da Beira*, ao criticar “a imprensa monárquica” que continuava “a procurar desprestigiar as instituições republicanas, botando foguetes pelo fato do povo brasileiro ter deposto o marechal Deodoro”, de modo que

<sup>104</sup> O SÉCULO. Lisboa, 22 nov. 1891. A. 11. N. 3.523. p. 1.

<sup>105</sup> O POVO DE AVEIRO. Aveiro, 15 nov. 1891. A. 10. N. 536. p. 1.

<sup>106</sup> O POVO DE AVEIRO. Aveiro, 15 nov. 1891. A. 10. N. 536. p. 1.

tais jornais pretendiam “iludir as massas, não lhes deixando ver” que estava naquele “fato uma prova eloquente da superioridade das instituições republicanas sobre as monárquicas”. Buscando demonstrar que os acontecimentos no Brasil desencadeavam-se de modo natural, a folha dizia que “ao povo brasileiro não agradava – apesar de, em vez do desbarato dos dinheiros públicos, ter havido grandes economias – o rumo que Deodoro da Fonseca dava aos negócios do Brasil”, de maneira que “num simples esforço da vontade” deste mesmo povo, ele “mostrou, na sua maioria, que não lhe agradava a superintendência de Deodoro, nos negócios do país”, e o presidente entregara “o poder ao povo de quem o tinha recebido para este escolher” quem tinha “a sua confiança”. Na opinião do periódico, a deposição do presidente bem mostrava “que o povo brasileiro queria a república”, porque nomeara imediatamente o “novo presidente”, ou seja, seria o próprio povo que intervinha “nos seus negócios” e presidia “aos seus interesses que, desta maneira”, não ficavam “dependentes dos de uma coroa que, necessariamente”, haveriam de se “sobrepôr aos de um país”<sup>107</sup>.

Utilizando-se de exemplos internacionais, *A Vanguarda* corroborava com a tese do caráter normal dos fatos no Brasil, argumentando que na França a república atravessara “crises gravíssimas, que muitas vezes fizeram com que os partidários da monarquia lhe vaticinassem a morte”, entretanto, “nada disso” impedira “que a república salvasse a França e que a levantasse ao máximo do seu esplendor”. Com base em tal explicação, a folha definia que aquilo que ocorria no Brasil tinha “aproximadamente o mesmo valor”, de maneira que “a especulação monárquica tentada em volta da crise política que a nação brasileira” atravessava, só poderia “impressionar aqueles” que julgavam “que a servidão era a ordem”. O jornal defendia ainda que “a solução das dificuldades que essas crises” provocavam era “infinitamente mais simples nas repúblicas do que nas monarquias”, em um quadro pelo qual, “a deposição do marechal Deodoro e a sua substituição pelo vice-presidente Floriano Peixoto” constituía “uma garantia de que o conflito aberto” chegara “à sua natural solução, visto que

---

<sup>107</sup> DEMOCRACIA DA BEIRA. Visou, 28 nov. 1891. A. 1. N. 68. p. 3.

desaparecera da cena política o indivíduo contra quem se levantaram as cóleras populares”. A publicação exaltava que “tão naturalmente” se chegara aquele “termo, que a substituição do marechal Deodoro” se fizera “sem efusão de sangue, ante as simples indicações da opinião”, que se pronunciara “contra a sua política”. Declarava que era “assim que nas repúblicas” se resolviam “as crises mais graves”, diante do que previa que “o riquíssimo Brasil”, viria a assegurar “em bases seguras a sua prosperidade econômica e a sua estabilidade política”<sup>108</sup>.

A *Vanguarda* insistia nessa perspectiva ao dizer que “felizmente a grande reação brasileira, depois da deposição do presidente” entrara “em um caminho de tranquilidade e pacificação, renascendo a confiança para os desconfiados e inquietos”, de forma que “o câmbio e os fundos brasileiros subiram desde logo, acentuando-se cada vez mais a esperança de que a política daquele país” entraria “num período de prosperidade e regeneração”<sup>109</sup>. Em abordagem similar, *O Pensamento* relatava que “as notícias telegráficas que vieram anunciar à Europa o movimento revolucionário” que tivera “lugar no Brasil, tendo por fim a deposição do marechal Deodoro”, o qual havia se “proclamado ditador, foram recebidas por todos os republicanos com inequívocas provas de alegria e pela gente monárquica com o doloroso pasmo de uma nova decepção”. Tal folha argumentava que “não fora para sofrer o mando imperativo de um general que o povo daquela florescente nação expulsara de si a monarquia”. Em mensagem direta aos portugueses, este periódico exortava um grito de “glória ao Brasil” e “aos povos” que conseguiram compreender “os seus direitos” e não deixavam “algarimar a liberdade”, uma vez que haveria uma “vantagem essencial, notabilíssima do sistema republicano”, que educava “o povo” e o fazia “conhecer as suas garantias, presar a sua independência e defender o seu direito”<sup>110</sup>.

Ao lado da tendência de intentar pintar em cores suaves os acontecimentos no Brasil, reduzidos ao rótulo da normalidade, os

<sup>108</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 25 nov. 1891. A. 1. N. 230. p. 1.

<sup>109</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 28 nov. 1891. A. 1. N. 233. p. 1.

<sup>110</sup> O PENSAMENTO. Lisboa, 6 dez. 1891. A. 1. N. 16. p. 1.

jornais republicanos buscavam justificar tais episódios, como fez *O Século* ao resumir o golpe a um antagonismo entre o presidente e o congresso, restringindo-se tudo a um “conflito entre os dois poderes”. Segundo o periódico republicano lisbonense, tal confronto não traria “maiores complicações de certa gravidade que se lhe pretendia dar”, em alusão às folhas monárquicas, uma vez que “a ação do chefe de Estado” no Brasil não seria “a mesma dos chefes dos Estados monárquicos”, pois, naquele país, ele tinha “a responsabilidade do executivo” e, por conseguinte, “com essa responsabilidade, a obrigação de intervir”, quando julgasse “conveniente, na política interna”<sup>111</sup>.

Outra preocupação das folhas antimonárquicas estava ligada ao esforço de fazer a contradita em relação ao que denominavam de boatos apavorantes e infundados que estariam sendo lançados contra o Brasil, apenas para denegrir a imagem da jovem república. Nesse sentido, *O Século* foi um dos que mais se esforçou para desmentir os “boatos alarmantes” espalhados em toda a Europa, acerca da “restauração” e da “perturbação da ordem pública no Brasil”. O periódico chegava a divulgar telegramas provenientes de autoridades públicas brasileiras, no intento de “desfazer os boatos terroristas que os inimigos da república” estavam espalhando. Qualificando tais notícias como tranquilizadoras, naquele “momento em que a nascente e simpática república” festejava “o segundo aniversário da sua fundação”, o jornal aproveitava para fazer “votos para que aquele povo irmão” entrasse “num período de absoluta serenidade e prosperidade, robustecendo-se nos vastos e opulentos recursos” que o país dispunha. Mantendo a prática da defesa do Brasil, a folha republicana contradizia os jornais que davam “curso a boatos alarmantes acerca da tranquilidade pública no Brasil e da situação financeira da praça fluminense”, garantindo que “a legação brasileira tinha recebido um telegrama” que dava “como findos os motins populares”. Imaginando o fim imediato da crise, com alívio, *O Século*

---

<sup>111</sup> O SÉCULO. Lisboa, 5 nov. 1891. A. 11. N. 3.506. p. 1.; e 6 nov. 1891. A. 11. N. 3.507. p. 1.

reiterava que os informes “recebidos do Brasil” davam “como assegurada a paz em todo o território da república”<sup>112</sup>.

Com o mesmo intento, *A Evolução* dizia que, “com a demissão do presidente e a entrega dos poderes” ao sucessor, os títulos haviam conseguido que sua cotação subisse, de maneira que, “os difamadores de cá”, que não tinham “feito senão atacar o crédito daquela florescente república”, ainda continuariam “no seu ofício, embora os fundos nacionais” ainda descessem, “e não obstante o povo ser carinhosamente visitado para manifestar o seu amor pelas majestades e instituições”<sup>113</sup>. No mesmo sentido, *A Luta* denunciava que “os especuladores de todas as castas e feitios” vinham espalhando “que a república” fora “um mal para o Brasil, e outras baboseiras de igual quilate”, ao que reagia, afirmando que lá se via “o governo brasileiro” tomando medidas no campo financeiro, ao passo que, em Portugal, estavam todos “ricos com a monarquia”, ironizava, enfatizando que os lusos já não tinham “dinheiro sem hipotecar os rendimentos do Estado”<sup>114</sup>. *A Voz Pública* era outra folha republicana que buscava promover o desmentido em relação aos rumores contra o Brasil:

Ontem pela manhã espalharam-se boatos nesta cidade alarmantíssimos sobre os negócios da república no Brasil. (...)

Diziam os tais telegramas, forjados por especuladores que o Brasil estava entregue aos horrores de uma revolução, fuzilamentos, proclamação do velho e outras baboseiras só acreditáveis por papalvos ou malvados; uns, por carência de inteligência; outros pelos interesses vilíssimos de espalhar o terror branco entre os timoratos possuidores de valores brasileiros, a fim de se apoderarem deles por baixos preços.

É preciso que o público se previna abrindo bem os olhos em face dessa horda de especuladores, rindo-se do espírito malévolo que os domina e acautelando-se dos seus desígnios bem claros: os de se apossarem por pouco do que custou muito aos outros.

É necessário, sob pena de prejuízos lamentáveis e escusados, que o público se compenetre da certeza de que o Brasil

<sup>112</sup> O SÉCULO. Lisboa, 12 nov. 1891. A. 11. N. 3.513. p. 1.; 16 nov. 1891. A. 11. N. 3.517. p. 1.; 13 dez. 1891. A. 11. N. 3.544. p. 1.; e 14 dez. 1891. A. 11. N. 3.545. p. 1.

<sup>113</sup> A EVOLUÇÃO. Angra do Heroísmo, 16 dez. 1891. A. 7. N. 247. p. 1-2.

<sup>114</sup> A LUTA. Funchal, 10 out. 1891. A. 4. N. 185. p. 1.

econômico e financeiro não se abala facilmente a ponto de perder o seu total equilíbrio e com ele a sua existência futura pelo fato necessário de uma ditadura patriótica, que só tem o defeito, perante os interesses da nação brasileira, de se ter realizado mais tarde do que devia ser. (...)

Os especuladores apressam-se em armar boatos aterradores para obterem os valores brasileiros por preços baixos, na certeza de os venderem depois com subidos preços.

Eis a razão de todas as notícias falsas a respeito do Brasil. Tenha, pois, o público cautela e muita cautela!<sup>115</sup>

As possibilidades ventiladas de estabelecer-se uma restauração monárquica no Brasil era outra das perspectivas contra as quais o periodismo republicano se colocava em armas, orientando seu discurso em pleno antagonismo em relação ao que denominava de sebastianismo. Essa tendência se manifestou nas páginas de *O Século* que denunciava a existência na Europa de uma “conspiração” restauradora, considerando que se tratava de um “assunto delicado” que poderia complicar a “situação” lusa, se alguém se prestasse “a cooperar na restauração da monarquia brasileira”. O periódico tecia fortes críticas àqueles que opinavam favoravelmente à restauração e buscava garantir que não deveriam ter “os amigos da liberdade nenhuma apreensão sinistra sobre os destinos do Brasil”, permanecendo tranquilos, pois aquele “grande e famoso país” haveria de garantir “o glorioso compromisso” contraído “perante o mundo civilizado” bem como “seus filhos” não desmentiriam “jamais a sua heroica procedência”<sup>116</sup>.

Tecendo mais algumas “considerações sobre os sucessos do Brasil”, *O Século* atacava “os jornais autoritários” por estarem vendo “nos derradeiros sucessos políticos do Brasil sintomas evidentes de uma restauração monárquica” e considerava que tais conjecturas eram infundadas. De acordo com a folha republicana, tal restauração seria “um sonho como o messianismo de Barba Roxa na Alemanha, ou em Portugal o sebastianismo”. Para o periódico a volta da monarquia ao Brasil era irrealizável, devendo terminar “as veleidades de alguns

---

<sup>115</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 11 nov. 1891. A. 2. N. 472. p. 1.

<sup>116</sup> O SÉCULO. Lisboa, 25 nov. 1891. A. 11. N. 3.526. p. 1; e 26 nov. 1891. A. 11. N. 3.527. p. 1.



monarquistas”, pois “a ideia da restauração, que ainda sorria a alguns”, teria “de ser necessariamente posta de parte”. Na sua concepção o sebastianismo não passava de uma esperança inútil que acabaria por constituir a “última enxadada no monarquismo brasileiro”<sup>117</sup>.

Também para *A Voz Pública* a monarquia estava morta e não teria chances de ressurreição. Na opinião da folha, desde 15 de novembro de 1889, aquele “povo irmão” afirmara “perante a civilização e à face da América e do mundo a sua virilidade política”, relegando aquela “monarquia isolada em plena democracia americana para os domínios da recordação histórica”. Dizia que o Brasil, abandonara aquela “forma repugnante ao ideal moderno”, a partir do que “uma mesma luz incessantemente bela” envolvera “na área imensa da sua projeção todos os povos independentes do novo continente”. Apontando os restauradores como os causadores dos males do Brasil, o periódico afirmava que “todas as dificuldades da democracia brasileira” provinham “da sua febre de perdoar”, quando fora exatamente “no período ditatorial” que deveriam ter sido operadas “as grandes reformas” e decretadas “as grandes expiações”. Explicava que não teriam pensado “assim os ditadores” e “fizeram mal”, tendo de enfrentar “as consequências”, recomeçando “o saneamento do país, inutilizando a especulação sebastianista”, em uma luta na qual deveriam “triunfar, porque a verdade triunfava sempre”, mas já poderia, antecipadamente, “ter dissipado estas ligeiras manchas do belo horizonte da liberdade brasileira”<sup>118</sup>.

Em relação ao mesmo tema, esta publicação republicana portuense opinava ainda com mais ênfase, afirmando que, “com a crise política que o Brasil” vinha “atravessando, os monárquicos portugueses chegaram a ter vagos clarões de esperança no restabelecimento da monarquia bragantina d’além-mar”, não havendo um que não deixasse, “nos seus jornais, transparecer o seu sonho ilusório”. Na opinião de *A Voz Pública*, “a restauração da monarquia” poderia “entrar na mente cobiçosa de alguns loucos

---

<sup>117</sup> O SÉCULO. Lisboa, 28 nov. 1891. A. 11. N. 3.529. p. 1.; e 6 dez. 1891. A. 11. N. 3.537. p. 3.

<sup>118</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 15 no. 1891. A. 2. N. 476. p. 1.

despeitados”, entretanto “qualquer tentativa para a sua realização apenas conseguiria acender ali a guerra civil, despertando o espírito separatista dos estados que a federação” fizera “autônomos, e que não aceitariam por forma alguma uma nova transformação em sentido retrógrado”<sup>119</sup>.

Mesmo sem acreditar no êxito dos “sebastianistas”, *A Ideia Nova* recomendava todo o cuidado com eles, considerando evidente “que as probabilidades de uma restauração imperial” deveriam “figurar num lugar proeminente, na ordem dos fatos previstos pelos democratas brasileiros”, visto que, procurando “todos os pretextos” com que pudessem “insinuar-se na opinião pública, os sectários das velhas formas políticas” trabalhavam “com natural empenho no seu triunfo”. De acordo com a publicação, “a luta” seria “longa e intensa”, já que não conseguiriam promover a eliminação, “sem um grande esforço de tenacidade e de perseverança” de “um organismo longamente amolecido por um regime cesarista, todo repassado de oportunismos e de tergiversações”<sup>120</sup>.

A imprensa republicana também imputava as culpas pelas dificuldades enfrentadas pelo Brasil àqueles que denominava de falsos republicanos, em referência aos monarquistas que teriam anuído à última hora à causa do republicanismo. *O Povo de Aveiro* foi a publicação que mais insistiu em tal tese e, mesmo antes do golpe de Deodoro, dizia que o republicanismo brasileiro passava por problemas, pois nele havia “uma grande parte sincera”, mas existiam “também muitos especuladores”, representados pelos “monárquicos que aderiram à república assim que esta se proclamou”. Para a folha, estes elementos eram o “exemplo da mais profunda imoralidade, com esbanjamentos de toda a ordem e favoritismos escandalosos aos compadres e amigos”, de modo que aqueles que “mais se sacrificaram e trabalharam pelo ideal republicano, ou foram excluídos sistematicamente do poder ou viram-se cheios de perseguições e cobertos de calúnias”. Perante tal situação, o jornal manifestava a esperança de que “os homens eminentes que por tantos anos serviram à democracia brasileira” não tardariam “a assenhorar-se

---

<sup>119</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 2 dez. 1891. A. 2. N. 490. p. 1.

<sup>120</sup> A IDEIA NOVA. Porto, 7 nov. 1891. A. 1. N. 33. p. 1.

por inteiro do poder”, vindo a seguir “outros rumos a república nascente”, produzindo “obras dignas da democracia e da história”, com “a federação” constituindo “uma garantia de liberdade” na qual abundariam “os recursos de toda a ordem”<sup>121</sup>.

Após a realização do golpe, *O Povo de Aveiro*, buscando isentar os republicanos históricos de qualquer culpa em relação aos problemas enfrentados pelo Brasil, insistia em atacar aqueles “falsos republicanos” e sentenciava que, apesar deles, “as instituições republicanas não perigavam no Brasil”. Considerava que “as transições de regimes” davam “sempre lugar a dificuldades”, como “interesses feridos e vaidades molestadas”, havendo “o transtorno resultante, para os povos, como para os indivíduos de uma mudança de vida”. A folha reforçava a opinião de que a maior causa dos problemas advinha do fato de, uma vez proclamada a república, dera-se “o espetáculo miserável de quase todos os monárquicos aderirem ao novo regime” e eles teriam trazido a crise, pois, onde não havia “convicções e princípios”, também não existira “ordem, moralidade e governo possível” e isso seria “uma verdade indestrutível”<sup>122</sup>.

As folhas republicanas lusas empenharam-se em estabelecer um conflito discursivo com as publicações adversárias, buscando desmenti-las e deslegitimar seus discursos. Ainda antes do golpe, *A República* já atuava nessa direção, ao explicar que “qualquer sucesso ocorrido no Brasil”, mesmo que não pudesse ser considerado “uma anormalidade”, era “aproveitado na Europa pela especulação monárquica e pela cobiça dos banqueiros para propaganda de descrédito ou ao menos de uma falta de firmeza” daquela “república, ainda nascente, mas já consolidada”. A folha afirmava que a imprensa monárquica lusa era “hostil à república desde os primeiros dias da revolução”, por ela “ter destronado um príncipe da casa de Bragança”, de maneira que, “com a sua propaganda de inquietações e desconfiança nas novas instituições do Brasil” pudesse “influir para que não seguisse o seu curso já poderoso o movimento republicano em Portugal”. Na versão do periódico, tal “campanha de descrédito”

<sup>121</sup> O POVO DE AVEIRO. Aveiro, 15 out. 1891. A. 10. N. 527. p. 1.

<sup>122</sup> O POVO DE AVEIRO. Aveiro, 8 nov. 1891. A. 10. N. 534. p. 1.; e 26 nov. 1891. A. 10. N. 539. p. 1.

era “abominável” e dela poderiam “resultar danos enormes” aos portugueses que ali tinham interesses, além de ser inútil, pois não conseguiria “a monarquia em Portugal manter firme o seu trono” e “as ligações da república” destruiriam “todos os seus planos de descrédito e repressão do movimento republicano português”<sup>123</sup>.

Em tal confronto discursivo também atuou *O Século*, chamando a atenção para as vantagens que estariam tirando das especulações em torno do fato, a imprensa e aqueles que pretendiam desenvolver “aventuras financeiras”. O jornal criticava também a “imprensa conservadora”, afirmando que as matérias divulgadas pela mesma, poderiam causar problemas nas relações luso-brasileiras. Desse modo, o periódico censurava a ação dos jornais que alardeavam a crise brasileira, defendendo que cuidados deveriam “ser tomados, para evitar-se “prejuízos às relações harmônicas com o Brasil”, ainda mais que, diante “dos prejuízos comerciais e cambiais” que ele pudesse sofrer, “os mais prejudicados” seriam os lusos, pois ficariam impedidas “as remessas de dinheiro daquele país”. A folha contradizia, assim, àqueles “desvairados que, só por ódio político ou espírito especulador”, estavam “movendo uma campanha desgraçada contra o Brasil”<sup>124</sup>.

Com um tom mais agressivo, *A Evolução* denunciava que “os jornais monárquicos abriram uma campanha de difamação e de descrédito contra a república” no Brasil, na qual revelavam “a falta de senso comum e a sua imbecilidade”. Acusava ainda que não houvera “aldeia que tivesse um jornal monárquico ou religioso que não seguisse essa bestial indicação dos órgãos dos interessados servidores da monarquia”. Relatava que “apenas os jornais republicanos, sem exceção, defenderam a causa e o crédito daquela imponente e exemplar república” e, assim, protegeram “ao mesmo tempo a colônia portuguesa daquela nação, que os seus patrícios e irmãos monárquicos e jesuítas, de cá, entregavam ao ódio do povo brasileiro”. A folha exortava que se observasse a ação daqueles “senhores jesuítas e santos varões religiosos e oficiosos espadachins

---

<sup>123</sup> A REPÚBLICA. Porto, 25 jan. 1891. A. 1. N. 277. p. 1.

<sup>124</sup> O SÉCULO. Lisboa, 22 nov. 1891. A. 11. N. 3.523. p. 1.; e 23 nov. 1891. A. 11. N. 3.524. p. 1.

da monarquia na suas obras de difamação e de descrédito”, os quais deveriam ser julgados “pelo ódio” provocado no “povo que generosamente” acolhera os portugueses, que teriam sido escorraçados da pátria por causa da exploração que sofriam. Perante tal sentença, o periódico destacava a sua esperança de que “o povo republicano no Brasil” fosse “bastante generoso” e não condenasse “a colônia portuguesa”, que não tinha “culpa da imbecilidade dos serviços, exploradores, inconvenientes e ingratos” de seu país<sup>125</sup>.

Esta mesma publicação mantinha a tenacidade combativa e dizia que “os caluniadores da república” começaram “a levantar poeira com a ditadura do marechal Deodoro, dizendo que o Brasil” iria “entrar num período de tumultos, de revoluções, de mil desgraças até ao seu completo aniquilamento, tudo por causa do seu regime democrático”. Diante de tais acusações, a folha partia em defesa dos ideais republicanos, arrolando uma lista que considerava “um pouco longa de todos os movimentos sediciosos, desde a independência do Brasil até a sua recente transformação política”, dentre os quais haveria várias “grandes revoluções armadas”. A partir de tal listagem e uma vez “apreciada a extensão desta lista de desastrosas dissidências”, o jornal sugeria que o leitor deveria resolver “a respeito dos jeremias monarquistas” quando falavam “dos males da república” no Brasil, e concluía declarando que os brasileiros não suportavam uma ditadura, ao passo que os portugueses suportavam “dezenas delas, afora as violências, os menosprezos da lei e as ladroagens”<sup>126</sup>.

O recurso à denúncia era também utilizado por *A Voz Pública*, segundo a qual era “conhecida de todos a campanha que, desde a fundação da república no Brasil”, fora feita “na Europa contra a consolidação da ordem democrática naquele grande país”. Para o periódico, “a capital do reino português” fora “um dos mais ativos focos senão o mais importante da propaganda caluniosa contra os homens do novo regime brasileiro”, a qual se direccionou “desde o presidente até o mais modesto cidadão aderente à nova ordem de coisas”, de modo que “tudo e todos foram miserrimamente

---

<sup>125</sup> A EVOLUÇÃO. Angra do Heroísmo, 18 nov. 1891. A. 7. N. 243. p. 1-2.

<sup>126</sup> A EVOLUÇÃO. Angra do Heroísmo, 16 dez. 1891. A. 7. N. 247. p. 1-2.

maltratados por jornalistas sem consciência, sem patriotismo” e guiados “por maus instintos de assalariados”. Na opinião da folha, a jovem república era “um verdadeiro pesadelo para todos os monarquistas da Europa”, para os quais “uma coroa na livre América, ainda que de papelão dourado, era um notável exemplo de virtudes inerentes e exemplares postos ao serviço do regime monárquico europeu”. A publicação acreditava que a república no Brasil saberia reagir aos “manejos sebastianistas”, à “jogatina bolsista” e a “toda a imprensa ligada pelo cordão umbilical dos fundos secretos” que “cooperava no coro de um imenso clamor de infamíssimos despautérios”, mas sentenciava que não haveria como apagar o que elas escreveram e “a reprodução de todas essas infâmias” viria a ser julgada pelos governantes brasileiros<sup>127</sup>.

A *Vanguarda* não ficava atrás e declarava que, “apesar do que os jornais monárquicos” escreviam “sobre o Brasil”, deveriam estar “certos os noveleiros e os intrigantes que a monarquia” fora “de vez banida da América do Sul”. Para este jornal, “o que a imprensa republicana e todos os jornalistas imparciais” deveriam fazer era “corrigir as falsidades, as verdadeiras heresias que as folhas monárquicas” vinham “publicando com o fim vilíssimo de desprestigiarem o ideal republicano”. A publicação escolhia um ponto específico para debater, acusando que os monarquistas especulavam “com as antigas tendências separatistas de alguns dos estados da nova república, e tão longe” levavam “a sua má fé ou a sua ignorância”, que poderia parecer a quem estivesse “despreocupado ao ler”, que fora “sob o regime da democracia que no Brasil” surgira “o monstro do separatismo”. Para contradizer tal premissa, o periódico citava vários casos de revoltas separatistas ocorridas à época imperial, considerando que tal exposição seria “suficiente” para a verificação de que “a república não criara o movimento separatista a que, com requintada má fé, se aludia nas folhas monárquicas” e, “pelo contrário”, ela teria destruído “a centralização que esmagava e que tanto feria os interesses” de cada uma das unidades do país, dando-lhes “a liberdade e as garantias” conquistadas “pela

---

<sup>127</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 7 nov. 1891. A. 2. N. 469. p. 1.; 17 nov. 1891. A. 2. N. 477. p. 1.; e 4 dez. 1891. A. 2. N. 492. p. 1.

constituição federal”. Nesse sentido, o jornal concluía que aquelas explicações bastavam “para mostrar que a república não criara nenhum fator novo de perturbação e antes eliminara muitos”<sup>128</sup>.

Nesse contexto, o periodismo republicano buscou transmitir aos leitores os acontecimentos no Brasil naquele final de 1891, intentando demonstrar que não havia uma crise grave e sim que os problemas deveriam ser considerados temporários ou comuns. A empreitada fundamental desses jornais foi evitar que a propaganda republicana que evoluíra desde 1889 sofresse percalços tendo em vista os obstáculos enfrentados na jovem república, que poderiam vir a desacreditar a pregação do republicanismo. Tendo em vista tal meta, as publicações republicanas tiveram de empreender um descomunal esforço para apoucar as grandes dificuldades que assolavam o Brasil, ou, pelo menos, transmutá-las em um fenômeno normal e passageiro característico de um regime em construção.

---

<sup>128</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 15 nov. 1891. A. 1. N. 220. p. 1.; e 20 nov. 1891. A. 1. N. 225. p. 1.



#### IV. A imprensa caricata e satírico-humorística

As folhas portuguesas voltadas à caricatura, à sátira e ao humor, apesar da gravidade dos acontecimentos no Brasil, não abriram mão de fazer graça com tais fatos. Através de sua linguagem própria, esse jornalismo trazia em si uma versão diferenciada para a interpretação acerca daqueles episódios, vistos pela lente do humor e da ironia. A pilhéria e o tom jocoso davam um certo ar *nonsense* aos fatos ocorridos na jovem república, de modo que, sem necessariamente tomar partido, tais periódicos apresentavam uma versão engraçada para aquelas constantes transformações no Brasil que, em pouco tempo, vira cair um imperador e seu império, para, dois anos depois, ver também cair o primeiro presidente e vendo até a possibilidade de queda da própria nova forma de governo. Ao apresentar, sob o prisma do riso, as peculiaridades da formação daquela república, as dificuldades advindas da crise e os personagens em tais processos envolvidos, mais uma vez tais publicações traziam em si a tradução das conversas cotidianas e das tiradas populares que se refletiam através dos seus desenhos e textos ácidos destas publicações.

O caráter fugaz das instituições no Brasil, que já era comentado em 1889 a partir da instantaneidade da instauração da república, voltava à baila em 1891, estabelecendo-se, com base na graça, a busca por um parâmetro do que seria uma revolução essencialmente brasileira. Tal perspectiva era desenvolvida nas páginas do semanário caricato *O Antônio Maria*, segundo o qual o Brasil estava “sendo o primeiro país do universo” que resolvera “romper com certas tradições de mau gosto, e fazer revoluções de um modo” que a folha não hesitava “em classificar de verdadeiramente ‘fim de século’”, ou seja, “graças ao Brasil a palavra revolução” poderia “ter interpretações diversas”. A partir de tais constatações, o periódico passava a realizar uma série de digressões ao longo da história para tentar demonstrar as peculiaridades de uma “revolução à brasileira”<sup>129</sup>.

Seguindo tal linha de pensamento, o jornal afirmava que, “geralmente, as revoluções políticas” eram “os meios enérgicos” pelos

---

<sup>129</sup> O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 2.

quais os povos mostravam “o seu descontentamento para com as classes, ou os governos, ou os homens” que os dominavam, administravam e subjugavam. Desse modo, destacava que, “percorrendo a história, tanto antiga como moderna”, não havia “uma só revolução política” que não tivesse “custado a vida a centenas de pobres diabos ou a vários grandes homens, que pensaram ingenuamente que para governar um povo” só bastava “carregar-lhe em cima”, isto é, “carregá-lo de impostos, de injustiças e de arbitrariedades”. Nesse sentido, citava casos na França, como a *Jacquerie*, com a sua “onda de mendigos entrando em castelos e chegando a espetar em chuços as cabeças das crianças indefesas e inofensivas, que em nada” eram “responsáveis pelas violências dos seus maiores”; a “Revolução Francesa, derivando aos terrores de 1793”, e as vítimas “a caminho do cadafalso”; mais tarde, “a revolução de julho, as barricadas nas ruas de Paris, e os pobres diabos expondo o peito às balas dos soldados”; já “em seguida o golpe de Estado de Luís Bonaparte e muitos morrendo sobre as barricadas do subúrbio”; e, mais contemporaneamente, “essa outra revolução que a história conhece pelo nome de Comuna, e cujos resultados sanguinolentos” seria “desnecessário relacionar, atendendo a que ainda” estavam na “memória de todos”<sup>130</sup>.

Utilizando-se da estratégia de misturar o sério com o jocoso, *O Antônio Maria* explicava ainda que a revolução era “sempre” como mostrava “a história, o meio violento empregado pelo povo para conquistar um ideal político”, destacando que, “em Portugal também” não faltavam “exemplos desta natureza”, bastando “citar datas”, como “1640, 1820, 1830, 1846, e ainda 1891” e. “em todas elas”, houvera aquele “licor da cor das papoulas tingindo de escarlata as pedras das calçadas”. A folha argumentava também que se a abordagem passasse “da Europa para a América do Sul, ultimamente tão fértil em surpresas políticas”, seria possível ver “que os povos da Argentina e do Chile” compreendiam “a revolução à europeia”, fazendo “dela um verdadeiro chouriço de sangue, excelente para a

---

<sup>130</sup> O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 2.

cozinha da história e para dramas de sensação e de terror”, que um dia ainda se transformariam “em cena no teatro”<sup>131</sup>.

A partir de tais constatações, o hebdomadário caricato chegava ao Brasil, afirmando que em tal país se resolvera “declarar guerra à tradição, e compreender as revoluções ao seu modo”. O periódico considerava que não se deveria “levar a mal semelhante resolução”, visto que ali se mudava “de instituições e de chefes de Estado”, como se mudava “geralmente de camisa”, ou seja, “sem mortes de homens e sem causar prejuízos a ninguém”. A narrativa buscava demonstrar as mudanças brasileiras dos últimos dois anos, descrevendo que um dia o Brasil mostrara-se “descontente com o império”, deitando-o “abaixo, expedindo para a Europa no primeiro pacote, o seu velho imperador” e, “em todo” o país ressoara “o grito de ‘Viva a república! Viva Deodoro!’ – como se o senhor Deodoro fosse positivamente o salvador da pátria”. O texto narrava ainda que, a partir daí, “por toda a parte, nos estabelecimentos públicos assim como na casa dos particulares, o retrato de Pedro II foi substituído pelo de Deodoro, mas em breve o Brasil” passara a sentir que Deodoro não era “positivamente o redentor” que mais lhe convinha, gritando “Abaixo Deodoro! Viva Floriano!”, e mudavam-se os retratos<sup>132</sup>.

Na conclusão do texto, a folha arrematava com fina ironia, deixando o caráter jocoso nas entrelinhas. Nessa perspectiva, o semanário caricato ressaltava que todas aquelas transições no Brasil ocorreram “sem a mais leve perturbação da ordem, e sem a menor oposição dos partidários deste ou daquele salvador”, constatando que havia “amadores de sangue humano” que chamavam aquilo de “revoluções de opereta”. Quanto a tais assuntos, o jornal dizia que tinha “o mau gosto de preferir as revoluções” que serviam exatamente “para óperas ou para operetas”, pois, com elas, talvez sofresse o drama, mas ganhava “com certeza a humanidade”, uma vez que não conseguia ver “a necessidade de sacrificar vidas para, afinal de contas, os povos continuarem sendo cada vez mais mal governados”<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 3.

<sup>132</sup> O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 3.

<sup>133</sup> O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 3.

As tão ventiladas possibilidades de fragmentação político-territorial do Brasil, muito comentadas pela imprensa dita séria, foram também tema dos jornais voltados ao humor. Nesse sentido, o *Charivari* publicou o artigo “Os unidos a desunirem”, no qual explicava ironicamente que o país tomara “o nome de Estados Unidos do Brasil, assim como quem” dizia “que aquilo depois da saída do imperador, chegou a unir”. Diante disso, a folha concluía que “os Estados Unidos” não conseguiam unir-se, de modo que, “por mais esforços que tenham feito, aquela união” parecia-se “muito com a desunião”. A partir daí, o periódico narrava, embasado no humor, os acontecimentos que teriam marcado o golpe presidencial. Dizia que “o governo, não podendo unir-se com Deodoro, tanto andou, até que o dito presidente lhe intimou mandado de despejo, como se o governo fosse um inquilino caloteiro e o presidente um senhorio rabugento”, ou seja, “com um aparato bélico, a prevenir-se para o que desse e viesse, o marechal presidente, em pessoa, entrou na sala do congresso e mandou por tudo no andar da rua”. Narrava ainda que, perante o ato presidencial, “ninguém ficou na sala, tudo desfilou pelos corredores fora à intimação do dono da casa” e, “para que não viessem para a rua fazer-se de espertos, o marechal foi decretando a lei marcial e ficou-se a ver em que paravam as modas”<sup>134</sup>.

Fazendo referência às formas de percepção dos fatos no Brasil pela imprensa monárquica e a republicana, o hebdomadário caricato portuense afirmava que uns diziam “que o marechal procedeu como homem de grande tino, outros asseveravam exatamente o contrário”, ao passo que os telegramas recebidos “todos os dias” nem atavam nem desatavam, não se sabendo o que havia ou o que haveria de ocorrer. Diante de tais indefinições, a folha constatava que cada um tinha “à sua disposição a liberdade de fantasiar o que melhor” lhe parecesse, pois estava “averiguado que os telegramas” só davam “as notícias que Deodoro” quisesse. Destacava, entretanto, que alguma informação “escapou pela tangente”, noticiando que alguns estados estariam a declarar o separatismo, de maneira “a desunir a união dos Unidos”, num quadro pelo qual, mesmo que fossem desmentidas tais notícias, nada impedia que se acreditasse “na possibilidade das

---

<sup>134</sup> CHARIVARI. Porto, 21 nov. 1891. A. 6. N. 23. p. 2.

desuniões dos Estados Unidos do Brasil, visto como tudo” corria “de mal para pior desde que ali se estabeleceu a república”. Mais tarde, já depois da deposição de Deodoro, o *Charivari* retornava ao tema, destacando que “os Estados Unidos do Brasil” viriam a ter “de chamar-se Estados Separados do Brasil, porque, segundo as notícias recebidas, cada província” pretendia “governar-se independentemente sem necessidade de Floriano de nenhuma espécie”, ainda mais que por lá corria “o sangue da guerra civil”, que viria “por fim a ser o batismo do sistema por que o Brasil” teria “de reger-se”<sup>135</sup>.

A visão jocosa destes jornais recaiu também sobre as dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, de modo que a referência ao câmbio era praticamente uma piada pronta para tal jornalismo. Esses óbices no campo financeiro-econômico foram detectados pela imprensa satírico-humorística mesmo antes do golpe presidencial, como o fez *A Esmeralda*, ao publicar a matéria “Ao cavaco”, na qual apresentava uma historieta sobre a criação de uma gazeta e, dentre os responsáveis pela folha, estaria um brasileiro. Na narrativa expressa pela folha, após várias incertezas quanto à identificação do tal indivíduo, um dos personagens afirmava que seria um “brasileiro quem iria tomar conta do jornal”, estando “aí o motivo” pelo qual ficaria garantido que a publicação não deixaria “de sair por falta de fundos, visto que o seu proprietário” era brasileiro. Diante de tal certeza um dos interlocutores dizia: “Sim, talvez brasileiro... rebentado!”; ao que outro respondia: “Se é rebentado ou não, isso é que eu não sei, e o que lhe sei dizer é que é brasileiro”<sup>136</sup>. Nesse sentido, através do humor e da ironia ferina, as referências direcionavam-se a um “brasileiro rebentado”, ou, em outras palavras a um país quebrado, eivado de dívidas e prenhe em especulações financeiras, como era visto o Brasil.

O semanário caricato *O Sorvete* também fazia as suas apreciações sobre a situação financeira brasileira, destacando que “o câmbio do Brasil” estava “uma desgraça”, pois “ouro e prata” não

---

<sup>135</sup> CHARIVARI. Porto, 21 nov. 1891. A. 6. N. 23. p. 2.; e 1º jan. 1892. A. 6. N. 29. p. 6.

<sup>136</sup> A ESMERALDA. Porto, 23 jul. 1891. A. 1. N. 1. p. 4-5.

apareciam “nem de noite, e os próprios papelinhos, as cédulas e as notas”, ninguém via “aquelas porcas”. Na forma de um remoque, o hebdomadário expressava mais uma vez a difícil circunstância econômica brasileira, através de uma historieta. Segundo tal narrativa, contavam “vários jornais sérios que o coronel comandante de um regimento brasileiro mandara formar o corpo do seu comando para receber um tenente do exército português” que fora “visitar o quartel”, de modo que causara “estranheza essa notícia” e não faltara “quem a comentasse, fazendo troça da tropa de lá”. Na visão do jornal não havia razão para o pasmo, pois, “assim como a moeda do Brasil” era “fraca” e variava “de valor segundo os câmbios, valendo” a lusa “três e quatro vezes mais”, seria “possível” que se desse “o mesmo com os galões e que o posto de tenente do exército” português correspondesse “ao de general da tropa” que fazia que andava e não andava<sup>137</sup>. Sob o título “Que lhe preste...”, *O Sorvete* também apresentava os óbices à vida econômica brasileira, sob o prisma da graça e do ritmo dos versos, nos quais ficavam demarcadas as apreensões daqueles que possuíam aplicações no Brasil e mesmo dos que dependiam dos valores enviados da jovem república:

Quem tem fundos no Brasil  
Anda mesmo a três do fundo  
Da bancarrota no açoite;  
Bem o mostra esta conversa  
Que acaso caiu no ouvido  
De um repórter atrevido,  
No Central, ontem à noite:

- Me botou um telegrama  
De lá o cunhado Juca;  
Você veja, seu Manduca,  
Está sério aquilo no Rio...

- E Deodoro! Que pandilha,  
Que presidente caipora  
Que bota os membros de fora  
Do senado, hein, já viu?!

---

<sup>137</sup> O SORVETE. Porto, 15 nov. 1891. A. 13. N. 81. p. 2.; e 22 nov. 1891. A. 13. N. 82. p. 3.

- E aqui maço se escangalha  
Aquela futrica reles?!  
Se Deodoro espanta eles  
Não vem dinheiro de lá...

- Não me amola a mim o câmbio  
Que cada vez vai crescendo:  
Há meses que vou comendo  
Dos fundos – hein? – da sinhá...<sup>138</sup>

Com um tom mais drástico e menos jocoso, *O Riso do Diabo* afirmava que “do estado do câmbio” brasileiro se dizia tudo em Portugal, situação que se agravava a partir da “última comoção” que dera “em resultado a retirada do generalíssimo Deodoro da Fonseca”. De acordo com a folha satírico-humorística, tais contingências poderiam fazer com que viesse a “dar em terra com a nascente república, cercada de elementos conservadores”. Na opinião do periódico, “aquele país” estava “sendo gravemente agitado pelo dinheiro estrangeiro”, citando que alguns chegavam a sugerir que a situação era provocada “pelo dinheiro dos Orleans”, numa referência a um possível movimento de restauração. O jornal chamava ainda a atenção para o fato de que “os estrangeiros, especialmente os residentes no Rio, avultando entre estes os portugueses”, iam, “na sua maior parte, embarcados na tentativa imperialista”. Numa perspectiva escatológica, a folha enfatizava que “a jovem república” não deixava “de estar ameaçada de morte”<sup>139</sup>.

O mesmo jornal, com forte teor crítico, apontava para as possíveis dificuldades da colônia lusa no Brasil. De acordo com a convicção da folha, “se os imperialistas”, numa alusão aos restauradores, obtivessem êxito, “os portugueses residentes no Rio” obteriam “mais comendas e títulos”, mas se os governistas conseguissem “sustentar o equilíbrio, triunfando da tremenda conspiração” que os ameaçava, “a colônia portuguesa” teria “de conhecer, por experiência própria”, que não havia “coisa mais feia que governar na casa alheia”. O periódico vaticinava que se poderia calcular até onde chegaria “o furor dos republicanos brasileiros,

---

<sup>138</sup> O SORVETE. Porto, 22 nov. 1891. A. 13. N. 82. p. 7.

<sup>139</sup> O RISO DO DIABO. Porto, 3 jan. 1892. A. 1. N. 12. p. 1-2.



vendo que a hospitalidade e riqueza, que tantos compatriotas” lusos tinham “encontrado no Brasil, os animou a quererem impor-lhe governo”, de modo que “a anarquia” poderia “rebentar contra os portugueses, havendo uma espécie de vésperas sicilianas, provocadas pela imprudência de algumas dezenas de ambiciosos”. Diante disso, o jornal enfatizava que “os brasileiros, parafraseando o bem conhecido e histórico sarcasmo”, poderiam, “talvez, apontando para os cadáveres das vítimas” afirmar: “Lusitanos, medindo estais com os membros. A terra em que quisestes já ser reis. Tais prêmios leva que ousou tentar-nos, impondo-nos governo, império e leis”<sup>140</sup>.

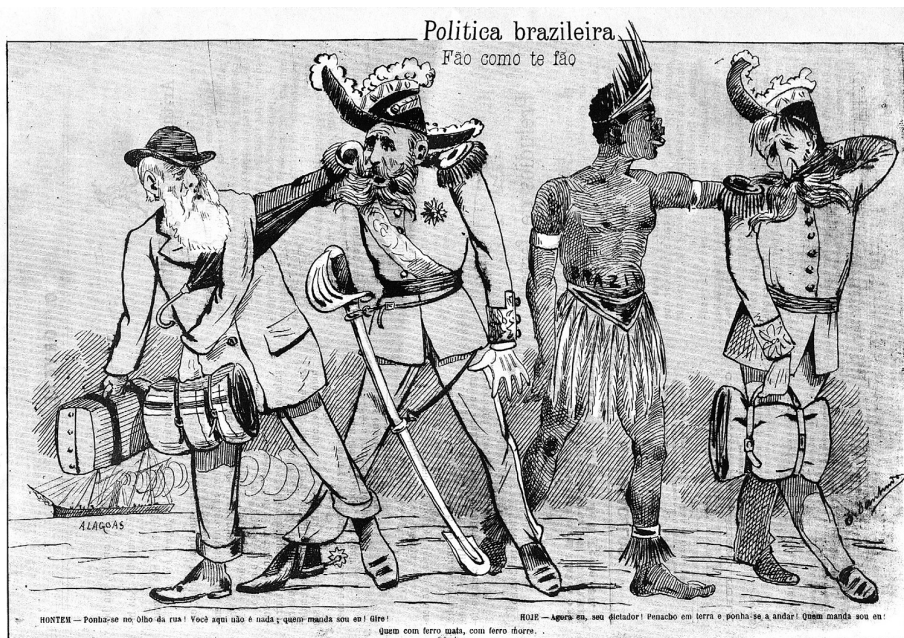
Tal preocupação com a situação brasileira e os possíveis reflexos junto à população lusitana residente no Brasil era também evidenciada por outra publicação satírico-humorística ao praticar a crítica social e de costumes. Era *O Malcriado* que tecia ferrenhas censuras e desaprovações à imigração lusa em direção ao Brasil, referindo-se aos maus tratos sofridos pelos portugueses e também ao “decréscimo espantoso” da população lusitana. A lusofobia presente no Brasil daquela época, advinda da agitação política nacional era denunciada pela folha satírica que se referia “ao ódio dos irmãos do Brasil”, pelos portugueses, destinando-lhes “a amizade de Caim”. Segundo o periódico, era “preciso que se soubesse que o brasileiro nato” amava “tanto o português, como o sapo, a doninha ou como o buldogue poderia amar o gato”. Com ironia, o jornal ressaltava que “*galegos, pés de chumbo e quejandos motes*” eram “as expressões generosas” com que os brasileiros animavam os portugueses; mas denunciava que, apesar disso tudo “ninguém pensava nisso”, pois todos se deixavam “enlevar na enganadora visão das riquezas”<sup>141</sup>.

Como era muito comum no seio da imprensa caricata e da satírico-humorística, muitas vezes, os fatos eram transmitidos ao público através de uma personalização, ou seja, buscava-se dar uma feição aos acontecimentos, representando-os por meio de pessoas. Nesse quadro o protagonista daquele momento em torno da crise de 1891 era Deodoro da Fonseca, mas também surgiam como personagens o exilado imperador e o substituto daquele, Floriano

<sup>140</sup> O RISO DO DIABO. Porto, 3 jan. 1892. A. 1. N. 12. p. 2.

<sup>141</sup> O MALCRIADO. Lisboa, 17 jan. 1892. A. 5. N. 160. p. 1.

Peixoto, assim como várias das representações do povo brasileiro. Dessa maneira, Deodoro aparecia nas páginas do semanário *O Sorvete* sendo personalizado de duas maneiras. Na primeira era o militar enérgico que esbravejava contra D. Pedro II, expulsando-o do Brasil em direção ao navio *Alagoas* para daí seguir ao exílio. O imperador aparecia carregando suas próprias malas e guarda-chuvas embaixo do braço, demonstrando a resignação pela perda do poder que ficara tão demarcada nas formas de retratá-lo naquele momento. Já o proclamador da república aparecia com feições tresloucadas, com uma espada de tamanho despropositado à cintura, como numa alusão ao autoritarismo que demarcaria o seu governo ditatorial<sup>142</sup> [Figura 2].



- Figura 2 -

Já na segunda cena da caricatura, a situação se revertia, pois, desta vez era Deodoro da Fonseca quem aparecia com feições

<sup>142</sup> O SORVETE. Porto, 29 nov. 1891. A. 13. N. 83. p. 8.

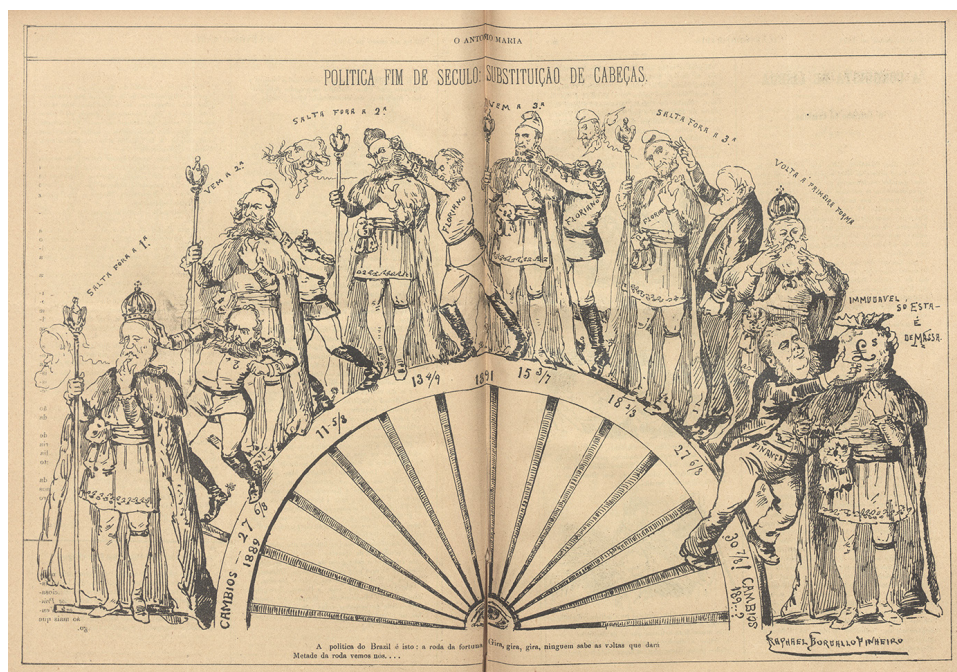
aparvalhadas e quase sem jeito. Tal postura refletia a visão negativa do jornal para com a atitude presidencial que, ao ser apeado do poder, em 1891, estaria a sentir o sabor amargo do próprio veneno, tal qual fizera com Pedro II, em 1889. Desta vez, aparentando estar acabrunhado e constrangido, era o marechal-presidente quem carregava a mala e fora despojado de sua espada como símbolo da força e do poder que acabara de perder. Nessa outra cena, quem expulsava Deodoro era uma figura híbrida, misto de negro e indígena, com as feições e a cor da pele do primeiro e as vestimentas do segundo – em uma certa referência à perspectiva pela qual a população brasileira era formada essencialmente por tais elementos étnicos. Tal personagem era a representação do povo brasileiro que colocava para fora o governante que usurpara de suas atribuições. O título da caricatura era “Política brasileira, *fão como te fão*”, e como legenda aparecia a contraposição entre o “ontem”, significando o novembro de 1889, quando Deodoro dizia a D. Pedro II: “Ponha-se no olho da rua! Você aqui não é nada; quem manda sou eu! Gire!”; e o “hoje”, em referência ao novembro de 1891, quando o “povo” exclamava ao presidente deposto: “Agora eu, seu ditador! Penacho em terra e ponha-se a andar! Quem manda sou eu!”. Perante tal quadro, a folha concluía: “Quem com ferro mata, com ferro morre...”<sup>143</sup>.

O *Antônio Maria* também trouxe ao público aqueles personagens, retratados em outra caricatura denominada “Política fim de século: substituição de cabeças”, na qual reproduzia a vida política brasileira dos últimos anos, concebendo-a como um jogo em que rolavam as cabeças dos mandatários do país. O primeiro a perdê-la era D. Pedro II, arrancada por Deodoro da Fonseca que em seguida apareceria com as vestes imperiais e um barrete frígio à cabeça, mas já havia alguém para também tirar-lhe a cabeça, o que se concluía na figura seguinte, onde ele, já com a coroa era degolado por Floriano Peixoto. Este, por sua vez, também apareceria em trajes majestáticos, mas mantinha o barrete frígio à cabeça que seria derrubada por

---

<sup>143</sup> O SORVETE. Porto, 29 nov. 1891. A. 13. N. 83. p. 8.

Pedro II, que das roupas civis, voltaria ao traje original e à posse da coroa<sup>144</sup> [Figura 3].



- Figura 3 -

Essa suposta volta do imperador decaído na caricatura expressa por *O Antônio Maria* refletia a crise no Brasil e as ventiladas possibilidades de restauração. Com ironia, o jornal mantinha as figuras com a roupagem majestática, mesmo nos presidentes, simbolizando o excesso de autoridade alocado em suas mãos. A roda da fortuna, que trazia em si os problemas do câmbio brasileiro, era encerrada com um financista, representando o capital internacional, que dominava a economia do país, colocando um saco de libras em lugar da cabeça de um corpo dela desprovido, arrematando com uma tirada irretorquível, pois, a cada cabeça que caía, o desenho informava “salta fora a 1ª”; “vem a 2ª”; “salta fora a 2ª”; “vem a 3ª”; “salta fora a 3ª”; “volta a primeira forma”, diante do que concluía, com a colocação do dinheiro em lugar da cabeça – “imudável só esta, é de massa”. A legenda era: “A política do Brasil é isto: a roda da fortuna. Metade da roda vem ao...”. “Esta gira, gira, ninguém sabe as voltas que dá”.

<sup>144</sup> O ANTONIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 4-5.



fortuna. Gira, gira, gira, ninguém sabe as voltas que dará. Metade da roda vemos nós...”<sup>145</sup>.

O primeiro presidente brasileiro era também personagem em um texto publicado pelo *Charivari*, no qual o jornal manifestava exultação com a queda desta autoridade pública e, através da figura de Deodoro, criticava o autoritarismo e o militarismo que teriam caracterizado a república no Brasil, bem como também imputava ao general a culpa pela expansão da crise brasileira, mormente no campo econômico-financeiro, diante do que praguejava o militar tendo em vista os indelévels efeitos de tais dificuldades no contexto português:

O generalíssimo Deodoro da Fonseca, aquele grandíssimo general ditador, acaba de dar com as canastras em terra.

O diabo do homem chegou a imaginar que o mundo se deixa assim governar a modos de carneirada, e que, acima de um presidente, nada mais existe.

Enganou-se redondamente o Sr. Deodoro nos seus generalíssimos cálculos, julgando que uma nação republicana consente as arremetidas de um presidente ditador, com pretensões a rei absoluto.

O generalíssimo, ao entrar na sala do congresso e intimar mandado de despejo, cuidou que estava dentro do quartel de algum regimento, manobrando para a direita e para a esquerda, para a frente e para a retaguarda, e que tudo se fazia com a mesma facilidade e sem resistência.

Uma nação não é um regimento de tropa; o Brasil não é um quartel de soldados.

Saiu-lhe o gado mosqueiro, o Sr. Deodoro.

O pior é que temos de sofrer todos a consequência da sua levandade.

Com as providenciais medidas do Sr. Deodoro, do generalíssimo ditador, do absolutíssimo presidente, o câmbio, que até então se achava a 13 e um quarto, passou a não se achar a coisa nenhuma. Quer dizer, o câmbio, depois da absolutíssima cabeçada do Sr. Deodoro, baixou até as profundidades do infinito.

---

<sup>145</sup> O ANTONIO MARIA. Lisboa, 26 nov. 1891. A. 7. N. 331. p. 4-5.

Ora, como Deus não tinha fadado este Deodoro, senão para figurar de Deodoro, aconteceu o trambolhão que toda a gente presenciou.

O pobre generalíssimo já não é presidente dos Estados Unidos do Brasil, nem de outros estados quaisquer. O melhor é fazer de conta que o homem morreu, amarrado à generalíssima ditadura.

Pobre Brasil! Como tu sofres neste momento!... Tão cheio de recursos naturais, encontras-te, como as nações europeias, a braços com uma crise de tal ordem que, só muito tarde, poderás debelar.

Se a providência aprovesse afastar da face da terra a mania reformadora, parece que não teríamos passado por tantos desgostos e que viveríamos um pouquinho mais felizes.<sup>146</sup>

Nas páginas do *Charivari*, Deodoro da Fonseca seria mais uma vez personagem em uma caricatura, juntamente com seu antecessor e sucessor. No desenho uma série de pessoas, vestindo trajes e indumentárias diferenciadas, como a representar diversos segmentos da sociedade – que em seu conjunto estaria insatisfeita com os rumos do país – jogavam o “pim pam pum”, um tipo de jogo popular, praticado em feiras, cujo objetivo era derrubar bonecos enfileirados por meio de bolas de pano. Os jogadores se mostravam muitos satisfeitos com a atividade e os alvos eram exatamente D. Pedro II e Deodoro, que já haviam sido alvejados e se inclinavam para cair, e o próximo alvo era Floriano Peixoto, em uma clara alusão à instabilidade dos governantes brasileiros naqueles últimos dois anos. O personagem que repassava as bolas aos jogadores era outra vez um misto de negro e indígena que simbolizava o povo brasileiro, que estaria a contribuir na derrubada daqueles homens de Estado. O título da caricatura era “Coisas do Brasil” e a legenda descrevia a cena e reproduzia a situação brasileira de então, sem deixar de levar em conta a questão da crise financeira e seus resultados, ou seja, jogava-se no Brasil e Portugal sentia os efeitos. Nessa linha, a legenda era: “Desde um certo tempo para cá, observamos que o Brasil nada mais faz do que jogar o pim, pam, pum.” Que era um “jogo inocente e

---

<sup>146</sup> CHARIVARI. Porto, 28 nov. 1891. A. 6. N. 24. p. 6.

inofensivo em que parece não se perder grande dinheiro, mas que afinal vai arruinando muita gente”<sup>147</sup> [Figura 4].



- Figura 4 -

Ainda sobre o primeiro presidente brasileiro, o *Charivari* publicaria uns bem humorados versos, sob o título “O meu amigo Deodoro”, descrevendo com graça os acontecimentos recentes no Brasil. De certo modo, o texto em poesia representava as indefinições do povo brasileiro dizendo que ele teria grande admiração por Pedro II e era monarquista até que o imperador foi apeado do poder e exilado, quando tal povo abandonara suas convicções e tornara-se republicano e admirador de Deodoro da Fonseca, vindo a lamentar que este também tivesse sido afastado da presidência. A balbúrdia que se imaginava para a situação brasileira de então ficava manifesta provocativa, irônica e propositalmente na expressão utilizada pelo hebdomadário caricato, ao dizer que aguardava o retorno do “amigo Deodoro” que, tal qual um famoso imperador ou o descendente de

<sup>147</sup> CHARIVARI. Porto, 5 dez. 1891. A. 6. N. 25. p. 5.



uma divindade mitológica, viria a ocupar o trono brasileiro, símbolo da instituição que o próprio marechal contribuíra para derrubar:

Ando há muito abananado,  
Ando triste qual cipreste,  
E sou às vezes agreste  
Quer na rua, quer em casa;  
Os sucessos do Brasil  
Dão-me tratos ao miolo,  
Têm-me trazido até tolo,  
Todo me têm posto em brasa.

Quando o velho imperador  
Nessa nação imperava,  
Era ele que me empalmava  
Toda a minha simpatia.  
Eu então era caturra,  
E até tinha por chance  
Ter sido desde criança  
Amigo da monarquia.

Veio depois a revolta  
Do Zé Povo brasileiro,  
E plantou lá no poleiro  
O Deodoro valente.  
Desde logo eu, sem rebuços,  
Cheio de um ardor insano,  
Tornei-me republicano  
Assim como toda a gente.

Esqueci o imperador  
Desde esse dia, que adoro,  
E tomei ao Deodoro  
Tal tracanaz de afeição,  
Que hoje lamento, choroso  
A negra sorte, o azar,  
Que o fizera agora dar  
Tão medonho trambolhão.

Tem-me custado a passar  
Esta saudade febril;  
As notícias do Brasil  
Todos os dias devoro.

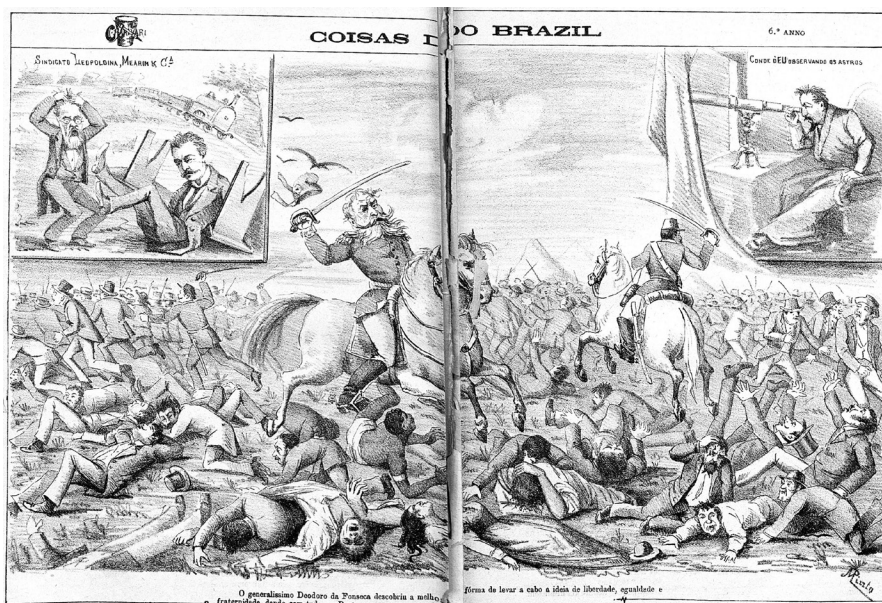
Inda espero ver no trono,  
Qual heroico Bonaparte,  
O bravo filho de Marte,  
O meu amigo Deodoro.<sup>148</sup>

Mas a irônica “amizade” para com Deodoro seria dissipada em outro desenho publicado pelo *Charivari*, no qual o primeiro presidente do Brasil aparecia como um personagem terrível a provocar a destruição e a morte. Na gravura, Deodoro da Fonseca era representado a cavalo, de espada em punho, e com o barrete frágil a cair de sua cabeça, numa alusão à perda dos verdadeiros ideais republicanos, e, junto de outros militares, matava ou mutilava todos que se encontravam à sua frente. A referência era ao extermínio da própria população brasileira, demonstrada em seu conjunto, pois ali eram todos atacados – homens e mulheres, velhos e jovens, negros e brancos – ou seja, a sociedade era destruída pela força do autoritarismo. A expressão utilizada para designar a atitude violenta de Deodoro era que ele dava em pantanas nas pessoas, com o sentido de perder, dissipar ou arruinar o país como um todo. Ao alto havia duas cenas isoladas, mas interligadas com a temática geral. Na primeira, dois indivíduos viam-se apavorados, diante de um trem que descarrilhava, um sindicato que falia e um banco que quebrava, no sentido literal, mas fazendo alusão ao figurado, buscando demonstrar os desastres que estariam a marcar o momento econômico e financeiro do Brasil. Na segunda, do outro lado, aparecia o Conde D’Eu, genro de Pedro II, utilizando um telescópio, demonstrando, com ironia, como o representante da família imperial poderia estar observando a situação, vislumbrando, quem sabe, uma possibilidade da restauração. O título era mais uma vez “Coisas do Brasil” e a legenda dizia: “O generalíssimo Deodoro da Fonseca descobriu a melhor forma de levar a cabo a ideia de liberdade, igualdade e fraternidade, dando com tudo em Pantana”<sup>149</sup> [Figura 5].

---

<sup>148</sup> CHARIVARI. Porto, 5 dez. 1891. A. 6. N. 25. p. 6.

<sup>149</sup> CHARIVARI. Porto, 19 dez. 1891. A. 6. N. 27. p. 4-5.



- Figura 5 -

A folha *Balas... de papel* também fazia graça com as constantes transições governamentais no Brasil, dizendo que “com a mudança de Deodoro para Floriano”, lá ia o representante diplomático brasileiro em Lisboa “inaugurar outro retrato no consulado geral”, ao passo que um membro da colônia brasileira na capital do reino iria pronunciar “outro respectivo discurso” que ninguém entendia. Em tom jocoso, a publicação avisava que, “em todo caso”, não seria “asneira nenhuma ir sempre guardando a tela e a alocação dedicadas ao primeiro presidente”, bem como perguntava se já haviam mandado pintar “a efígie do herdeiro imperial”, o que era bom ir tratando de fazer, afinal “o mundo dava muita volta”, ressaltava com humor em relação aos destinos do Brasil, aventando com uma nova possibilidade de troca presidencial, ou até mesmo da restauração monárquica<sup>150</sup>. Na mesma linha, *A Comédia Ilustrada* previa que ainda poderia acontecer outra revolta no Brasil, com o objetivo de depor Floriano e aclamar novamente a Deodoro como presidente. Fazendo graça com uma doença que se espalhava no contexto brasileiro e apresentando uma visão escatológica quanto aos

<sup>150</sup> BALAS... DE PAPEL. Lisboa, 15 dez. 1891. A. 1. N. 2. p. 7.

governos militares, a folha dizia que “a recrudescer o partido da febre amarela, qualquer dia os marechais” teriam de “abandonar para sempre a presidência, indo em marcha até ao outro mundo” e, perante tal situação seria necessário “um outro generalíssimo”, que temesse “as hostes aguerridas dos mandiocas e dos bananas” <sup>151</sup>, numa alusão mais uma vez preconceituosa quanto a certos estereótipos repetidos nas visões acerca do Brasil.

Nesse quadro, as folhas caricatas e satírico-humorísticas construíram uma perspectiva jocosa a respeito da crise brasileira. Ainda que a situação fosse de certa gravidade, acirrando-se os espíritos no Brasil, somando-se tais dificuldades aos óbices de natureza financeira e econômica que traziam efeitos tanto para os brasileiros, quanto para os membros da colônia lusitana no Brasil e mesmo para os próprios portugueses residentes no reino, estes jornais não deixaram de utilizar-se daqueles episódios como mote para provocar o riso e/ou apresentar uma versão crítica. Nessa linha, as publicações dedicadas ao humor, mantendo uma estratégia discursiva diferenciada em relação à imprensa dita séria, também mostravam uma das facetas acerca da crise brasileira de 1891. Através de caricaturas, textos irônicos e/ou chistosos e versos carregados de gracejos, tais jornais criaram representações a respeito da inconstância governamental da jovem república.

\* \* \* \* \*

Mesmo que não tenham atingido a mesma repercussão de dois anos antes, quando o Brasil mudava de forma de governo, os episódios de 1891 também foram tratados com afínco pela imprensa portuguesa. Nesse contexto, os jornais abordaram com frequência aquela primeira crise política mais intensa, quando o golpe de Estado perpetrado pelo presidente agitou o país. As publicações noticiosas e moderadas intentavam manter um meio termo em relação às folhas mais engajadas, buscando “não adentrar em questões mais polêmicas”. Já, a imprensa monarquista lusa observou as agitações no Brasil como a derradeira das crises que afetava o regime e a prova

---

<sup>151</sup> A COMÉDIA ILUSTRADA. Porto, 24 jan. 1892. A. 1. N. 6. p. 14.

inconteste de que a república não era uma forma de governo confiável. Enquanto isso, o jornalismo republicano buscou suavizar a crise, qualificando-a como transitória e típica de um regime em formação e intentando pintar os episódios brasileiros com cores de normalidade. Como típicos representantes da pequena imprensa<sup>152</sup>, os periódicos caricatos e satírico-humorísticos, por sua vez, apresentaram uma versão jocosa dos episódios, não poupando nada nem ninguém para promover seu estilo crítico e espirituoso. Como em 1889, mais uma vez a grande tendência foi enxergar-se no Brasil um modelo que poderia ser seguido ou evitado às ultimas consequências, de acordo com a orientação expressa em cada uma das publicações periódicas. O conjunto das construções discursivas entabuladas pelos periódicos portugueses diante dos acontecimentos do Brasil em 1891 pode, à guisa de considerações finais, ser sintetizado a partir do seguinte quadro.

---

<sup>152</sup> De outro segmento da pequena imprensa, representado pelo periodismo operário, os registros em relação aos exemplares remanescentes e disponíveis foram bastante restritos, limitando-se a uma pequena nota publicada por O Protesto Operário na qual mantinha a posição de que as mudanças políticas no Brasil não traziam consigo transformações de fundo estrutural e, essencialmente, social. Nesse sentido, o periódico afirmava: “No Brasil complica-se a situação. O advento da república correspondeu para aquele país ao maior desenvolvimento do regime capitalista. Daí o descontentamento consequente, a excessiva miséria nas classes operárias, o desaforo da especulação bancária, enfim, a predominância da nevrose do oiro, com todas as suas perturbações, no organismo social. Agora surgiu o golpe de Estado, obra do marechal Deodoro [que poderia ser o] pontapé que deu em terra com a república. Resumindo: a situação do Brasil não nos parece muito tranquila, nem de molde para nos provar que são felizes todos os povos, apenas porque mudam de instituições políticas. Esperamos pelos fatos.” (O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa, 8 nov. 1891. A. 8. N. 491. p. 1.).

## Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião do golpe de Estado (novembro de 1891)

<b>PREDOMINANTEMENTE INFORMATIVOS E MODERADOS</b>
<p>⇒ <b>CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>extra-discursivos</b> → o agravamento das dificuldades no Brasil levava ao aprofundamento da busca por isenção</li> <li>• <b>intra-discursivos</b> → continuidade da intenção de privilegiar o jornalismo informativo</li> <li>• <b>inter-discursivos</b> → críticas às folhas engajadas pelo risco de insuflarem ainda mais a crise</li> </ul>
<p>⇒ <b>FORMAÇÃO DISCURSIVA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>fundamento de regularidade</b> → manifesto desejo pela recuperação brasileira em relação à crise e seus respectivos efeitos em Portugal</li> <li>• <b>conexão conceitual e interpretativa</b> → busca de práticas informativas, concebidas como independentes, imparciais e neutras</li> <li>• <b>regramento</b> → apesar da crise, insistência no livre arbítrio de cada povo quanto à escolha de seus destinos</li> <li>• <b>estratégia</b> → optar pela notícia sem necessariamente a expressão da opinião</li> </ul>
<p>⇒ <b>RELAÇÕES DISCURSIVAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>de oposição</b> → jornais isentos X periódicos partidaristas</li> <li>• <b>de associação</b> → neutralidade ◀▶ não se imiscuir em assuntos de outras nações</li> <li>• <b>de identidade</b> → imparcialidade ↔ primazia da informação</li> </ul>
<p>⇒ <b>ENUNCIADOS-CHAVE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As preocupações com as repercussões da crise brasileira em Portugal.</li> <li>• A manifestação do desejo pelo fim da crise, com o predomínio da paz.</li> <li>• A busca pela isenção e imparcialidade como nortes editoriais.</li> <li>• A admoestação contra a ação dos especuladores como fator agravante da crise brasileira.</li> <li>• A carência de notícias acerca dos acontecimentos no Brasil.</li> </ul>
<b>MONARQUISTAS</b>
<p>⇒ <b>CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>extra-discursivos</b> → busca de um deslegitimar em relação às pregações republicanas quanto aos avanços da jovem república</li> <li>• <b>intra-discursivos</b> → propaganda dos méritos monárquicos e difusão dos males da república</li> <li>• <b>inter-discursivos</b> → enfrentamento contra a pregação das publicações republicanas</li> </ul>

### ⇒FORMAÇÃO DISCURSIVA

- **fundamento de regularidade** → a crise era oriunda da mudança na forma de governo
- **conexão conceitual e interpretativa** → partidarismo permanecia sob a argumentação básica da defesa do regime ideal
- **regramento** → a função da imprensa continuava a ser a de orientação do povo quanto às vantagens da monarquia sobre a república
- **estratégia** → acirrar o conflito discursivo em relação à imprensa republicana

### ⇒RELAÇÕES DISCURSIVAS

- **de oposição** → tranquilidade monárquica X crise republicana
- **de associação** → república ◀▶ ameaça de desmembramento
- **de identidade** → monarquia ↔ estabilidade

### ⇒ENUNCIADOS-CHAVE

- As comparações entre a monarquia e a república, com a demonstração da superioridade daquela.
- O Brasil estava entregue à anarquia.
- A ruína econômica tomava conta do Brasil, com sequelas indeléveis para Portugal.
- Os riscos de desintegração territorial assolavam o Brasil.
- O embate com os adversários republicanos.

## REPUBLICANOS

### ⇒CONDICIONANTES CONTEXTUAIS

- **extra-discursivos** → demonstração de que a crise brasileira não poderia ser um limitador às intenções republicanas
- **intra-discursivos** → persistência na propaganda ao ideário republicano
- **inter-discursivos** → embate contra o alarmismo dos monárquicos e em oposição a tendências restauradoras

### ⇒FORMAÇÃO DISCURSIVA

- **fundamento de regularidade** → a república estaria sujeita a dificuldades na sua instauração, mas iria sobrepujá-las
- **conexão conceitual e interpretativa** → partidarismo como única opção para lutar contra o *status quo*
- **regramento** → o jornalista precisava se antepor à contrapropaganda emanada das publicações monárquicas
- **estratégia** → incitar o conflito discursivo, respondendo aos comentários desabonadores no que tange à república

### ⇒RELAÇÕES DISCURSIVAS

- **de oposição** → dificuldades fugazes da república X problemas crônicos das monarquias
- **de associação** → república ◀▶ alternância no poder
- **de identidade** → monarquia ↔ anacronismo da sucessão hereditária



⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

- As dificuldades no Brasil estavam nos quadros da normalidade e eram passageiras e justificáveis.
- O combate aos adversários monarquistas.
- Expressão de respostas reativas quanto aos boatos alarmantes.
- Imputação de culpas pelos obstáculos nos caminhos do Brasil às tendências restauradoras e aos falsos republicanos.

**CARICATOS E SATÍRICO-HUMORÍSTICOS**

⇒ **CONDICIONANTES CONTEXTUAIS**

- **extra-discursivos** → mesmo diminuindo a intensidade, ainda trazia detalhes do cotidiano luso às páginas impressas
- **intra-discursivos** → manter a vocação do riso como mote editorial
- **inter-discursivos** → permanência na sustentação como alternativa ao jornalismo dito sério

⇒ **FORMAÇÃO DISCURSIVA**

- **fundamento de regularidade** → ainda seria possível rir diante da situação brasileira
- **conexão conceitual e interpretativa** → a prática do jornalismo crítico-opinativo conseguia se sustentar
- **regramento** → mesmo diante da crise, o humor ainda era um instrumento diferencial
- **estratégia** → estimular o gracejo na prática da equivocidade discursiva

⇒ **RELAÇÕES DISCURSIVAS**

- **de oposição** → graça satírico-caricata X sisudez da imprensa dita séria
- **de associação** → permanência fugaz dos governantes ◀▶ instabilidade política
- **de identidade** → humor ↔ espírito crítico

⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

- Imperadores e presidentes em queda livre no Brasil – a personalização da crise.
- A instantaneidade das transformações no Brasil.
- Mesmo a crise financeira assoladora também era fator de troca.
- A revolução à brasileira: pacífica e sem abalos.
- Os Estados Unidos do Brasil tendiam a desunir-se.

## Cap. 2.

# O Golpe na imprensa espanhola<sup>153</sup>

### I. O Golpe de 3 de novembro<sup>154</sup>

As primeiras e lacónicas informações sobre os acontecimentos são publicadas nas últimas edições de dia 4 de novembro<sup>155</sup>, como no vespertino *La Época*<sup>156</sup>:

#### **Disolución del Parlamento brasileiro.**

LONDRES 4, — (Via cable de Bilbao) — Según despachos recibidos, el Parlamento del Brasil ha sido disuelto, y se ha establecido la ley marcial, restableciéndose la dictadura.

É nos dois dias seguintes que o leitor espanhol poderá ler muito mais notícias sobre o golpe do primeiro presidente a República brasileira. A esmagadora maioria dos órgãos de informação reproduzem telegramas de Nova Iorque, de Londres e de Lisboa.

*El Imparcial* transcreve um despacho recebido na véspera às 9 da noite pelo seu correspondente na capital portuguesa:

Un telegrama particular recibido de Rio Janeiro, avisa haber ocurrido acontecimientos importantes.

---

<sup>153</sup> Um agradecimento especial ao Francisco Matta pela atenta revisão deste texto.

<sup>154</sup> Traduzimos unicamente as citações em catalão; deixámos no original as em castelhano.

<sup>155</sup> «*Los telegramas de Lisboa, recibidos por los periódicos de la mañana, confirma el de la Agencia Fabra que hemos publicado anoche, relativo a los acontecimientos de Rio de Janeiro*», *El País*, 5 de novembro. Salvo rara exceções, nos arquivos históricos, só se encontra a edição da manhã de cada diário.

<sup>156</sup> No dia seguinte, *El Liberal* publica na primeira página o mesmo telegrama ao qual acrescenta um do Rio, também de dia 4, onde se fala do Manifesto de Fonseca e outro de Lisboa que confirma o golpe e a dissolução do Congresso. Cf. também *La República* do mesmo dia.

El jefe de gobierno, mariscal Deodoro de Fonseca, ha dado el golpe de Estado disolviendo las Cámaras y dirigiendo un manifiesto al país.

No se sabe más ni en las esferas del gobierno ni en la legación brasileña en esta capital. — *Carrelhas*

No mesmo número, o diário madrileno, que alude a um «extenso telegrama» do ministro luso no Rio, sublinha que este ato do marechal é anticonstitucional.

Também a 5, *La Unión Católica*, *La Época* e *El País*<sup>157</sup> realçam a «má impressão» que teve em Londres a decisão do Marechal, resumindo a opinião de três jornais, *The Times*, *The Financial Times* e *The Standard*. Estes três diários madrilenos e *El Heraldo de Madrid* escrevem que, em Lisboa, as pessoas a par dos assuntos brasileiros parecem pouco surpreendidas pelo desenrolar dos acontecimentos. Em Barcelona, *La Dinastía* realça também esta opinião negativa da imprensa londrina e sublinha que a calma na capital brasileira, da qual falam os telegramas oficiais, é mais «aparente do que real».

Entre outros, *La Correspondencia de Espanha*, *La Época*, a 5, e *El Siglo Futuro*, a 6, mencionam um artigo de *The New York Herald* no qual o jornal nova-iorquino explica as tentativas do Congresso de limitar os poderes do Presidente que reagiu com a dissolução do legislativo e a proclamação da lei marcial. *El País* cita o mesmo diário acrescentando que até agora «não houve nenhuma dificuldade». O diário republicano espanhol insiste sobre esta calma, citando outras fontes, como telegramas particulares e a da legação do Brasil em Londres.

O quotidiano de Nova Iorque é de novo citado pelo vespertino *La Época* de dia 6, para pôr em evidência a grande contradição entre as informações dadas por este órgão de imprensa e o optimismo dos comunicados oficiais. Sobre este tema, a *Ilustració Catalana* de dia 15 observa:

Por enquanto, parece que reina uma certa tranquilidade, de qualquer forma aparente. Não se pode acreditar em tudo o que

---

<sup>157</sup> Cf. também *La República* do dia seguinte.

nos dizem daí , porque não seria de estranhar que as notícias dos factos ocorridos nos chegassem um pouco deformadas e pouco conformes à verdade, que conheceremos mais adiante.

Entre 4 e 6 de novembro de 1891, como acabámos de ver, os jornais espanhóis publicam quase todos os mesmos despachos. Estes falam do conflito entre o Congresso e Fonseca, do subsequente Golpe do Presidente, da proclamação do estado de sítio, do Manifesto de Deodoro e da suposta calma que caracteriza o Brasil na sequência destes acontecimentos.

No entanto, estes órgãos de imprensa não se limitam a transcrever os telegramas redigidos pelas autoridades político-diplomáticas brasileiras e pelos observadores ingleses, americanos e portugueses, mas analisam o que se está a passar no maior país da América Latina.

\* \* \* \* \*

*El Siglo Futuro*<sup>158</sup> acusa os novos dirigentes republicanos de não terem respeitado a Constituição:

Este golpe de Estado parece que se da en provecho de los ministros responsables que, por lo visto, no disfrutaban de simpatías en el público ni en la Cámara, y quieren imponerse a toda la nación, conculcando para conseguirlo, la misma ley fundamental que se votó no hace un año, y que ellos y el mariscal Fonseca juraron cumplir y hacer cumplir<sup>159</sup>.

Mas isso não surpreende o jornal carlista. Com efeito, acrescenta o diário madrileno, os mesmos militares tinham jurado fidelidade ao imperador e atraçoaram-no. Isso prova o que significa, na prática, um «juramento de revolucionário», sublinha o editorialista, que ironiza sobre o facto do próprio governo «da república dar o primeiro exemplo de rebelião contra a lei».

Seis dias mais tarde, o jornal admite não se saber exatamente o que se passou no Rio de Janeiro, mas o que é certo é que no Brasil

---

<sup>158</sup> O quotidiano madrileno publica um comentário logo no dia 5, copiado quase integralmente de *El Imparcial*.

<sup>159</sup> «Lo del Brasil», *El Siglo Futuro*, 6 de novembro.

reina a confusão, a desordem e a incerteza. A responsável deste «sarrabulho»<sup>160</sup> é a maçonaria, muito poderosa neste país, «vítima» das lojas maçónicas. Na opinião do diário integrista, o Brasil era «um brinquedo» nas mãos dos maçons já durante o antigo regime:

Una nación educada por la masonería y por los ejemplos de indisculpable abandono de su antiguo imperador, es una nación cuyas energías han debido gastarse y cuyas virtudes han tenido que perecer. Habrá excepciones, de seguro; quizás haya alguna provincia a algún distrito donde aún se encuentre carácter viril e pueblo independiente; pero, considerada en conjunto, la nación brasileña, ha perdido el instinto de salvación y ya no hará nada para sacudir el yugo abrumador que la sujeta a la logias y la hace ser cómplice y víctima de sus maldades.

O conservador *La Unión Católica* publica um único editorial sobre este golpe<sup>161</sup>, que condena, não sem um certo sarcasmo, a falta de ordem nas várias repúblicas na América Central e Meridional, e nomeadamente no Chile, na Guatemala, na Argentina e, agora, na «novinha república do Brasil».

Neste país, realça o analista, põe-se a «mesma questão que no Chile», a saber a luta entre um ditador (Balmaceda<sup>162</sup> em Santiago, Deodoro no Rio de Janeiro) e a «vontade da nação» que representa o legislativo. Os congressistas têm a Constituição do seu lado, mas fica por saber «se têm também forças que apoiem as suas lutas contra o tirano», sublinha o jornalista que prevê um combate sangrento:

Los ánimos están sobre excitadísimos.  
El golpe de Estado dado por Fonseca no puede ser tranquilo en su existencia ni duradero. *Nihil violentum durabit*<sup>163</sup>. Escúchense ya siniestros rumores. En las calles de Rio Janeiro se prepara un drama de sangre. La lucha entre dictatoriales e congresistas será feroz, encarnizada, terrible. Las pasiones y los odios han llegado a su colmo.

---

<sup>160</sup> «Merienda de negros».

<sup>161</sup> «La República en el Brasil», *La Unión Católica*, 5 de novembro.

<sup>162</sup> José Manuel Balmaceda (1840-1891), presidente do Chile de setembro de 1886 a agosto de 1891, suicida-se em setembro do mesmo ano, depois de ter perdido a guerra civil

<sup>163</sup> Nada de violento fica por muito tempo.

Depois de ter afirmado que os católicos não têm de tomar partido nesta contenda, porque só devem pensar em seguir Jesus Cristo, o artigo termina com um ataque direto ao regime republicano: « Por lo demás, ya se ve las ventajas del sistema republicano que va de la anarquía a la dictadura y de la dictadura a la anarquía.»

Um outro quotidiano conservador, *La Época*, publica cinco comentários sobre esta crise brasileira de novembro de 1891. A 8, apesar das informações contraditórias sobre o desenrolar dos factos, indica duas causas principais do descontentamento geral no país; por um lado, a acusação de «suborno e de nepotismo» do Governo e de «grandes excessos e de insolência intolerável» do elemento militar; por outro lado, a má situação económica, caracterizada por uma inflação galopante.

No plano estritamente político-militar, o jornal vespertino madrileno não exclui que os militares, que agora estão do lado do Marechal, possam derrubá-lo a curto prazo: «sabemos quanto efémeras costumam ser as ditaduras militares».

Seis dias mais tarde, o vespertino monárquico volta a comentar a tentativa autoritária do Marechal<sup>164</sup>, lamentando que, depois de ter «beneficiado de muitos anos de paz e de prosperidade durante o Império, o Brasil esteja agora nas mãos do militarismo:

Triste lección es la que está ofreciendo el Brasil a los pueblos. Después de haber disfrutado largos años de paz y prosperidad con el Imperio, se ve entregado a la guerra civil por una aventura revolucionaria.

O jornal pergunta-se se Deodoro quererá «emular os Francia e os López<sup>165</sup>» do vizinho Paraguai, mas tem muitas dúvidas. Talvez, a derrota de Balmaceda no Chile possa «inspirar-lhe sérias meditações», sugere o articulista. Na opinião deste, mesmo o ditador chileno, «homem de carácter inteiro e de indiscutível valor», caiu,

---

<sup>164</sup> «Insurrección en el Brasil», *La Época*, 14 de novembro.

<sup>165</sup> São três presidentes do Paraguai que governaram ditatorialmente o país: José Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840), de 1816 a 1840; Carlos Antonio López (1790-1862), de 1840 a 1862 ; Francisco Solano López (1827-1870), de 1862 até à morte.

apesar de ter muito mais qualidades e recursos do que o Presidente do Brasil. Os tempos mudaram, mesmo para os ditadores latino-americanos:

De nada le sirvieron, sin embargo, su resolución y entereza ni los recursos de que disponía. Los tiempos han cambiado, y cada día es más difícil, aun en países en que la tiranía personal tiene tan arraigada tradición como el la América del Sur, establecer de una manera viable la dictadura.

Nos dois artigos seguintes, o diário debruça-se sobre o federalismo e o perigo de desmembramento do Brasil, com dois comentários bastante contraditórios. No primeiro<sup>166</sup>, contesta as opiniões do parisiense *Le Matin*<sup>167</sup> no qual se atribui os problemas do país à Constituição de tipo federal que separa os estados ricos dos pobres, provocando conflitos internos. Essa análise é rejeitada pelo jornal monárquico que põe em evidência dois outros motivos na origem desta crise:

La explicación de *Le Matin* no nos parece satisfactoria, pues las comarcas más ricas, como Rio-Grande do Sul, son aquellas en que se ha iniciado el movimiento insurreccional contra la dictadura, cuando precisamente eran éstas las que debían hallarse más satisfechas del régimen federal.

A nuestro juicio, los mas graves sucesos del Brasil, como ya hemos dicho más de una vez, se deben principalmente a la corrompida administración de los republicanos y al predominio que ejerce el militarismo desde que fue destronado D. Pedro.

No segundo artigo<sup>168</sup> contradiz, pelo menos em parte, o que escreveu dois dias antes. Retoma em substância os argumentos expostos no artigo de *Le Matin* de dia 14. Com efeito, *La Época* sublinha que agora, com a República Federal, falta um poder central forte para «manter a unidade de um conjunto artificial como o Brasil».

---

<sup>166</sup> «La situación del Brasil», *La Época*, 16 de novembro.

<sup>167</sup> «Le Brésil morcelé. Causes du mouvement séparatiste», *Le Matin*, 14 de novembro. (Cf. R. MONICO, *O Golpe de Deodoro na imprensa francófona*, citado, Texto 18.

<sup>168</sup> «Movimiento en el Brasil» *La Época*, 18 de novembro.



Na última parte, debruça-se sobre o Rio Grande do Sul e a sua população de origem alemã, mas exclui que se possa um dia tornar uma colónia germânica. O jornalista espanhol, que acentua também a responsabilidade do atual executivo, volta a insistir sobre a força do movimento separatista e sobre o perigo duma desagregação a médio prazo do território brasileiro :

[...] el Brasil, con tantos intereses diversos y tan opuestos, encontró espíritu de equidad y compensación mientras existió el Imperio, que a todos atendía en la medida de sus fuerzas, pero no puede menos de dividirse desde que falta una autoridad central que vigile por interés común, y desde que ha substituido a esa autoridad una dictadura que no aspira más que a sostenerse y que ha pervertido y desmoralizado rápidamente toda la administración pública. [...]

Aun sin ese elemento<sup>169</sup>, el carácter separatista y disolvente de los movimientos iniciados en el Brasil nos parece poco dudoso, y creemos que no tardará a verse confirmado. La dictadura nada gloriosa de Fonseca ha contribuido mucho, sin duda, a un estado de cosas triste para América, y que está ya repercutiendo con doloroso eco en la situación financiera de Europa; mas estamos persuadidos de que, aun cuando aquella dictadura hubiese sido menos desgraciada, no hubiese evitado el movimiento separatista,

Em Barcelona, *La Dinastía* critica duramente como foi proclamada a república a 15 de novembro de 1889. «O que aconteceu no Brasil é monstruoso», com um ditador militar na função presidencial e «não um homem civil que simbolizaria a ideia de paz e de progresso»<sup>170</sup>. Mudaram-se as leis, votou-se uma «Constituição liberal», mas «em vez da paz octaviana», no país reina agora a ditadura:

No cabe dudarlo; el general Deodoro Fonseca, autor del destronamiento del emperador don Pedro y actual presidente del Brasil, va a trocar el cargo presidencial por la dictadura. El telégrafo lo anuncia con universal escándalo de Europa y América. El dictador inicia su reinado disolviendo

---

<sup>169</sup> Refere-se à forte presença de alemães no Rio Grande do Sul.

<sup>170</sup> «Un Golpe de Estado», *La Dinastía*, 6 de novembro.

violentamente las Cámaras y bollando la nueva, flamante Constitución del Estado. ¿Se quiere desengaño más cruel para los que creían de buena fe en la paz y estabilidad del nuevo régimen? Como acabó la primera república francesa, así va a acabar la del Brasil; solo que en vez de morir a manos de un genio como Napoleón, sucumbe a manos de un ambicioso sin gloria, como Deodoro Fonseca.

Mas o problema de fundo, na opinião do articulista, reside na a forma republicana de governo. O que se está a passar no Rio de Janeiro é só mais um exemplo do que aconteceu e acontece em muitos outros países do Novo Continente como a Argentina, a República Dominicana, a Guatemala, ou as Honduras. O jornal monárquico critica também a Terceira República francesa e o recente passado da história espanhola:

¿Dónde volver los ojos para hallar justificada con el ejemplo las bienandanzas que a la forma republicana atribuyen en teoría, sus fanáticos defensores? Dejemos a un lado Suiza e los Estados Unidos, cuyos pobladores son pertenecen a nuestra raza, y no encontraremos una sola república que acredite las excelencias de esta forma de gobierno, pues la de Francia se sostiene solo por a idea patriótica de la revancha, y aun estuvo a punto de morir a manos de Boulanger<sup>171</sup>.

Diez veinte ejemplos prácticos de otras tantas repúblicas desgraciadas en países vírgenes pródigamente dotados por la Naturaleza, son, entre otras razones científicas irrefutables, una demostración evidente de los defectos de este régimen.

Pero, ¿a qué insistir más? ¿No lo dice todo de una vez el funesto desconsolador recuerdo de la república española?

Na mesma página, se publica também este comentário satírico: sobre

---

<sup>171</sup> Nomeado ministro da Guerra em 1886, Georges Boulanger (1837-1891) multiplica as provocações em relação a Alemanha. Em maio de 1887, não faz parte do novo governo, o que provoca fortes reações dos seus apoiantes, todos membros da oposição ao regime da 3ª República. Excluído do Exército em março de 1888, é eleito deputado em abril, com o apoio dos nacionalistas, dos bonapartistas e dos monarquistas. Depois da sua eleição em Paris, a 27 de janeiro de 1889, o general hesita e renuncia a tomar o Palácio presidencial o que permite ao governo de contra-atacar. Foge para a Bélgica e é condenado por contumácia à prisão perpétua.

Lemos:

«Ha sido disuelto en Río Janeiro el Congreso, se ha proclamado la ley marcial y se ha restablecido a dictadura.»

Poco, pero substancioso

Como que encierra todo un poema, cuyo prefacio está en el desastroso fin de la primera república francesa; los primeros cantos, en las sangrientas discordias de Chile y Haití; y el epílogo en ese puntapié que el presidente Fonseca acaba de dar a la república del Brasil.

Ahora, nuestros republicanos encarándose con los españoles y señalándoles las bienandanzas de las repúblicas de América, pueden exclamar: ¿ustedes gustan?

O quotidiano catalão publica mais uma nota antirrepublicana também no dia seguinte:

Suma y sigue.

En Chile se ha descubierto una conspiración contra el nuevo Gobierno.

Esto ocurre simultáneamente con el golpe del Brasil.

Las repúblicas se lucen, pues, por partida doble.

*La Dinastía*<sup>172</sup>, tal como os outros periódicos monárquicos-conservadores espanhóis que acabámos de analisar, bate na mesma tecla que outros jornais europeus e norte-americanos: o Brasil vivia muito melhor durante o reinado de D. Pedro II e o advento da República não teve nenhuma consequência positiva para o país, antes pelo contrário. Agora, dominam a desordem pública, o descalabro financeiro, a corrupção, a violência dos militares, os apetites e os egoísmos dos novos dirigentes. Por outras palavras, o Brasil nada ganhou com a mudança de regime.

\* \* \* \* \*

---

<sup>172</sup> No domingo dia 8 de novembro, este diário publica um outro editorial sobre o Golpe, mas trata-se essencialmente de uma tradução em castelhano de uma grande parte do comentário escrito dois dias antes por Jacques St-Cère em *Le Figaro*, onde o jornalista francês fala, por um lado, das divergências entre Deodoro e o Parlamento e, por outro lado da censura telegráfica aplicada pelo ditador. Cf. R. MONICO, *O Golpe de Deodoro na imprensa francófona*, citado, Texto 3.

Os quatro jornais a grande tiragem de Madrid dedicam só sete comentários<sup>173</sup> aos recentes acontecimentos na capital carioca. *El Heraldo de Madrid*<sup>174</sup> denuncia o que se passou no Chile e o que se está a passar no Brasil, onde, com «extraordinário atrevimento» o Presidente Fonseca fechou o Parlamento, publicando um manifesto para explicar os seus objetivos. No entanto, o editorialista não desenvolve o tema, mas utiliza este acontecimento de política internacional para sublinhar que também em Espanha se viola a Constituição e não se respeita o Legislativo. Chega mesmo a afirmar que, apesar de tudo, prefere uma ditadura «que se impõe com a luta» ao sistema político espanhol onde dominam as «argúcias e artimanhas».

No mesmo dia, *El Imparcial* analisa o conflito entre o legislativo e o executivo brasileiros, defendendo o primeiro que há um ano está a «combater com energia a desastrosa administração do marechal Deodoro da Fonseca e dos seus ministros.»<sup>175</sup> Apoiar com força os deputados que lutaram contra os vetos presidenciais, nomeadamente quando a Câmara votou uma lei que teria impedido as acumulações de mandatos e de cargos públicos. Para favorecer os seus «protegidos» e familiares, o Marechal vetou-a:

Tal resistencia exasperó a senadores y diputados; éstos pusieron nuevamente a discusión el proyecto, y desde ese momento la lucha entre le presidente y las Cámaras se ha ido exacerbando; y éste, a trueque de conservar el impopular ministerio, no ha vacilado en imitar a los tiranuelos de otras repúblicas sudamericanas y ha adoptado una resolución violentísima [...]<sup>176</sup>.

Por seu lado, *El Liberal* comenta a decisão de Deodoro de se declarar ditador<sup>177</sup>. Na América do Sul, os chefes militares não

---

<sup>173</sup> *La Correspondencia de Españã* nenhum, *El Liberal* cinco, *El Heraldo de Madrid* e *El Imparcial* um.

<sup>174</sup> «Dictaduras», *El Heraldo de Madrid*, 5 de novembro.

<sup>175</sup> «La dictadura en el Brasil», *El Imparcial*, 5 de novembro.

<sup>176</sup> São publicados a seguir dois telegramas de Lisboa e um de Londres que falam do golpe de Estado e da dissolução do Parlamento.

<sup>177</sup> «La vida extranjera. Otro dictador», *El Liberal*, 6 de novembro

hesitam em utilizar a força, lamenta ironicamente o articulista, e não se pode exigir deles uma outra escolha:

La verdad es que cuando un hombre ha jugado una vez el albur de cambiar las instituciones de su país, valiéndose del instrumento llamado «ejército», no se le puede exigir — sobre todo si se trata de un político de ocasión — que imite el ejemplo de Washington. De cien veces, noventa y nueve, ese nombre preferirá remedar a cualquier tiranuelo de esos que en la América del Sur se alzan con el poder de la noche a la mañana, par inscribir su nombre en la interminable lista de los generales-presidentes que lo fían todo a la conspiración a y la sorpresa.

Tendo o Exército nas suas mãos, acrescenta o jornal, estes chefes militares não têm minimamente em conta os interesses do povo, nem os seus direitos, nem as suas leis. Estes não têm nenhum peso perante a força das armas<sup>178</sup>.

Quatro dias mais tarde, a folha paulista põe em sérias dúvidas as afirmações dos despachos oficiais que apresentam um país calmo e muito satisfeito com a ditadura<sup>179</sup>:

Cabe sospechar, sin embargo, que semejantes impresiones son exclusivamente reflejo de las que sienten los parientes y amigos del dictador; porque no se puede imaginar que los representantes del país, los individuos del disuelto Parlamento, en disidencia manifiesta con el presidente, hayan encontrado de su agrado el procedimiento de que se ha valido el mariscal — como allí le llaman — para poner término al desacuerdo.

Não é plausível, acrescenta o jornalista, que os que combateram com «tanta perseverança» para defender «os seus direitos, se tenham conformado» com a decisão tomada por Deodoro da Fonseca. Além

---

<sup>178</sup> Este artigo é inteiramente reproduzido por *El Correo Militar* do mesmo dia que acrescenta o seguinte comentário :

«Aplicando lo dicho al tiempo del Imperio.

Con el que estaba conforme y contento el pueblo, y era el estado de derecho del Brasil.

Pero vino el Ejército a destruirlo, por un acto de fuerza, y ahora se quiere que quien hizo un cesto, teniendo mimbres y tiempo, no haga otro.

Seguramente al emperador D. Pedro no le parece lo mismo».

<sup>179</sup> «La situación del Brasil», *El Liberal*, 10 de novembro.

disso, destaca o facto de alguns estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais) serem «decididamente republicanos».

Por conseguinte, tendo em conta estes dois elementos — a longa luta dos deputados para defender as suas prerrogativas; a força de alguns estados e nomeadamente de São Paulo, «que poderia levantar em pouco tempo 50 000 homens para resistir aos excessos do Governo» — é lógico pensar que «a ditadura não foi recebida como uma graça providencial», conclui o articulista.

Cinco dias mais tarde, a folha liberal volta à política brasileira<sup>180</sup> e acusa Deodoro de ter posto «em grave perigo a unidade» do Brasil. Com efeito, sublinha o jornal, o golpe provocou revoltas em alguns estados, como o Rio Grande do Sul. O perigo não é só de uma eventual desagregação do país, mas o de ver os que apoiaram o Presidente posicionarem-se ao serviço dos paladinos do antigo regime, adverte o jornal.

Este vê só uma solução para sair desta crise do regime e para evitar também uma divisão do Brasil :

Difícil será, no obstante, impedir la disgregación de algún estado en un territorio tan extenso, y con pueblo no avezado aún a las prácticas del nuevo régimen establecido a la caída del imperio, peligro que solo podía evitarse con la retirada o la caída inmediata del dictador, que de un golpe ha puesto en peligro la tranquilidad presente y la grandeza futura de su propio país.

\* \* \* \* \*

À esquerda do xadrez político e jornalístico, temos os periódicos republicanos e anticlericais. O semanário maçónico *Las Dominicales del Libre Pensamiento* comenta a nova situação política no Brasil a 7 de novembro. O periódico parece ter confiança em Deodoro, mas, ao mesmo tempo, critica a via ditatorial, prelúdio da guerra civil:

---

<sup>180</sup> «La vida extranjera. La revolución en el Brasil», *El Liberal*, 15 de novembro.

Una triste noticia nos llega del Brasil, pues triste es para los sinceros demócratas, cuanto perturba la marcha regular y legal de las instituciones republicanas.

El presidente Fonseca, dando una especie de golpe de Estado, ha disuelto la Cámara y ha dado un manifiesto al país explicando los motivos que le han obligado a sumir los poderes públicos por un periodo de tiempo, que se ofrece no será largo.

El Brasil hasta ahora no parece se opone al acto de su presidente; y dado quien éste es, suponemos que las instituciones democráticas no peligran en el antiguo imperio, antes pensamos que se afianzarán mas cada día.

Triste es, sin embargo, que el general Fonseca emprenda el camino peligroso de las dictaduras, que justifican las insurrecciones, promueven las guerras civiles y suele traer a los osados aparejada la desastrosa suerte de los Balmacedas.

Na mesma data, *El Motín*, semanário satírico republicano e anticlerical, não poupa de críticas acerbas Deodoro da Fonseca e ataca o político espanhol Manuel Luíz Zorrilla<sup>181</sup>, cujas tentativas de golpe nunca foram bem sucedidas:

El presidente de la república del Brasil Sr. Fonseca se ha proclamado dictador, apoyado por el ejército que utilizó para destronar al emperador D. Pedro, sin el concurso del elemento popular.

Eso es lo que puede esperarse de quien llamándose revolucionario rechaza siempre la ayuda del pueblo, como hace diecisiete años viene luciendo en España el que sería, si la causalidad le diera el triunfo, una parodia ridícula de Fonseca.

O editorial de *La República* analisa sem sectarismo as causas desta situação<sup>182</sup>. Não hesita em criticar severamente os primeiros passos dados pelo novo regime: faltou-lhe, por assim dizer, dirigentes à altura e um trabalho em profundidade na sociedade brasileira. Os que destituíram D. Pedro só mudaram de nome «sem alterar» nada:

---

<sup>181</sup> Manuel Ruiz Zorrilla (1833-1895) é um político espanhol, Presidente das Cortes Coconstituintes em 1870 quando proclama Amadeu de Saboia rei de Espanha, que acompanha no exílio em 1873. No ano seguinte, funda o Partido Republicano Progressista. Entre 1883 e 1886, participa em três falhados pronunciamentos.

<sup>182</sup> «El golpe de Estado en el Brasil», *La República*, 6 de novembro.



Si la federación del Brasil, mal preparada por los agentes de la revolución pacífica que lanzó a don Pedro de Braganza del trono, se hubiese asentado desde los comienzos sobre una base verdaderamente democrática, habría adquirido desde el primer instante solidez y fuerza para resistir toda tentativa de cesarismo, en el caso de que hubiese sido alguien bastante osado a realizarla. Del modo que se encontraba constituida aquella federación, con el ejército y el poder en mano de una persona cuya responsabilidad era más ilusoria que efectiva, ha sido posible el golpe de Estado, cuyas consecuencias no es posible calcular todavía.

Agora o Presidente espezinhou os direitos do parlamento, dissolveu as Câmaras e declarou o estado de sítio. Vai haver uma guerra civil, como no Chile e Deodoro vai acabar como Balmaceda? interroga-se o quotidiano republicano.

Assinalamos enfim uma pequena nota na primeira página de *La Campana de Gracia* a 14 de novembro. O semanário satírico e anticlerical de Barcelona distancia-se dos métodos utilizados pelos militares dirigidos por Fonseca e que só sabem utilizar a força. O periódico republicano escreve:

Se tivermos de estabelecer a República, será na base no direito e com o apoio firme e resolutivo da vontade popular.  
A ditadura militar é a última das humilhações e das vergonhas que podem cair sobre um povo.

\* \* \* \* \*

O jornal que publica mais comentários e editoriais sobre os acontecimentos de dia 3 de novembro no Rio de Janeiro é *El País*. Os textos do diário madrileno constituem cerca de um terço dos artigos analisados neste nosso estudo. Mas a folha republicana não só se interessa com uma certa frequência aos acontecimentos na capital brasileira com uma média de três artigos por semana, mas vários dos seus comentários são bastante extensos.

Surpreendido com o golpe de Estado, o quotidiano republicano de Madrid tenta, no seu primeiro artigo<sup>183</sup>, pôr em evidência, sem nenhum espírito crítico, todos os méritos e as qualidades de Deodoro. Replicando às críticas da imprensa monárquica, dá uma imagem muito positiva do Marechal, «cheio de atenções» em novembro de 1889 para com o deposto monarca e que já tomou, com o apoio do Parlamento, várias medidas positivas para o bem do Brasil.

No que diz respeito à sua política económico-financeira, o articulista, para enaltecer o seu paladino, falsifica despidoradamente os dados:

En cuanto a la gestión económica que parece ser el argumento Aquiles de la prensa monárquica, ya en otra ocasión hemos demostrado que cuanto se viene hablando de derroche, de inmoralidad y nepotismo carecía en absoluto de fundamento, pues el último presupuesto — y las cifras en estos asuntos son decisivas — se saldó con superávit de algunos miles de contos.

Condena, por princípio, o golpe de Estado, do qual ainda não conhece as causas. Na sua opinião, algo «de mais transcendental e grave deve estar na origem desta medida.» Na conclusão, recorda à imprensa monárquica espanhola, que censura duramente o golpe de Deodoro, que também em Espanha, nas últimas décadas, houve episódios comparáveis:

Pues qué, ¿ha hecho más el general Fonseca en Río Janeiro de lo que han hecho en Madrid el general O'Donnell<sup>184</sup> en 1856 y el general Pavía<sup>185</sup> en 1874, con aplauso de los monárquicos? No disuelven las Cortes Cánovas<sup>186</sup> y Sagasta<sup>187</sup> cuando se les antoja

---

<sup>183</sup> «Golpe de Estado en el Brasil», *El País*, 5 de novembro.

<sup>184</sup> Leopoldo O'Donnell (1809-1867) é um político, militar que ocupa vários cargos ministeriais. Foi, nomeadamente Presidente do Conselho de Ministros em 1856, em 1858-1863 e em 1865-1866.

<sup>185</sup> Em janeiro de 1874, com o seu golpe de Estado, o general Manuel Pavía (1827-1895) põe um ponto final à Primeira República Espanhola.

<sup>186</sup> Antonio Cánovas del Castillo (1828-1897,) fundador do Partido Liberal Conservador, é seis vezes Chefe do Governo espanhol entre 1874 e 1897. Foi assassinado em agosto de 1897 pelo anarquista italiano Angiolillo (1871-1897).

y no reúne cuando les da la gana? ¿No vivimos aquí en un golpe de Estado permanente, sin que nadie se asuste ni lo lleve a mal, ni se le ocurra formular la más leve queja? Es que lo que aquí se justifica con «la confianza de la corona», no puede justificarse en el Brasil con «la confianza y el interés de la patria»? ¡ Lógica, caballeros, lógica, por Dios ¡

Dois dias mais tarde, o quotidiano volta a defender as medidas tomadas por Deodoro da Fonseca<sup>188</sup> erguendo o espantinho da restauração monárquica. Cita a entrevista dada a *Le Figaro* pelo antigo imperador<sup>189</sup> no qual se declararia disposto a regressar «se o povo brasileiro o chamasse», como prova que a ameaça do regresso ao antigo regime é bem real.

Cita a seguir, sem nenhuma reserva, um telegrama oficial recebido na capital britânica. Por conseguinte, na sua opinião, este despacho é uma prova de que o país está do lado do Presidente:

Por le demás, que el general presidente no puede confundirse con un vulgar tiranuelo, lo dice con harta elocuencia el telegrama de Londres que nos comunica la Agencia *Fabra*, al participarnos que la conducta de Fonseca es objeto de unánimes elogios en la capital y en las provincias del Brasil

Véanse, en demostración de cuanto llevamos dicho, los despachos recibidos.

«Londres 7. — Las últimas noticias oficiosas recibidas de Río Janeiro, dicen que la conducta del presidente es objeto de unánimes elogios en la capital. Los informes que de las provincias se reciben son asimismo muy favorables. Los cambios siguen firmes. Se ha anunciado el próximo mes de enero la celebración de nuevas elecciones. — *Fabra*»

Na procura de apoios à sua análise, cita um artigo de um jornal republicano português, *A Voz Pública* do Porto, que louva «a energia do honrado militar» e justifica «a ditadura do marechal Deodoro»,

<sup>187</sup> Práxedes Mateo Sagasta (1825-1903), membro do Partido Liberal, ocupa seis vezes a chefia do Governo espanhol de 1874 a 1902.

<sup>188</sup> «Los sucesos del Brasil», *El País*, 8 de novembro.

<sup>189</sup> A entrevista é publicada no jornal parisiense a 7 de novembro. Cf. R. MONICO. *O Golpe de Deodoro na imprensa francófona*, citado, texto 8.

que evitou desse modo ao país a restauração de «um vergonhoso passado».

A 13, *El País*, cita dois telegramas. O primeiro, enviado do Rio de Janeiro por Carrilho Videira, dá uma imagem muito positiva da situação: muitas classes sociais apoiam Deodoro; há muito dinheiro nos cofres do Estado; a produção de café e de açúcar está em alta. Estas informações, tomadas à letra pelo redator madrileno, são consideradas como uma prova irrefutável que o «insigne e ornado caudilho» tomou a decisão acertada.

Logo a seguir, podemos ler um retrato hagiográfico do primeiro Presidente da República do Brasil:

El general Fonseca es un hombre virtuoso y modesto; jamás ha conocido esas ambiciones que son el exclusivo patrimonio de los políticos europeos; enemigo del fausto y de la ostentación, todos sus placeres se concentran en el hogar. Entre su familia hay algunos individuos campesinos, a quienes le gusta sorprender, pasando algunos días a su lado y tomando parte en sus labores. El ejército le adora porque es el único que ha sabido interesarse siempre por su mejoramiento, y el pueblo le ama porque siempre estuvo a su lado defendiendo su causa y trabajando por su mejoramiento. Sólo quien no conozca a Deodoro da Fonseca puede creerle capaz de traicionar la República. Ya se irán convenciendo sus enemigos políticos (porque jamás los tuvo personales) de que no hay nada en su conducta de hoy que desdiga de la de un gran carácter y de un gran patriota, y mucho menos que haga temer abusos de poder, sólo posibles dentro de instituciones monárquicas y cuando se trata de hombres como Sagasta, Cánovas y consortes.

Para o editorialista republicano não há a mínima dúvida: este «estado económico» tão «próspero, «a confiança de todas as classes sociais», a segurança ressentida pelo povo ocupado nas tarefas quotidianas são uma prova irrefutável de que todas as acusações formuladas pelos adversários do regime contra o Marechal (a corrupção, a ambição, «a falta de moral», «a satisfação de miseráveis paixões» pessoais) não têm fundamento. Com efeito, para o diário de Madrid, se no país «se desconfiasse de Fonseca», a situação do Brasil não podia estar tão favorável.

O segundo telegrama se refere à uma insurreição no Rio Grande do Sul, interpretada pelo jornalista como mais uma tentativa dos monárquicos que já falharam na capital carioca. O articulista, que acusa a imprensa a soldo dos Bragança de propagar falsas notícias, nomeadamente quanto à «suspensão dos periódicos de Rio Grande», tem a certeza que, com o apoio do exército e do povo, poderá triunfar também neste estado.

É que reitera no artigo publicado no dia seguinte<sup>190</sup>, onde constata que as informações recebidas pelo telégrafo «são contraditórias», também porque os que querem o regresso do antigo regime têm «interesse a agravar o carácter da insurreição» no sul do país:

Por lo que a nosotros respecta, insistimos en creer que los últimos sucesos no revisten importancia, y en que, a estas fechas, dada la energía del general Fonseca y el apoyo que encuentra en el pueblo, el ejército y la armada, el movimiento insurreccional debe estar sofocado.

A 15, volta a bater na mesma tecla: as notícias vindas dos que querem a restauração são exageradas, prova da capacidade do Governo para «enfrentar a insurreição». Além disso, o facto das legações brasileiras em Espanha e em Portugal celebrarem o segundo aniversário do 15 de novembro de 1889, demonstra também que a tranquilidade reina na jovem República!

Sobre a revolta sul-rio-grandense, *El País* volta à carga uma semana depois<sup>191</sup>, dividido entre o pessimismo dos telegramas vindos de Londres e o optimismo dos despachos governativos:

Esperemos, pues, que se desarrollen los sucesos, sin perder de vista entretanto que la circunstancia de no haber triunfado aún la insurrección iniciada, después de doce días de hechas las primeras manifestaciones de hostilidad, induce a creer que tal insurrección no tiene fuerza en el país estando por consiguiente condenada a una completa derrota que acaso no se ha realizado ya por las excesivas contemplaciones del presidente.

---

<sup>190</sup> «La dictadura en el Brasil», *El País*, 14 de novembro.

<sup>191</sup> «La dictadura en el Brasil», *El País*, 22 de novembro.

Como já foi referido, um dos temas preferidos pelo quotidiano republicano é apontar o dedo para as informações veiculadas pelos apoiantes do regime deposto dois anos antes. A 16<sup>192</sup>, acusa-os de falta de rigor e de imaginação:

No puede negarse que trabajan cuanto pueden los laborantes interesados en la restauración del imperio brasileño. Pero esto no impide que a las veces se duermen sobre sus laureles y que al despertar se encuentren con que, agorada su inventiva, no teniendo desastres que anunciar, ni peligros que prever para la República, en su necesidad de justificar la inversión de fondos recibidos, incurran en lamentables pleonasmos repitiendo noticias viejas.

O quotidiano reage a seguir com muito sarcasmo a uma notícia difundida pela agência *Fabra* a 14 e a um comentário publicado pelo jornal *O Globo* a 15 que anunciavam a sublevação das «províncias mais ricas contra a ditadura de Fonseca»:

¿Quién, leyendo estas cosas, no había de preocuparse por la suerte de la República? Para nosotros era evidente que el día 15, segundo aniversario de su proclamación, la República moriría a manos de los imperialistas o de los mismos republicanos descontentes e impacientes: el general Fonseca, hecho prisionero, sería fusilado ni más ni menos que Maximiliano en Méjico, y las cosas volverían al ser y estado que tenían antes del triunfo de la Revolución.

Pues bien, el día 15 pasó y no ha ocurrido nada. Ni el menor dato de la brillante victoria de nos habló *El Globo*, ni la menos noticia del reembarque de D. Pedro para tomar posesión del reconquistado trono.

Por conseguinte, não há nenhuma «vitória brilhante» por parte dos adversários do regime republicano brasileiro, reitera o jornal, segundo o qual, se houver uma guerra civil, já se sabe «a quem atribuir» a responsabilidade.

Num extenso artigo publicado a 19, o editorialista republicano espanhol critica a ordem como o seu colega de *el Imparcial* pagina as notícias vindas do Brasil, que compara a uma sanduíche:

---

<sup>192</sup> «La dictadura en el Brasil», *El País*, 16 de novembro.

Nuestro colega tiene un sistema muy original para la publicación de las noticias de aquella República: las da en forma de emparedados: una capa pesimista pro arriba e otra por abajo, e en el centro, la sustancia, esto es, todo lo favorable al Gobierno republicano, que suele ser siempre la verdad; pero ofrecida de este modo al público, apenas le deja saborearla porque la impresión final, como la primera, no puede ser mas deplorable.

*El País* transcreve a seguir os telegramas dando um título geral «PASTEL INFORMATIVO» e três subtítulos: «Capa superior», «substância o relleno» e «Capa inferior».

Ao jornalista republicano não falta o humor para criticar o colega:

Un cocinero cualquiera hubiera hecho de las dos capas una, colocando encima lo amargo y lo dulce debajo, para que le lector se chupase los dedos, pero *El Imparcial* no lo hace así y tiene razón, porque aparte de que con este procedimiento sus informaciones no resultarían pasteles, el paladar monárquico, para el que aquellos están condimentados, necesita excitantes y la verdad no se digiere bien en ciertas situaciones, sin un poquito de exageración.

Na realidade, argumenta o articulista, como é que se pode explicar então que haja negociações entre os rebeldes e o Governo central se, segundo as fontes antigovernamentais, os primeiros são poderosos, com uma força de «15 000 homens bem armados e equipados»? O jornal sugere que foi tudo uma brincadeira e que os «os partidários de D. Pedro» juntamente com os «descontentes e os impacientes da República» quiseram «fazer troça dos monárquicos europeus».

Neste artigo, o jornal de Madrid não perde igualmente a oportunidade para denunciar a contradições, a raiva dos «inimigos das instituições republicanas» contra o novo regime, a realçar a impossibilidade duma restauração monárquica e a declarar a sua fé inabalável em Deodoro da Fonseca:

Pero nosotros estamos tranquilos; al lado del general Fonseca se encuentran las fuerzas vivas de la patria animándole con su



apoyo; y mientras esas fuerzas no le falten, serán inútiles cuantos obstáculos levanten en su camino los adversarios de la democracia vanos todos los propósitos encaminados a fomentar una guerra civil que no tardaremos en ver terminada.

## II. A Queda de Deodoro

As notícias da derrota do Almirante chegam às redações europeias a 23 de novembro, no final da tarde, e são publicadas no dia seguinte. Transcrevemos na íntegra, os despachos transcritos pelo *Imparcial* de terça-feira dia 24 de novembro:

### **Sublevación en Rio Janeiro**

**Nueva York 23 (12,30 tarde)**

Se afirma que ha estallado una rebelión en Rio Janeiro contra el dictador Fonseca.

No se tienen detalles de lo ocurrido.- *United Press*

\* \* \*

LONDRES 23.— Un despacho recibido de Rio-Janeiro dice que el presidente de la república, Deodoro Fonseca, balseándose en ciertos artículos de la Constitución, ha decretado que les elecciones generales tengan lugar el día 29 de Febrero próximo, y que le Congreso sea convocado el día 3 de mayo.

El despacho añade que todos los individuos de oposición de la cámara de la provincia de San Pablo han presentado la dimisión de su cargo, a consecuencia de haber aprobado la Cámara una orden del día, o proposición incidental, que implicaba un vote de confianza en favor del gobierno federal.

LONDRES 23.— Las naciones que tienen estaciones navales en la América del Sur enviarán buques a las aguas de la provincia de Rio Grande (Brasil) para proteger a sus respectivos nacionales, y evitar sobre todo que el reclutamiento de los mismos en las filas rebeldes e nene ejército de Fonseca.

RIO DE JANEIRO 23 — A consecuencia de algunas medidas dictatoriales, la escuadra y los oficiales de Marina han protestado realizando una manifestación liberal.

El presidente Fonseca ha publicado un manifiesto declarando que para evitar la guerra civil entrega el poder al general Floriano Peixoto. El ejército e la población continúan tranquilos.

El general Peixoto era vicepresidente de la república.

LONDRES 23 (vía Vigo). — Un despacho de Rio Janeiro fechado a las once de la mañana del día de hoy manifiesta que las últimas medidas adoptadas por el dictador han lastimado tan profundamente à la opinión pública, que en la capital ha estallado una insurrección contra el gobierno de Fonseca.

Varios despachos de esta agencia confirman la misma noticia. —  
*Fabra.*

*El País* e *La República* transcrevem também muitos despachos. Outros jornais, como *El Siglo Futuro*, *La Dinastía*, *El Liberal*, *La Correspondencia de España*, publicam notícias mais curtas, mas todos mencionam a saída de Deodoro da Fonseca. Outros, como *La Unión Católica*, dão algum pormenor sobre a revolta na capital. Por seu lado, *El Heraldo de Madrid* só menciona a mudança que acaba de ocorrer no Rio de Janeiro quando fala da Bolsa:

Las últimas noticias del Brasil no pueden menos que influir favorablemente en le mercado, pues hay la fundada creencia de que la caída de Fonseca y la convocatoria de la Asamblea contribuirán al restablecimiento de la paz.

Através destes telegramas, o leitor madrileno apercebe-se que o Brasil está a viver momentos difíceis, que há uma revolta contra o governo no Rio de Janeiro. Contudo, a notícia mais relevante (a demissão de Deodoro) não é ainda posta em evidência. Terá de esperar pelos comentários, a maioria dos quais será publicada entre dias 25 e 30 do mesmo mês

\* \* \* \* \*

De 5 a 22 de novembro, *El País* consagra nove editoriais ao Brasil, sendo o jornal espanhol que mais espaço dedica a estes acontecimentos ocorridos no maior país da América Meridional. Podemos fazer a mesma constatação no que diz respeito aos comentários escritos depois da mudança de presidente do Rio de Janeiro<sup>193</sup>. De qualquer forma, nos jornais espanhóis, tal como verificámos na imprensa americana, britânica, belga, francesa, suíça e portuguesa, a derrota do ditador suscita muito menos análises jornalísticas do que o Golpe do início do mês.

---

<sup>193</sup> Entre 24 e 30 de novembro, *El País* escreve três comentários sobre a situação política no Brasil; *La Época*, dois; *El Liberal*, *La República*, *Las Dominicales del Libre Pensamiento* e *El Siglo Futuro*, um. Em Barcelona, *La Dinastía* insere duas pequenas notas irónicas a 25 e a 26 de novembro.

Logo a 24, o diário republicano comenta a saída da cena política do Marechal, ironizando sobre a suposta satisfação dos seus adversários:

Los enemigos de las instituciones republicanas deben estar satisfechos. El telégrafo comunica hoy una noticia agradable: la de haber dejado la presidencia de la República el general Fonseca.

Na opinião do quotidiano republicano espanhol, o «grande patriota» da Fonseca, tal como Castelar<sup>194</sup> em Madrid em janeiro de 1874, abandonou o poder para evitar uma guerra civil ao país: foi um gesto «humanitário e um nobre desejo de evitar um derramamento de sangue». Entra em polémica com *El Globo*<sup>195</sup> comparando o que o marechal fez e o que devia ter feito o antigo presidente da Primeira República Espanhola.

Nosotros tenemos la seguridad — y ya ve el colega cuánto hay de respetuoso para su jefe en esta afirmación — que si el Sr. Castelar hubiera realizado un golpe de Estado el 2 de enero, a estas horas tendríamos República, porque sabemos qué uso habría hecho el Sr. Castelar de las facultades discrecionales que solicitaba. Del mismo modo creemos que si el general Fonseca hubiera organizado la resistencia, hubiera acabado por destruir a sus enemigos, que son los enemigos de la patria y de la democracia.

No fim, *El País* interroga-se sobre o as consequências desta saída de Deodoro:

No lo ha hecho así; ha preferido ceder, dejándose llevar indudablemente de un generoso impulso de humanidad. Sea; pero, ¿ha calculado el general Fonseca las consecuencias de ese acto? ¿Es lícita la piedad enfrente de la implacable saña del enemigo? ¿No han acarreado los generosos impulsos desgracias irreparable a los Estados, tantas, por lo menos, como los

---

<sup>194</sup> Emilio Castelar (1832-1899) é Presidente do Poder Executivo da Primeira República Espanhola em 1873-1874.

<sup>195</sup> Fundado em 1875, *El Globo* era o jornal do republicanismo possibilista de Castelar.

sistemáticos abusos de poder? A todas estas preguntas contestará el porvenir, y es precisamente el porvenir lo primero que comprometen actos como el del sr. Castelar y el general Fonseca.

Mesmo depois da derrota, *El País* não abandona o seu ídolo. A 26, afirma que se Fonseca se tivesse querido «organizar a resistência contra a insurreição», teria tido o Exército do seu lado. Sublinha também o facto de os revoltosos só ter sido apoiado «só com alguns buques».

O essencial do último texto que o jornal dedica a Deodoro é uma carta enviada da capital brasileira. Neste documento critica-se em parte o Marechal, mas no fundo, justifica-se o golpe de Estado. Na segunda parte, relata-se o que o levou a apresentar a sua demissão: as dificuldades com o Rio Grande do Sul e com alguns estados do Norte. Abandonado por todos, ameaçado, o presidente não tinha outra saída.

*El País* admite que o «ex-presidente pode ter-se equivocado», mas, no entanto, julga que a atitude dele não foi ambiciosa, mas «nobilíssima», porque, tal como el general espanhol Baldomero Espartero<sup>196</sup> em 1843, evitou ao seu país uma guerra civil.

Dois outros periódicos republicanos comentam brevemente esta derrota do ditador. *La República* considera que a queda do «tiranete» Balmaceda no Chile — «que pretendia impor com a força» a supremacia do poder executivo contra as decisões do Parlamento — e do marechal no Brasil — que quis açambarcar todo o poder — devem servir de lição para os que, em Espanha, criticando «os abusos do parlamentarismo»<sup>197</sup> podem vir a «encorajar as aspirações dos aspirantes ditadores»:

Aquí, en España, se ha preconizado mucho en estos últimos tiempos el sistema representativo. Conviene que los

---

<sup>196</sup> Bardomeu Espartero (1793-1879), militar e político espanhol, regente de 1841 a 1843, dois anos durante os quais governa com uma mão de ferro. Esmaga com dureza a insurreição de Barcelona em novembro de 1842. Exila-se na Inglaterra em 1843.

<sup>197</sup> «La caída de un dictador», *La República*, 26 de novembro

republicanos mediten seriamente acerca de este problema, pues sería altamente funesto que por huir de los abusos del parlamentarismo, viniésemos a alentar las aspiraciones de los aficionados a la dictadura. Así Balmaceda como Fonseca invocaban el sistema representativo; también lo invocaba Napoleón III. Bueno será que no nos dejemos llevar de palabras y escarmentemos en cabeza ajena.

O semanário *Las Dominicales del Libre Pensamiento* está satisfeito com a evolução da situação no Chile e no Brasil, onde a «vertigem autoritária» de Fonseca durou pouco tempo. Agora, acrescenta confiante o editorialista, o novo Presidente vai convocar o Parlamento e conseguirá resolver, sem violência, o conflito no Rio Grande do Sul.

Na sua opinião, este golpe falhado, é uma lição muito significativa para a forma republicana de governo:

Las tristezas y amarguras que la interrupción del constitucionalismo en el Brasil no había producido, desaparecen pues fortificándose cada día más en nuestro espíritu la confianza en las instituciones republicanas, que, como se ve, por sí misma eliminan pacíficamente los elementos morbosos de los pueblos que tienen la fortuna de regirse por ellas.

Nueva enseñanza y muy elocuente es esta para los aspirantes a dictaduras. Corren para ellos malos vientos.

\* \* \* \* \*

*El Liberal* também considera que «neste fim de século as ditaduras não prosperam.»<sup>198</sup> O quotidiano de Madrid celebra a decisão domada pelo Marechal que, com o seu golpe, atuou como Napoleão III a 2 de dezembro de 1851. Deodoro «queria salvar a sociedade brasileira», mas esta não quis:

Afortunadamente aquella sociedad ha tenido el buen gusto de encomendar su salvación el esfuerzo de todos. Este procedimiento tiene la ventaja de ser más democrático y de

---

<sup>198</sup> «Caída de un dictador», *El Liberal*, 25 de novembro.

estar al presente, a Dios gracias, más en boga. Decididamente en este fin de siglo las dictaduras no prosperan.

O jornal deseja que o poder seja entregue às autoridades legais e espera que o país tenha ainda tempo para evitar o mal que antigo Presidente «tinha desencadeado sobre a sua pátria.»

No fim do artigo, o diário madrileno ataca o Barão de Lucena, o artesão desta tentativa autoritária, que, «segundo dizem», estava a preparar um outro general para substituir Deodoro, no caso deste vir a falecer. Mas a atitude da Marinha e o movimento popular derrubaram o ditador e levaram ao fracasso os projetos do Barão, conclui o articulista do quotidiano liberal.

Em Barcelona, *La Dinastia* escreve dois pequenos textos polémicos a 25 e a 26 de novembro. Na primeira, nota que as crises no Rio de Janeiro não se podem comparar com as que ocorrem em Espanha:

En Río Janeiro ha habido nuevamente tiros y víctimas, viéndose obligado a dimitir el dictador Fonseca.

Preferimos a estos cambios sangrientos, las crisis pacíficas de España.

Porque si los republicanos califican a esta injustamente de comedia, nosotros podemos calificar de drama las del Brasil.

A outra nota satírica retoma os mesmos argumentos, pondo em evidência o poder político dos militares e a frequência na mudança de presidente, interrogando-se sobre a vantagem, para o povo, de ter, nestas condições, um regime republicano:

Se ha dimitido el presidente de la república del Brasil don Deodoro Fonseca.

O sea Chafarote I.

Ha pasado a sustituirle don Floriano Peixoto, también militar.

Chafarote II.

Los pobres brasileños, ha visto subir y caer presidentes, sin catarlo ni beberlo, como ven cambiar de pastores las manadas de ovejas.

Pero, eso sí, tienen república.

Y tiros a diario, que es otro que tal.



*La Epoca* é o primeiro jornal espanhol a comentar brevemente<sup>199</sup> a demissão do Marechal. Congratula-se com o desfecho da crise, sobretudo porque a luto foi breve. Compara a seguir os dois ditadores, Balmaceda e Fonseca, como já tinha feito em parte dez dias antes:

Quiso imitar Fonseca a Balmaceda; pero entre le dictador chileno y el dictador brasileño había grandes diferencias. Balmaceda sucumbió después de larga y porfiada lucha; Fonseca ha sido arrojado del poder por un motín popular. Mas afortunado que aquél, ha podido conservad la vida, pero se vencimiento no es meno absoluto, aunque si menos heroico que le del ex-Presidente chileno.

No fim do mês, o jornal monárquico-conservador volta a debruçar-se sobre os acontecimentos em terras brasileiras<sup>200</sup>. A queda «sem glória» de Deodoro não serviu para acalmar as reivindicações do Rio Grande do Sul, nem para formar «um governo forte e respeitado universalmente», constata o quotidiano monárquico. Na sua opinião, com esta forma federativa «improvisada», com estados que têm interesses tão diversos e «opostos», vai ser difícil para o Brasil evitar uma fragmentação do seu território.

O outro tema tratado por este artigo é o do regime republicano em geral e o dos países da América Latina em particular. Nestes países, sublinha o jornalista, a política sofre das «mesmas convulsões» que a terra durante os terremotos da Cordilheira dos Andes. Este regime não dá garantias ao subcontinente e é totalmente ineficaz para assegurar a estabilidade:

Por desgracia, esa forma no es suficiente para garantir en la América del Sur el orden y la paz. Transcurren algunos años en los que dichas Repúblicas viven en reposo; poro tras de esos períodos de sosiego vienen convulsiones como las que acabamos de presenciar, las cuales demuestran que la cultura y las costumbres públicas no guardan consonancia con las instituciones políticas avanzada que aquellos Estados se dieron.

---

<sup>199</sup> «La Revoiuición del Brasil. Fin de la dictadura», *La Época*, 24 de novembro.

<sup>200</sup> «Sucessos del Brasil», *La Época*, 30 de novembro.

Por seu lado, *El Siglo Futuro*, à espera de ter os «verdadeiros detalhes sobre o que esta a acontecer no Brasil, julga que é «o espírito da revolução» o verdadeiro vírus que contamina tanto as repúblicas quanto «as monarquias dos tempos modernos».

O quotidiano integrista enumera o que ele considera como negativo no atuar de Deodoro da Fonseca deste novembro de 1889:

Mas de lo que sí puede juzgarse desde ahora es de la obra del mariscal Fonseca, alma de la revolución que destronó a d. Pedro de Braganza, fundador del régimen que los republicanos dijeron establecer para asegurar los derechos del pueblo e las libertades de la nación, primer presidente de la república brasileña y primer dictador del Brasil. Disolvió el Parlamento o sin que la Constitución le facultara para decretar tal medida; decidió el estado de sitio en varias provincias y ciudades con el único fin de asegurar mejor la impunidad de sus medidas dictatoriales; provocó la guerra civil e dispuso a luchar contra la nación entera. Le ha faltado la fuerza en que contaba apoyarse, y como todo poder que no se apoya más que en la fuerza, se ha venido al cuna en cuanto se ha visto sin ella.

Na conclusão, o autor declara o seu ideal: «uma república sem republicanos» ou também «uma monarquia sem monarca», a única maneira, no seu entender, de poder evitar que os dirigentes políticos sejam contagiados pelas ideias revolucionárias.

\* \* \* \* \*

A esmagadora maioria dos jornais espanhóis condena sem meios termos o Golpe de Estado de Deodoro da Fonseca de 3 de novembro de 1891. Na opinião dos jornais conservadores, o Brasil, próspero durante o reinado de D. Pedro, nada ganhou com o novo regime. Para eles, o sistema republicano não funciona na América do Sul, onde reinam a desordem, a instabilidade e a violência. Na extrema-direita, *El Siglo Futuro* responsabiliza as Lojas maçónicas que já controlavam, no seu ver, a política do país nos tempos de D. Pedro II.

Os jornais mais moderados, poucos prolixos sobre o tema, defendem o Parlamento, censuram a ditadura do Marechal,

lamentam o poder político dos militares, criticam a censura da imprensa e acusam mesmo Deodoro de pôr em perigo a unidade do país

A maioria das folhas republicanas não hesitam a lançar um olhar crítico, e por vezes acerbo, para estes dois primeiros anos da jovem república e julgam com muita severidade a ação do Presidente.

*El País* constitui a única exceção. O órgão do Partido Republicano Progressista de Ruiz Zorrilla, o mais prolixo sobre este tema entre os periódicos analisados neste estudo, defende sistematicamente Deodoro da Fonseca, em qualquer circunstância e sem nenhum espírito crítico.

Como na imprensa britânica, americana e francófona, a queda do ditador é muito menos comentada pelos jornais espanhóis. A saída da cena política de Deodoro é vista com bons olhos por quase todos os observadores jornalísticos. As folhas monárquicas insistem com uma certa ironia sobre a incapacidade do regime republicano de garantir a estabilidade do Brasil.

*Las Dominicales del Libre Pensamiento* e *El Liberal* sublinham o facto de que as ditaduras não se conseguem felizmente aguentar muito tempo no poder. *La República*, que saúda a derrota do Marechal, também defende o papel importante do Parlamento, no Brasil e em Espanha.

A linha política de *El País* não muda depois das demissões do seu pupilo. O ex-Presidente podia ter combatido e esmagado a revolta, escreve o jornal republicano, que louva a sua atitude de grande patriota. Deodoro, com o seu gesto humanitário, evitou uma guerra civil ao Brasil.

## Cap. 3

# Coup d'État et chute de Deodoro da Fonseca dans la presse internationale



Deodoro da Fonseca (1827-1891), premier président du Brésil du 15 novembre 1889 au 23 novembre 1891

Le maréchal Deodoro da Fonseca, déjà à la tête du Gouvernement Provisoire mis en place après la chute de D. Pedro II en novembre 1889, est élu président de la République le 25 février 1891 par l'Assemblée constituante<sup>201</sup>, le lendemain de la promulgation de la Constitution. Celle-ci, largement inspirée par celle des États-Unis d'Amérique, institue le fédéralisme, la séparation entre l'Église et l'État, les trois pouvoirs (exécutif, législatif et judiciaire), le suffrage masculin limité (les analphabètes en sont exclus) et un régime présidentiel. À l'époque, le président des États-Unis du Brésil est élu pour un mandat unique de quatre ans.

Assez rapidement surgissent des conflits entre le Parlement et Deodoro. En effet, celui-ci supporte difficilement les interventions des députés qui souhaitent limiter le pouvoir de l'exécutif. Ils l'accusent notamment d'autoritarisme, de favoriser les intérêts de ses amis et parents et de mener une politique économique et surtout financière catastrophique, marquée par une inflation galopante.

Le 3 novembre 1891, par un coup d'État, le maréchal dissout le Congrès. Afin de justifier son acte dictatorial, le président publie ensuite un manifeste. Dans ce long document, il accuse le Parlement d'attitude hostile à l'égard de l'exécutif, de vouloir s'arroger des attributions réservées au gouvernement, de provoquer l'anarchie et de travailler à une restauration de l'ancien régime.

Les congressistes répondent par un autre manifeste, «À la Nation brésilienne». Les députés rejettent toute connivence avec les monarchistes et considèrent ce coup de force comme totalement injustifié. Ils censurent par conséquent cet acte despotique et tyrannique, en exhortant l'opinion publique à réagir afin de renverser cette dictature.

La tentative autoritaire du maréchal fait long feu. Le 23 novembre, face à la révolte de certains États, et notamment du Rio Grande do Sul, au manque de soutien de l'Armée, à l'hostilité de la Marine et de l'opinion publique, il quitte le pouvoir. Il est remplacé par le vice-président Floriano Peixoto.

---

<sup>201</sup> Il obtient 129 voix contre 96 attribuées à Prudente de Moraes (1841-1902). Celui-ci sera à la tête de l'État de 1894 à 1898.

## I. Dans la presse francophone

Cette crise brésilienne suscite de nombreuses réactions et les principaux périodiques français, suisses et belges consacrent plus d'un éditorial à cette tentative autoritaire du maréchal.

Les organes de presse monarchistes et cléricaux, qui n'ont jamais porté cette jeune république dans leur cœur, ne cachent pas leur espoir d'assister, à brève échéance, à un retour des Bragance sur le trône abandonné le 15 novembre 1889. À l'opposé, les journaux plus à gauche dénoncent les tentatives de déstabilisation antirépublicaine de la part des forces réactionnaires et monarchistes.

La plupart des quotidiens plus modérés blâment cette nouvelle dictature et critiquent sans ambages le poids des militaires ainsi que la politique monétaire calamiteuse du gouvernement brésilien. Bien qu'ils ne se déclarent jamais favorables à un retour aux affaires de la dynastie déchue, ils se demandent ce que le Brésil a bien pu gagner en changeant de régime. Un nombre non négligeable d'entre eux craint même un démembrement du pays.

Tous les périodiques stigmatisent ouvertement la censure télégraphique. Ils avouent également qu'ils doivent lire trop souvent des dépêches contradictoires, ce qui rend aléatoire, voire impossible, une reconstitution et une analyse cohérentes des événements.

Le Rio Grande do Sul, en révolte contre Deodoro, occupe une place importante dans les commentaires journalistiques. Signalons également, dans *Le Figaro* du 7 novembre, l'interview de D. Pedro et deux longs articles envoyés depuis Pernambuco et Rio de Janeiro par le correspondant du quotidien *Le Temps*.

En ce mois de novembre 1891, ce sont les journaux de référence — le *Journal des Débats*, *Le Temps*, *L'Indépendance Belge*, mais également *Le Figaro* — qui consacrent le plus grand nombre d'éditoriaux à cette crise brésilienne. D'ailleurs, certains quotidiens régionaux belges et suisses copient, sans indiquer aucune référence, une partie ou l'intégralité des commentaires des deux premiers journaux que nous venons de citer.

En Suisse — et cela peut surprendre — c'est également le cas de la *Gazette de Lausanne* qui plagie, totalement ou en partie, trois

éditoriaux du *Journal des Débats* et un du *Temps*. À l'époque, ce quotidien vaudois et le *Journal de Genève* sont les deux principaux quotidiens de la Suisse Romande. Ils sont lus bien au-delà des frontières de la Suisse francophone.

Le nombre d'articles dédiés à cette crise institutionnelle par les journaux français, belges et suisses, nous semble significatif et illustre l'importance, à leurs yeux, des événements qui se déroulent au Brésil. N'oublions pas que des Européens y avaient d'importants intérêts économiques et financiers.

## II. Dans la presse américaine

La presse étatsunienne, comme celle du Vieux Continent, publie des télégrammes, des titres en première page, mais surtout des commentaires sur ce qui se passe du 3 novembre au 23 novembre dans le plus grand pays d'Amérique du Sud.

Les opinions de ces organes de presse sont très variées. Certains critiquent ouvertement le coup de force du Maréchal, la fermeture du Parlement brésilien et la proclamation de l'état de siège ; d'autres justifient ces mesures liberticides ; d'autres encore voient la main des nostalgiques de l'ancien régime derrière cette instabilité constitutionnelle. Certains même semblent croire en un improbable voyage au Brésil du petit-fils de D. Pedro II dans le but de reconquérir le trône perdu en novembre 1889.

Enfin, un nombre non négligeable de journalistes pointe un doigt accusateur contre les Anglais. À leurs yeux, ceux-ci, irrités par le traité commercial entre Washington et Rio de Janeiro signé le 31 janvier 1891, font tout ce qui est en leur pouvoir pour empêcher son application. Ne manquent donc pas les articles où l'on parle de la volonté hégémonique de John Bull, de son avidité et de son goût illimité du profit. On accuse également Londres et ses agents de vouloir déstabiliser la jeune république, d'intriguer contre da Fonseca, considéré, à l'instar du Chilien Balmaceda, un ami des États-Unis.

Ces défenseurs de la doctrine Monroe estiment donc que leur pays doit être prêt militairement si des puissances européennes



devaient s'intéresser de trop près aux événements brésiliens. Ils censurent également le Parti Démocrate et ses organes de presse, trop anglophiles à leurs avis, défavorables à l'augmentation des crédits destinés à la marine militaire.

Dans la presse américaine, on juge excessif le poids du militarisme dans les anciennes colonies espagnoles et portugaises, même si l'on admet sa nécessité pour assurer l'ordre public. Ces observateurs sont convaincus que les peuples latino-américains, contrairement à ceux d'origine germanique, sont bien loin de posséder un niveau d'éducation et de civisme suffisant pour comprendre ce que signifie vivre dans un régime démocratique. Le Brésil, où la république a été proclamée un peu trop facilement, ne représente pas une exception.

Ces éditorialistes, qui dénoncent sans ambages le manque d'information et la censure officielle, abordent également d'autres aspects: les révoltes dans certains états, et notamment au Rio Grande do Sul, et l'éventualité d'un éclatement du Brésil. Toutefois, les journaux américains insistent beaucoup moins sur ces dangers que leurs collègues du Vieux Continent.

Par ailleurs, la crise financière et la politique monétaire catastrophique de l'exécutif brésilien ne se trouvent pas au centre de l'attention des éditorialistes de l'autre côté de l'Atlantique. Cette analyse lacunaire de l'inflation galopante ainsi que les attaques violentes contre la politique britannique au Brésil constituent les deux principales différences par rapport aux commentaires écrits par les grands quotidiens francophones.

Comme dans la presse européenne, on trouve moins d'articles sur la sortie de scène du Maréchal que sur son coup d'État du 3 novembre. La plupart des éditorialistes étatsuniens sont visiblement satisfaits de ce changement rapide, sans effusion de sang, contrairement à ce qui s'est passé lors de la défaite de Balmaceda. Ils mettent en parallèle la chute de Deodoro avec celle de D. Pedro le 15 novembre 1889.

Si une partie des journaux critique impitoyablement da Fonseca et son dessein d'avoir voulu garder tout le pouvoir, d'autres, au contraire, le défendent : suivant leur point de vue, en présentant sa

démission, l'ancien Président a évité une longue et sanglante guerre civile à son pays.

Une écrasante majorité de ces commentateurs doit constater que, d'une part, aucun état n'a proclamé son indépendance et que, d'autre part, les partisans de l'ancien régime n'ont joué aucun rôle dans les événements. Tous souhaitent un retour à un régime constitutionnel et espèrent que, malgré les manœuvres des Anglais, le Traité promulgué le 5 février puisse continuer à promouvoir et à améliorer les relations entre le Brésil et les États-Unis.

En ce qui concerne le nouveau président, Floriano Peixoto, les éditorialistes sont plutôt prudents : ils veulent attendre ses décisions et le juger sur pièce. Relevons enfin que si quelques journaux se montrent particulièrement pessimistes en parlant du caractère inévitable d'une guerre civile, la majorité des observateurs considère cette crise comme inéluctable. Elle fait partie, en quelque sorte, d'un long processus d'apprentissage de la jeune république sur la voie de sa construction. Ces journalistes sont convaincus que, à moyen et surtout à long terme, le Brésil connaîtra un régime républicain fort et démocratique, semblable à celui de la grande République d'Amérique du Nord.

### **III. Dans la presse britannique**

Durant les premiers jours qui suivent la proclamation de l'état de siège par da Fonseca, la presse de l'autre côté de la Manche, relativement surprise par le coup de force du maréchal, concentre ses analyses sur deux points : d'une part, elle étudie les aspects juridiques pour essayer de comprendre quels sont les pouvoirs accordés par la constitution brésilienne, respectivement, au Parlement et au chef de l'exécutif ; d'autre part, elle publie plusieurs articles consacrés à la crise financière, au recours illimité à la planche à billets et à l'inflation galopante.

Même si certains commentateurs font de brèves allusions au retour de la famille Bragance, la majorité d'entre eux est formelle : si, deux ans auparavant, le peuple n'a même pas bougé le petit doigt

pour défendre l'empereur détrôné, personne ne songera à soutenir une hypothétique tentative de la part de son petit-fils. Par ailleurs, tous affirment que ce virage autoritaire est extrêmement négatif pour l'image du Brésil, pour ses exportations, pour les commerçants anglais et pour les titres brésiliens cotés en bourse.

Les quotidiens britanniques critiquent durement le manque d'information, les dépêches contradictoires, les méthodes répressives de Deodoro, qui ne pense qu'à ses intérêts et à ceux de sa famille. Ils ironisent sur le rôle de la censure dans un pays où, selon les sources officielles, tout est calme et sous contrôle. Ils mettent également en évidence que l'écrasante majorité de la population n'est pas instruite et peut, par conséquent, être facilement manipulée.

Plusieurs analystes se penchent sur les révoltes dans quelques états. À la première place et objet de nombreux articles, le Rio Grande do Sul, considéré comme le plus riche et le plus développé. Si quelques-uns semblent croire à un éclatement du territoire de l'ancienne colonie portugaise, d'autres, comme l'éditorialiste du *Times*, écrivent que cela n'arrivera jamais et préfèrent parler d'autonomie.

Malgré les nombreuses attaques de la part des quotidiens américains contre les Anglais accusés de mener une campagne contre le Traité commercial entre les Etats-Unis et le Brésil, la presse britannique n'aborde pratiquement pas cette question. Nous avons trouvé une seule et brève allusion à cette problématique : le 20 novembre, *The Manchester Guardian* estime que, avec ce Traité entré en vigueur le 5 février, le Brésil est plutôt perdant.

Les journalistes britanniques se réjouissent du départ du dictateur et que sa chute ait eu lieu avec relativement peu de remous et de violence. En outre, ils considèrent que la défaite du maréchal est positive parce qu'elle prouve que, en Amérique Latine, il n'y a pas de place pour les dictateurs.

Cependant, les problèmes subsistent. Les plus pessimistes écrivent que le pays est au bord de la faillite et dans une situation pour le moins confuse ; un éditorialiste prévoit même une guerre civile. D'autres, plus optimistes, notent que les titres brésiliens sont en train de récupérer une partie du terrain perdu pendant la

dictature de Deodoro et croient en une reprise de l'activité économique et des échanges commerciaux. Tous déplorent l'absence d'une classe dirigeante à la hauteur des défis qui attendent le Brésil et qui rassurerait tous les Européens qui ont investi dans le pays.

Relevons enfin la prudence des éditorialistes britanniques lorsqu'ils parlent, au même titre que leurs collègues américains, de Floriano Peixoto, le nouveau président : ils préfèrent attendre et le juger sur la base de ses réalisations.

#### **IV. Dans la presse portugaise**

La presse lusitanienne se penche inévitablement sur la crise qui frappe leur ancienne colonie en ce mois de novembre 1891.

D'une part, nous avons les journaux modérés qui essaient de garder, pour reprendre les propos du quotidien *O Comércio do Porto* du 20 de novembre, une «position d'observateur impartial et sans les préjugés du militant politique engagé dans la lutte» qui a lieu au Brésil. En d'autres termes, ils ne veulent pas choisir à la place des Brésiliens entre le régime monarchiste et la forme républicaine.

Comme l'écrit *O Tempo* le 10 novembre, ces organes de presse regrettent les difficultés rencontrées par le Brésil, mais ils ne souhaitent pas «critiquer les événements brésiliens». A Lisbonne, le *Diário de Notícias* résume, dans ces commentaires des 5 et 6 novembre, l'attitude de ces journaux : il regrette les conflits et les tensions qui se manifestent à Rio de Janeiro, mais il souhaite que les forces en présence réussissent à trouver une solution pacifique.

Ces quotidiens, qui mettent à l'index les spéculateurs de la finance internationale, se préoccupent surtout des conséquences économiques et financières au Portugal, avec, notamment, la chute de la valeur de la monnaie brésilienne. Cela signifie concrètement que les Portugais actifs au Brésil pourront envoyer beaucoup moins de devises à leur famille.

D'autre part, les quotidiens monarchistes, qui dénoncent clairement l'acte pratiqué par Deodoro, comme leurs collègues des autres pays européens, ne perdent pas cette opportunité pour

critiquer le nouveau régime instauré depuis le 15 novembre 1889 et pour donner une image très négative de ce qui se passe dans l'ancienne colonie.

En quelques mois, souligne, par exemple, la *Folha da Manhã* de Barcelos du 16 novembre, les républicains ont installé l'anarchie dans le pays. D'autres journalistes filo-monarchistes mettent en évidence — tel *O Dia* du 26 novembre — l'incompétence, l'égoïsme, la corruption des nouveaux dirigeants ainsi que la crise financière et l'instabilité politique. Ces journaux, comme d'autres organes de presse européens, craignent pour l'intégrité du pays. En somme, tous affirment que le changement de régime a été un désastre pour le pays et ne se privent pas de lancer de leurs flèches acérées contre les républicains et les francs-maçons lusitaniens qui constituent leurs principaux ennemis.

Pour leur part, les journaux républicains, doivent redoubler leurs efforts pour se défendre et répondre — comme *O Século* des 22 et 23 novembre — aux nombreuses et aux dures attaques venant des organes de presse favorables aux Bragance. Ils s'efforcent de démontrer que cette crise que vit le Brésil est une phase naturelle du développement du régime et que ces difficultés ne sont que passagères. À cet effet, certains citent la République française qui, elle-aussi, a dû et doit faire face à de nombreux défis. Certains journaux relativisent la gravité du coup de force de Deodoro et tous dénoncent l'illusion des partisans d'une restauration de l'Empire.

La presse républicaine rejette vivement être à l'origine des mouvements séparatistes qui existent au Brésil. À son avis, c'est le contraire qui a eu lieu : comme l'affirme *A Vanguardia* les 15 et 20 novembre, en détruisant la centralisation en vigueur durant l'Empire, la Constitution fédérale promulguée en février 1891 a donné des libertés et des garanties aux différents états.

Enfin, la gravité de la situation n'a pas empêché les publications satiriques de se pencher sur le Brésil. Ces périodiques — comme *O Sorvete*, *O Antônio Maria* e *o Chiarivari* — à travers des caricatures, des textes ironiques et des vers cocasses, donnent, malgré tout, l'image d'une jeune république politiquement instable.

## V. Dans la presse espagnole

Une écrasante majorité de journalistes espagnols censurent le coup d'État mené par Deodoro da Fonseca le 3 novembre 1891 et, par conséquent, la force politique des éléments militaires au Brésil.

À extrême-droite de l'échiquier politique, *El Siglo Futuro*, qui dénonce l'infidélité de classe militaire, rejette la faute sur les loges maçonniques, les principales responsables, à son avis, de la situation désastreuse dans laquelle se trouve le Brésil.

Pour la presse monarchiste, qui est à l'unisson de ses collègues français, portugais et anglais, ce qui s'est passé à Rio de Janeiro est une énième preuve que le régime républicain n'est pas en mesure de gouverner le Brésil et, aussi, les autres pays de l'Amérique Latine. Le renversement de la Maison Bragance par une clique de militaires le 15 novembre 1889 a conduit le pays vers l'instabilité politique, la corruption et la catastrophe financière. Sous l'Empire, estiment ces quotidiens espagnols, le Brésil était stable, riche et jouissait d'une grande réputation ; aujourd'hui, il est faible, en proie à l'anarchie et à l'égoïsme des nouveaux dirigeants.

Ces journaux dénoncent également le péril d'une dislocation du Brésil, en surévaluant le danger sécessionniste dans certaines provinces. À leur avis, avec le départ de D. Pedro II, disparaît un facteur d'unité et de cohésion. En outre, la nouvelle Constitution de février de 1891, qui est fédérative, n'a fait que précipiter le pays vers un démembrement.

Les journaux modérés et à grands tirages — comme *El Heraldo de Madrid*, *El Imparcial*, *La Correspondencia de España* e *El Liberal* — blâment l'action du Maréchal et appuient les parlementaires brésiliens. Ces quotidiens mettent en doute les télégrammes gouvernementaux, dénoncent la censure officielle et accusent le dictateur de mettre en péril l'unité du pays. Ils ne voient qu'une solution, le départ de Deodoro da Fonseca.

La presse républicaine tire à boulets rouges sur le Président et ne mâche pas ses mots pour désapprouver ouvertement la politique menée durant les deux premières années du nouveau régime.

*El País* constitue la seule exception. Le quotidien de Ruiz Zorrilla, presque intarissable et très prolixe sur le sujet, défend systématiquement Deodoro da Fonseca, en toute circonstance et sans aucun esprit critique.

D'ailleurs, après la chute du Maréchal, le quotidien du Parti Républicain Progressiste n'abandonne pas son poulain. L'ancien Président, affirme le journal, aurait pu écraser, grâce au soutien de l'Armée, la révolte, en conservant ainsi le pouvoir : sa démission, relève le quotidien madrilène, est un geste humanitaire qui a évité une guerre civile à son pays.

Comme dans les autres pays, la défaite du premier Président du Brésil fait couler beaucoup moins d'encre que son coup d'État du 3 novembre. Sauf *El País*, tous les organes de presse saluent le dénouement de la crise dans la capitale brésilienne. Les journaux monarchiques insistent, avec une ironie non dénouée de sarcasme, l'inaptitude du régime républicain à garantir un équilibre politique au Brésil.

De leur côté, *Las Dominicales del Libre Pensamiento* et *El Liberal*, auxquels on a visiblement ôté une épine du pied, mettent en évidence le fait que, en cette fin du 19<sup>ème</sup> siècle, le vent semble tourner contre les régimes dictatoriaux. De son côté, *La República*, tout en applaudissant le cuisant échec de Deodoro da Fonseca, défend avec force l'importance du Parlement, au Brésil, mais également en Espagne.



## Periódicos consultados

### **Espanhóis** (de Madrid, salvo indicação contrária):

*Campana de Gracia, La* (Barcelona)  
*Correo Militar, El*  
*Correspondencia de España, La*  
*Dinastía, La* (Barcelona)  
*Dominales del Libre Pensamiento, Las*  
*Época, La*  
*Heraldo de Madrid, El*  
*Ilustració Catalana, La*  
*Imparcial, El*  
*Liberal, El*  
*Motín, El*  
*País, el*  
*República, La*  
*Siglo Futuro, El*  
*Unión católica, La*

### **Portugueses**

#### **- de Lisboa:**

*Aliança, A*  
*António Maria, O*  
*Balas...de Papel*  
*Comércio de Portugal, O*  
*Correio da Manhã, O*  
*Crédito, O*  
*Crença Liberal, A*  
*Dia, O*  
*Diário de Noticias*  
*Diários Ilustrado, O*  
*Diário Popular*  
*Economista, O*  
*Malcriado, O*  
*Nação, A*  
*Novidades*  
*Ocidente, O*

*Pensamento, O*  
*Portugal, Madeira e Açores*  
*Português, O*  
*Protesto Operário, O*  
*Revolução de Setembro, A*  
*Sapataria Portuguesa, A*  
*Século, O*  
*Tarde, A*  
*Tempo, O*  
*Vanguardia, A*

**- do Porto:**

*Chiarivari*  
*Comédia Ilustrada, A*  
*Comércio do Porto, O*  
*Correio do Porto, O*  
*Esmeralda, A*  
*Ideia Nova, A*  
*Jornal de Notícias*  
*Jornal do Porto, O*  
*Primeiro de Janeiro, O*  
*Província, A*  
*República, A*  
*Riso do Diabo, O*  
*Sorvete, O*  
*Voz Pública, A*

**- de outras localidades:**

*Algarvio, O (Loulé)*  
*Alto Minho, O (Monção)*  
*O Arcoense (Arco de Valdevez)*  
*Autonomia (Marinha Grande)*  
*Caldense, O (Caldas da Rainha)*  
*Civilização, A (Guarda)*  
*Clamor da Pátria, O (Montijo)*  
*Comércio de Barcelos, O*  
*Comercio de Chaves, O*  
*Comércio de Penafiel, O*  
*Comércio de Portalegre, O*  
*Conimbricense, O (Coimbra)*  
*Correio da Beira (Castelo Branco)*

*Correio do Ave* (Vila do Conde)  
*Correspondência de Coimbra*  
*Correspondência do Norte, A* (Braga)  
*Democracia da Beira* (Viseu)  
*Diário do Alentejo* (Évora)  
*Elvense, O* (Elvas)  
*Esposendense, O* (Esposende)  
*Estrela de Caminha, A*  
*Estrela Povoense* (Póvoa do Varzim)  
*Estremocense, O* (Estremoz)  
*Evolução, A* (Angra do Heroísmo)  
*Faialense, O* (Horta)  
*Folha, A* (Régua)  
*Folha da Manhã* (Barcelos)  
*Folha de Vila Verde*  
*Gazeta do Norte, A* (Chaves)  
*Gil Fernandes* (Elvas)  
*Invencível, O* (Marco de Canavezes)  
*Jornal de Viana* (Viana do Castelo)  
*Jornal do Povo, O* (Oliveira de Azeméis)  
*Luta, A* (Funchal)  
*Manuelinho de Évora, O*  
*Nacional, O* (Braga)  
*Ovarense, O* (Ovar)  
*Penafidense, O* (Penafiel)  
*Popular* (Cais do Pico)  
*Povo de Aveiro, O*  
*Progresso, O* (Lamego)  
*Terceira, A* (Angra do Heroísmo)  
*Timbre, O* (Águeda)  
*Tribuna Popular, O* (Coimbra)  
*Verdade, A* (Funchal)  
*Voz do Lima, A* (Ponte de Lima)

**Impresso e encadernado por**  
Empresa do DIÁRIO DO MINHO, Lda.  
Rua Cidade do Porto – Complexo Industrial Grundig,  
Lote 5, fração Fração A | 4700-087 Braga





Politica brasileira.

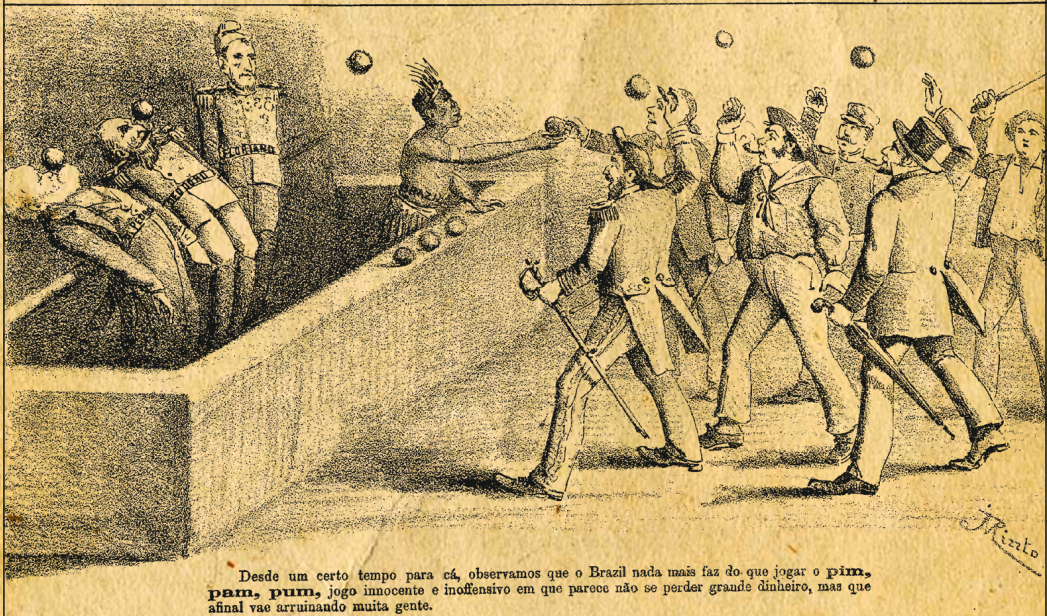
Fão como te fão



197

COISAS DO BRAZIL

6.º ANNO



ISBN: 978-65-89557-17-3